

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MÁRCIA REGINA BERTOTTO

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS NO
RIO GRANDE DO SUL –
UM ESTUDO DE SUA EFICÁCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS
INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS GAÚCHAS**

Orientador: Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

Porto Alegre
2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MÁRCIA REGINA BERTOTTO

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS NO
RIO GRANDE DO SUL –
UM ESTUDO DE SUA EFICÁCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS
INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS GAÚCHAS**

Porto Alegre

2007

MÁRCIA REGINA BERTOTTO

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS NO
RIO GRANDE DO SUL –
UM ESTUDO DE SUA EFICÁCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS
INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS GAÚCHAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Mestrado em Ciências Sociais Organização e Sociedade, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

Porto Alegre

2007

MÁRCIA REGINA BERTOTTO

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS NO
RIO GRANDE DO SUL –
UM ESTUDO DE SUA EFICÁCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS
INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS GAÚCHAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Mestrado em Ciências Sociais Organização e Sociedade, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em Porto Alegre, 26 de março de 2007

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues – PUCRS

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka – PUCRS

Prof. Dr. Raul Enrique Rojo – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço

a DEUS, por estar acima de tudo o que realizo em minha vida;

aos meus pais, Floravante e Maria, que sempre incentivaram minha formação pessoal através dos estudos

ao meu marido, Mauro, grande companheiro e amigo de todos os momentos, por sua afeição, amor, carinho, compreensão e por compartilhar comigo todos os momentos

ao meu filho, Bernardo, por seu carinho, ternura, alegria, amor e admiração que foram alento durante a realização de todo o mestrado

ao meu orientador, professor Léo, por seus preciosos ensinamentos, pelo rigor de sua análise, pela paciência, amabilidade, carinho e disponibilidade

aos colegas Fátima, Zé e Ceres, pela amizade que ficou

a amiga e colega Vera Rangel, que acompanhou todo este percurso, sempre com uma palavra de afeto e estímulo

aos professores do programa de pós-graduação, pelo profissionalismo

aos professores Dr. Emil Sobottka e Dr. Raul Rojo que aceitaram o convite para participar da Banca Examinadora desta pesquisa

ao Vinicius, a Zaira, a Tatiana, a Iara e a Dóris pela revisão atenta dos capítulos da pesquisa;

aos sujeitos da pesquisa que aceitaram o convite para participarem desta investigação.

RESUMO

Vários tipos de programas de incentivo e muitos projetos de políticas públicas vêm sendo desenvolvidos pelas autoridades governamentais desde os anos 30 do século XX, contudo, não têm sido usufruídos e nem aplicados de forma eficaz pelas instituições museológicas. O fato cultural museu, que reflete a identidade local, demonstra que a instituição que resguarda a memória regional tem o papel de construção da cidadania, entendido aqui como o reconhecimento da comunidade nos museus nacionais e regionais, levando em conta os preceitos da Nova Museologia, de que o museu seja feito *com* a comunidade e não *para* esta. A realidade dos museus brasileiros de um modo geral e, no caso, os museus gaúchos, está em condições críticas. Isto pode ser constatado em diversos encontros de profissionais da área museológica. As legislações, os relatórios, os documentos atinentes à política para a área cultural, formuladas desde o período Estado-Novo, perpassando pelos governos militares, até os dias de hoje, não tem atendido de maneira eficiente à realidade museal brasileira. A eficácia das políticas para a área cultural como um todo é reduzida, em razão do descumprimento de um planejamento amplo, efetivo e de uma avaliação específica para a área museológica.

Palavras-chave: Política pública. Museologia. Agentes públicos.

ABSTRACT

Several incentive schemes and many public policies have been developed by government officials since the 1930s, however museum institutions have not fully benefited nor employed resources from such programs in an efficient way. As a cultural reality which reflects local identity, museums give evidence that as the institutions in charge of keeping local memorabilia they have a role in the building of citizenship, such role understood here as the acknowledgment from the community toward national and local museums, taking into account the tenets of New Museology stating that museums should be done *with* the community rather than *for* it. In reality, Brazilian museums in general and specifically Rio Grande do Sul museums face crucial conditions. This can be evidenced in many meetings of museology professionals. Legislations, reports, papers related to policies intended for the cultural sector that have been devised since the period of the New State and through military governments until now have not served the Brazilian museological reality in an efficient manner. The effectiveness of policies aimed at the cultural sector as a whole is diminished due to failure in complying with a broad and efficient planning and lack of a specific assessment of the museological sector.

Key Words: Public policy. Museology. Publics agents.

LISTA DE SIGLAS

ABM	Associação Brasileira de Museologia
ARM	Associação Rio-grandense de Museologia
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COFEM	Conselho Federal de Museologia
COREM	Conselho Regional de Museologia – 3ª Região
DEMU/IPHAN	Departamento de Museus do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FAPERGS	Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
ICOM BR	Conselho Internacional de Museus – Comitê Brasileiro
IPE	Instituto de Previdência do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIC	Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro SA
RS	Rio Grande do Sul
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SEDAC	Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul
SEM/RS	Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão regional do SEM/RS	37
Figura 2: Modelo de gestão do Sistema Brasileiro de Museus	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Documentos analisados	75
Quadro 2: Categorização dos dados e seus temas	80
Quadro 3: Características dos entrevistados	98

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MUSEUS E MUSEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO	18
2.1	INTRODUÇÃO	18
2.2	MUSEUS: ASPECTOS HISTÓRICOS	19
2.2.1	MUSEUS NO MUNDO	19
2.2.2	MUSEUS NO BRASIL	23
2.3	MUSEOLOGIA TRADICIONAL E NOVA MUSEOLOGIA: PASSADO E FUTURO OU CONVÍVIO DURADOURO?	28
2.4	DESENHANDO UMA POLÍTICA MUSEOLÓGICA	35
2.5	O ESTADO ORGANIZANDO UMA REDE MUSEOLÓGICA NO RIO GRANDE DO SUL	41
2.6	CONSIDERAÇÕES	44
3	POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, HISTÓRICO E ATUALIDADE PARA A ÁREA DA CULTURA	46
3.1	INTRODUÇÃO	46
3.2	PRINCIPAIS CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE	47
3.3	UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS	50
3.4	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA NA PERSPECTIVA MUSEOLÓGICA: A SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E OS NOVOS TEMPOS	56
3.4.1	DELINEAMENTOS DE UMA POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA	57
3.4.2	POLÍTICA MUSEOLÓGICA NA ATUALIDADE	66
3.5	CONSIDERAÇÕES	70

4	METODOLOGIA	73
4.1	INTRODUÇÃO	73
4.2	TIPO DE ESTUDO	74
4.2.1	ANÁLISE DE CONTEÚDO	74
4.2.2	ANÁLISE COMPARATIVA	76
4.3	SUJEITOS DA PESQUISA	77
4.4	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	78
4.5	COLETA DOS DADOS	78
4.6	ANÁLISE DOS DADOS	79
4.7	SE FAZ CAMINHO AO ANDAR	80
4.7.1	ANÁLISE DO CONTEÚDO DOCUMENTAL	80
4.7.1.1	Mesa-Redonda de Santiago do Chile	80
4.7.1.2	Política Nacional de Cultura	82
4.7.1.3	Declaração de Quebec	83
4.7.1.4	Decreto nº 33.791	84
4.7.1.5	Declaração de Caracas	85
4.7.1.6	Decreto nº 5.264	86
4.7.2	ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	88
4.7.2.1	Influência da aplicabilidade das políticas públicas na atual situação dos museus	88
4.7.2.1.1	Integração	89
4.7.2.1.2	Formulação e Implementação	91
4.7.2.1.3	Eficiência	94
4.7.2.2	Fatores que influenciam na formação e qualificação profissional e no planejamento das atividades dos operadores de museus	96
4.7.2.2.1	Qualificação e fiscalização	97

4.7.2.2.2	<i>Diretrizes e planejamento</i>	100
4.7.2.3	<i>Relações entre as funções do museu, a política de atuação adotada pela instituição e a comunidade</i>	105
4.7.2.3.1	<i>Dinâmicas de trabalho</i>	105
4.7.2.3.2	<i>Teorias museológicas e ações</i>	110
4.7.3	ANÁLISE COMPARATIVA – INTERPRETAÇÃO	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE A - TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS	134
	APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	135
	ANEXO A - MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE	139
	ANEXO B - DECLARAÇÃO DE QUEBEC	144
	ANEXO C - DECRETO Nº 33.791	146
	ANEXO D - DECLARAÇÃO DE CARACAS	150
	ANEXO E - DECRETO Nº 5.264	157

1 INTRODUÇÃO

A instituição Museu, nos dias de hoje, tem se ocupado do fato museal, entendido como a relação Homem–Objeto–Cenário, atreladas às discussões da Museologia Contemporânea – que buscam explicar o fato museal. A Museologia é uma ciência em construção, uma disciplina científica que nasce com as ciências modernas (humanas e sociais). A Museologia Tradicional cujos conceitos vigoram desde o surgimento dessa ciência – no século XIX –, recomenda que os museus preservem os acervos em um contexto artificial, numa abordagem oficial, homogênea, enfatizando a representação do exótico, do raro, sem dinamicidade e sem integração comunitária. A Nova Museologia preconiza que os museus sejam dinâmicos, se desenvolvam em conjunto com a comunidade e mantenham acervos em seus contextos originais.

No Brasil, a preocupação com as áreas da memória, da identidade cultural e do patrimônio não é nova. Estudos têm sido desenvolvidos e ações têm sido realizadas em prol das instituições de memória, fazendo com que o Brasil, embora ainda não seja referência mundial na área, já tenha deixado sua assinatura e se firmado, em termos teóricos, frente aos mais modernos museus mundiais. Estamos falando aqui de teorias museológicas desenvolvidas por expoentes, por pensadores da Museologia, que fazem parte desta discussão.

Os primeiros museus que surgiram no Brasil, logo após a chegada da família imperial, foram criados sob o paradigma europeu da preservação, como reunião de artefatos, muito mais por sua curiosidade e preciosidade, também inserido na noção primeira de museu como *templo das musas*, que remete à Grécia e a Roma e aos gabinetes de curiosidades – espaços sacralizados voltados ao ato de coletar objetos. Com o advento da República, o museu brasileiro se expressa cultuando o herói e impregnado da história factual e positivista, que embasava o pensamento científico de então. A grande maioria dos museus era criada sob a égide dos ideais clássicos e ligados a órgãos governamentais, que visavam manter e contar a história oficial, salvaguardando a cultura brasileira, a identidade nacional, sem respeitar a diversidade.

Datam dos anos 30 do século passado, as primeiras leis relativas à área patrimonial no Brasil. Esses princípios destacam timidamente a preservação de

acervos em museus. Enquanto a área patrimonial se institucionalizava no país, os museus estavam atrelados aos governos estaduais e os acervos a serem mantidos em suas memórias, eram de responsabilidade e decisão do Estado, num processo de acúmulo e alienação. No Rio Grande do Sul, as instituições museais, que guardam nossa memória regional, não foram criadas com contornos diferentes do Museu Tradicional. É o caso do Museu Julio de Castilhos, um dos mais antigos do Estado, fundado em 1903. A maior parte dos acervos formou-se sem considerar o que realmente retratava a memória do povo. Esta tradição de uma base epistemológica linear permanece ainda hoje em muitos museus, apresentando-se através de exposições cronológicas e factuais.

A conservação e a sustentabilidade dessas instituições patrimoniais e museais precisavam ser feitas de alguma forma naqueles idos tempos de transformações e de decisões lentas, embora a intelectualidade brasileira estivesse muito envolvida nas questões culturais, pois a Semana de Arte Moderna ocorrera poucos anos antes, em 1922. Para dar continuidade à preservação dos testemunhos da memória e do patrimônio nacional, era preciso o desenvolvimento de políticas públicas culturais, que fossem profícuas para a manutenção não só da ordem vigente, mas também do patrimônio.

A política de preservação da memória e do patrimônio, testemunhos construídos pela nação brasileira, precisa ser revista. Essas categorias de pensamento da Nova Museologia, que se baseiam no diálogo, em contextos interativos, em explicar e entender o que os acervos representam, entraram em choque com os conceitos da Museologia Tradicional. Nas organizações museais, as idéias tradicionais e as novas coexistem, não obstante terem sido e continuarem sendo amplamente discutidas por profissionais da área desde os anos 70 e 80 do século XX. Após 20 anos de discussões, ainda existe uma série de questões que estão imbricadas à temática das políticas públicas para cultura e que se refletem nas questões de acervo, nas questões de qualificação profissional, nas ações e atividades de exposições, tudo isso ainda carente de uma investigação mais ampla. É necessário que se pesquise sobre a política pública museológica nos dias de hoje, à luz da Nova Museologia.

Tendo em vista o exposto, esta dissertação de mestrado tem por objetivo central conhecer e avaliar a formulação, a implementação e a eficácia das políticas públicas no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas e compreender

o âmbito das políticas estaduais, que têm por base as políticas federais para a área específica dos museus. Temos pleno conhecimento de que a conceituação de políticas públicas no âmbito das discussões teóricas é um tema assaz vasto. Na área cultural e, mais especificamente, na área museológica, a temática política pública está diretamente vinculada aos órgãos formuladores das políticas, visto que a grande maioria dos museus é mantida por órgãos governamentais.

A presente pesquisa científica procura investigar como o setor museológico tem se apresentado nessa contemporaneidade. Buscamos verificar os aspectos relativos à qualificação profissional, aos recursos de gestão, à estrutura das exposições, às atividades com públicos específicos, às formas de difusão de conhecimento, às ações de aquisição, manutenção e preservação de acervos, e ao “estado da arte” – onde estão os conceitos da Nova Museologia, das novas abordagens, do museu integrado à comunidade. Conhecendo de forma detalhada as políticas públicas que foram formuladas para a área cultural e museológica desde o Estado-Novo (1937) até os dias de hoje, buscamos confrontá-las com as atuais práticas discursivas dos agentes da área, pois poderemos verificar, desta forma, se elas correspondem à realidade atual em que se encontram os museus, mais especificamente, como são aplicadas no Rio Grande do Sul, identificando se os museus conseguiram observar e usufruir dessas políticas e os fatores que influenciaram nisso, observando também o entorno político, econômico e cultural do nosso Estado. Também é nosso objetivo, analisar em que medida a criação de órgãos específicos da área cultural, influenciaram na formulação de políticas públicas para o setor museológico, verificando também os motivos da inoperância dos conselhos profissionais no acompanhamento da implementação das políticas públicas.

Para atingir os objetivos, nossa investigação pretende averiguar como se desenvolve a organização dos equipamentos culturais em relação ao que é definido na legislação e o que efetivamente ocorre na prática, comparando conteúdo documental – extraídos de documentos que elegemos como mais importantes para nosso objeto de análise – com o conteúdo empírico coletado nas falas dos operadores da museologia que foram entrevistados. Na tentativa de compreender a dinâmica desta relação, escolhemos a análise de conteúdo e a análise comparativa como instrumentos metodológicos para verificação dos dados.

Além dos decretos e atos governamentais relativos às políticas públicas culturais, também fazem parte da nossa investigação os documentos que declaram a existência da Nova Museologia e do Museu Integral – um novo conceito de ação museológica, que propõe à comunidade uma visão de conjunto do seu meio material e cultural –, para melhor conhecer o universo e a relação das casas museais com as políticas públicas específicas para a área da Museologia.

O conteúdo dos documentos que escolhemos servem de ponto de partida para realizar nossa análise; eles foram extraídos de encontros de profissionais da área museológica, expondo as discussões emanadas entre esses mesmos profissionais. Os documentos são: a Carta da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, a Declaração de Quebec, a Declaração de Caracas e, ainda, as legislações, que são as políticas públicas museológicas implementadas nos âmbitos federal e estadual, quais sejam: o Decreto de criação do Sistema Brasileiro de Museus e o Decreto de criação do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. Também analisamos a Política Nacional de Cultura, implantada no Brasil, nos anos 70 do século XX.

As práticas museológicas atuais são elementos fundamentais para coadunarem-se ao nosso objeto de pesquisa, por trazerem as inquietações dos operadores da área, a fim de que possamos identificar os aspectos teóricos e práticos quanto à eficácia das políticas públicas voltadas para a área museológica.

O nosso recorte empírico, teórico visou trabalhar com os museus de Porto Alegre, da esfera pública, já que as políticas que analisamos são específicas para esta área. Dentre os operadores da Museologia (OM) determinamos três categorias, que foram definidas de acordo com as funções que cada um executa, no intuito de entendermos se há dissonância entre a absorção das propostas das políticas conforme o nível em que esteja situado o operador. Pensamos que os operadores teriam entendimentos diversos, exatamente atrelados aos interesses e formações dos cargos que ocupam. Admitimos que em alguns casos, abordamos os operadores com um comportamento preconceituoso, por pertencemos também à área museológica. Muitos operadores estão há muito tempo nos museus e encontramos pessoas qualificadas – mas não em Museologia – e bem politizadas, trazendo categoria a nossa pesquisa.

A política nacional de museus – criada em 2003, a fim de integrar, democratizar e incentivar o acesso aos bens culturais – tem um caráter sistêmico em suas origens, já que foi implementada a partir da retomada do Sistema Brasileiro de

Museus (SBM). Dados atualizados do Sistema Brasileiro de Museus indicam que o Estado gaúcho é o segundo mais populoso em termos de museus, de diversas tipologias, além de ser o Rio Grande do Sul referência na área de políticas, pois o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, além de estar funcionando ininterruptamente, contribuiu para a criação do Sistema Brasileiro de Museus.

Num recorte teórico da Museologia gaúcha, buscamos historiar o sistema museológico rio-grandense, entendendo que a organização museu é tão complexa quanto o entorno social com o qual se comunica, exatamente por se estruturar dentro da sociedade contemporânea que, como sabemos, é complexa e fragmentada, pois está situada no que para alguns autores seria a pós-modernidade.

A pesquisa científica tem valor para a comunidade acadêmica, tanto em termos de relevância empírica quanto teórica. Investigamos uma questão que traz uma contribuição para a sociedade e também para a literatura da área. Fornecer subsídios para as instituições governamentais (Ministério da Cultura, Secretaria Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul e Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre) que planejam e executam políticas públicas para a área museológica, através da coleta e análise das informações obtidas nos museus, junto aos operadores da área, foi nossa finalidade. Pretendemos que isso seja feito, a fim de que possam verificar as áreas em que existam necessidades de melhorias, com o entendimento objetivo da eficiência e eficácia da aplicação dos recursos.

O interesse em entender como se processam as relações entre as políticas culturais existentes e as atividades e missões que as instituições museológicas desenvolvem, encaminhou-nos para a elaboração de quatro hipóteses, quais sejam. A primeira delas apropria-se do fato de que as políticas públicas para os museus, desde seus primórdios, têm sido desvinculadas da realidade museal brasileira, já que suas formulações e aplicações são insuficientes como política, pois não dão conta da dinamicidade que a instituição Museu possui e que merece ser percebida pelas autoridades. Nossa segunda suposição diz respeito à dissonância entre a legislação e a aplicação da legislação, possivelmente por questões de gestão, que se deve ao desconhecimento e à inaplicabilidade de políticas públicas para a área e que entendemos como sendo o que tem mantido os museus na situação de crise em que estão há tanto tempo, em especial, os museus do Rio Grande do Sul. Nosso terceiro ponto de verificação argumenta que os equipamentos culturais continuam incorporando preceitos da Museologia Tradicional, positivista, desconhecendo ou

conhecendo muito pouco as características da Nova Museologia, que preconiza que os museus devam ser feitos *com* a comunidade e não *para* a comunidade. Por fim, nossa quarta hipótese busca entender o porquê de os órgãos federais e estaduais, responsáveis pela formulação de políticas públicas para a área museológica, não realizarem uma verificação de como ocorre a aplicação dos princípios dessas políticas; e mais: por que as instâncias de fiscalização profissional dos museus são inoperantes, não atuando na implementação das políticas públicas específicas para a área.

Esta dissertação de mestrado está organizada da seguinte forma: ela conta com três capítulos. O primeiro capítulo, que retrata MUSEUS E MUSEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO, apresenta uma abordagem histórica dos museus e da Museologia, registrando a trajetória da ciência no Brasil. A contextualização histórica visa trazer um panorama da Museologia, auxiliando na compreensão desta questão. Traz um detalhamento sobre a sistematização da área museológica brasileira e, especificamente, a gaúcha que se apresenta como referencial enquanto sistemática para o setor museológico brasileiro. As teorias museológicas também são objeto de nossa pesquisa neste item; a Nova Museologia e os contrapontos com a Museologia Tradicional estão presentes.

No segundo capítulo situamos nossa verificação partindo das POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, HISTÓRICO E ATUALIDADE PARA A ÁREA DA CULTURA, fazendo uma análise dos pontos relevantes relativos às políticas públicas culturais brasileiras e suas interfaces com os museus. É nesta parte da pesquisa que trazemos os principais conceitos de autores contemporâneos que se dedicam a essas teorias. Neste item que investigamos os documentos escritos e as políticas que ao longo dos anos foram efetivadas na área cultural, detalhando seus conceitos e objetos de estudo.

No terceiro capítulo, apresentamos a METODOLOGIA, destacando os pontos relativos à análise de conteúdo e à análise comparativa. Descrevemos os sujeitos da pesquisa, o formato do instrumento de coleta e a apresentação das categorias de análise com suas respectivas temáticas. Descrevemos o processo de informações que foram extraídas dos discursos dos operadores da museologia. Interpretamos as descrições dos conteúdos dos documentos da área da museologia em comparação com as falas dos profissionais, abordando os resultados deste exame.

Esta pesquisa deve contribuir para uma efetiva reorganização na área de planejamento estratégico e financeiro, colaborando com os legisladores e os gestores da área pública, a fim de que se ocupem dos aspectos que nos parece que a comunidade museológica prescinde, quais sejam: da avaliação dos museus para incrementar atividades, ações, pesquisas e opções de lazer; das possibilidades das instituições que guardam a memória trazerem benefícios aos estudantes, pesquisadores, seus públicos e toda a sociedade; da preocupação com a responsabilidade social e do atendimento à comunidade.

Num país em que nem mesmo a Constituição da República é cumprida plenamente, torna-se difícil pensar na manutenção de políticas públicas culturais. As aspirações da categoria museal deverão trazer benfeitorias, mas a formulação e o cumprimento das políticas devem ser ainda mais efetivos.

Ainda que a diversidade, a interdisciplinaridade, as interfaces entre o homem e o que ele produziu, posicionem o museu na sociedade complexa da contemporaneidade, esses atributos não são suficientes para termos um trabalho realmente voltado ao social, para que o museu seja conhecido, reconhecido e absorvido pela comunidade, devendo esta reconhecer-se nele. Um longo caminho para ser trilhado pelos museus.

2 MUSEUS E MUSEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como finalidade abordar aspectos históricos sobre os museus e a museologia, trazer algumas informações sobre uma sistematização da área museológica brasileira e, particularmente, historiar o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, como uma das políticas para o setor museológico.

Buscamos identificar aspectos que posicionem a história dos museus no Brasil e no mundo, com o intuito de detalhar esta história, de especial importância para compreender as políticas públicas para a área cultural, preocupação principal desta pesquisa.

O presente capítulo estrutura-se em três partes: a história dos museus, a Museologia Tradicional e a Nova Museologia e a sistematização da área museológica.

Na primeira parte, delineamos uma narrativa do colecionismo, do ato de juntar coisas, que faz parte da vida humana desde os seus primórdios. Também abordamos, resumidamente, um histórico dos museus no mundo. Cercamos brevemente a história dos museus brasileiros e, especificamente, a origem dos museus no Rio Grande do Sul, destacando os principais e mais antigos museus da nação brasileira e como se organizaram.

No segundo tópico, o enfoque é a Museologia Tradicional e a Nova, permitindo traçar um entendimento do “estado da arte” e do desempenho e difusão desta ciência ao longo dos anos, através de um paralelo entre os documentos que inseriram o conceito da Nova Museologia no Brasil e no mundo.

Na terceira subdivisão, fizemos um apanhado pormenorizado do Sistema Nacional de Museus e do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, abordando a organização de uma rede museológica e destacando aspectos relativos às políticas públicas e como estas podem ser fundamentais no desenvolvimento e incremento dos museus.

Este capítulo é importante no contexto desta dissertação porque fornece um histórico, ainda que breve, dos museus do Brasil e do Rio Grande do Sul, bem como

uma análise da ciência museológica, desde os primórdios, permitindo conhecermos estes fatos que servem de subsídios para compreender as políticas culturais para os museus.

2.2 MUSEUS: ASPECTOS HISTÓRICOS

2.2.1 MUSEUS NO MUNDO

A palavra museu vem do grego *Museion*¹, que significa “templo das musas”, que são as filhas da memória, e encerra muitas definições e conceitos que foram se modificando e evoluindo ao longo do tempo. Na mitologia, estas musas, filhas da deusa da memória (*Mnemosine*), ajudavam os homens a esquecer a ansiedade e as tristezas, uma vez que no *Museion* a mente descansava e o pensamento tinha condições de se dedicar às artes e às ciências. É destas características, desta simbologia, que deriva uma das funções dos museus, o lazer, o deleite e o entretenimento.

Se pensarmos que os homens pré-históricos já reuniam seus instrumentos de trabalho como elementos identitários, percebemos que já havia o impulso de colecionar, de posseção das manifestações e da idéia humana de criar cultura. O homem da Antigüidade, conhecedor da escrita, também agrupou seus tesouros e representava seus feitos em pedra, madeira e metal para registrar seus testemunhos, com a finalidade de deleite ou simplesmente por curiosidade.

Assim também acontece na civilização ocidental, na Grécia e em Roma. O termo *Museion* é utilizado pela primeira vez no mundo helenístico, como templo das musas e local para guardar as obras de arte, para estudo e debate e para abrigar filósofos e intelectuais de importância. Segundo o museólogo francês, fundador e primeiro diretor do ICOM (*International Council of Museums*)², George Henry Rivière (1993), o *Museion* de Alexandria, fundado no século III a.C. por Ptolomeu I, é o mais célebre exemplo deste tipo de museu.

¹ Um estudo mais abrangente poderá ser visto em Suano (1986) e Lourenço (1999).

² Conselho Internacional de Museus, órgão vinculado à UNESCO/ONU.

Com o Cristianismo, os tesouros são guardados nas igrejas. Neste mesmo período, príncipes e pessoas abastadas formam grandes coleções de obras de arte, juntamente com as bibliotecas. Durante a conquista árabe na Península Ibérica é que se formarão os primeiros jardins de plantas, antecessores dos jardins botânicos. Segundo Rivière (1993), é neste momento que se manifestam duas vocações do futuro museu ocidental: o museu somente como coleção e o museu como lugar de investigação. E ficam destacadas as coleções de arte (posteriormente subdivididas por períodos, como a arte contemporânea) e as ciências naturais.

No Renascimento, como aponta Chagas (1996), acontece a reutilização do vocábulo “museu” como designando uma coleção privada e acessível a quem os mecenas indicassem. Suano (1986) chama a atenção para o fato de que os donos das galerias, gabinetes e museus restringiam as visitas porque grande parte da população era incapaz de ler e escrever. Os nobres acreditavam que o povo não sabia contemplar os objetos como deveria, já que essas pessoas não tinham um grau de conhecimento que lhes permitisse entender e desfrutar de objetos raros e curiosos que fossem além de suas comunidades. Este conceito elitista perdurou até o século XVII.

No final do século seguinte, o advento da Revolução Francesa traz uma renovação no conceito do museu, que se traduzia numa coleção que representava o patrimônio nacional e que democraticamente pertencia ao povo, que deveria ter o direito de conhecê-la. Aqui aparece a função pública dos museus e, não por coincidência, é fundado, em 1793, o Museu do Louvre. Para Julião (2002), foi nesta conjuntura que surgiu a atual acepção de museu, um serviço público prestado à população, com ações democráticas.

Seguindo em nossa linha de tempo, foi durante o século XIX que os museus disseminaram-se pelo mundo. Na Itália, na França, na Dinamarca e na Inglaterra, vários museus são abertos ao público, apresentando um “amontoado” de objetos reunidos em grandes coleções de animais, moedas, esculturas, livros, pedras, etc. É nesta época que muitos exemplares de zoologia e de botânica, história nativa dos países colonizados, são surrupiados das colônias e levados, principalmente para a Europa, a fim de ampliarem os acervos dos museus das metrópoles. Nos Estados Unidos, diferentemente da Europa, os museus nasceram como instituições voltadas ao público, mantidos por associações privadas de interesse público. Dentro deste

espírito é que foi criado um dos mais importantes museus norte-americanos, o Museu Metropolitano de Nova Iorque (*Metropolitan Museum*), em 1872.

Aidar (2002) cita Tony Bennett (1995):

Enquanto os museus do século XIX eram destinados *para* o povo, eles certamente não eram *do* povo, no sentido de demonstrar algum interesse nas vidas, hábitos e costumes das classes trabalhadoras das sociedades pré-industriais. Se os museus eram considerados como provedores de lições sobre coisas, sua mensagem central era a de materializar o poder das classes dirigentes. (AIDAR, 2002, p. 53).

Naturalmente, as colocações da autora nos remetem ao fato de os museus ainda serem criados, no período que abordamos, como órgãos oficiais, distanciados de qualquer participação da população. Embora tenham sido guardados nestas instituições importantes elementos que representavam a realidade de vários períodos históricos, é fato que a maior parte da sociedade estava distante dos detentores do poder, e estes só preservavam o que a eles interessava.

Nos primórdios do século XX, a instituição Museu sofre um retrocesso. A quantidade de espaços voltados à preservação da memória, criados no século anterior, não tinha condições de sobressair-se mediante as inquietações sociais da emergente burguesia e de um proletariado consciente. O museu não tinha apelo junto ao público. No pós II Guerra Mundial, como comenta Suano (1986), há o interesse de destacar os ideais nazistas, quando muitos museus são saqueados para constituir um “supermuseu” do nazismo. Enquanto isto, na Rússia e no Leste Europeu os museus se multiplicam.

Nos Estados Unidos, o desenvolvimento capitalista faz o museu inserir-se na sociedade, em função de sua dinâmica de propiciar uma série de atividades culturais e educacionais. Assim como acontece com os norte-americanos, os europeus preocupam-se com as reflexões em torno da ecologia, da preservação do meio-ambiente e do interesse pela vida cotidiana. Em termos arquitetônicos, o incremento do concreto-armado faz o museu renovar-se. Bons exemplos são o Guggenheim e o Museu Nacional de Arte Moderna, em Nova Iorque, e o Centro Georde Pompidou, em Paris.

Nos anos 70 do século XX surge o conceito de ecomuseu, “inventado” por Hugues de Varine (diretor do ICOM a partir de 1962) e Georges Henri Rivière. Este novo tipo de museu, ainda não muito compreendido e utilizado, ou mesmo confundido, visa integrar a sociedade à ecologia da região com os objetos a serem

preservados. Realiza-se com uma participação efetiva da comunidade e encerra a característica primordial de ser um museu do homem e da natureza, no seu meio natural.

Importante citação nos faz Rivière (1993, p. 67):

El museo. Una realidad ya antigua, en el momento en que nace el término. Un tesoro de los dioses y de los hombres, en el comienzo de los tiempos. Un laboratorio, un conbervatorio, una escuela, un lugar de participación de nuestro tiempo. Una máquina para coleccionar, de todas las épocas. Con o sin techo. En el que la cabeza avanza a audaces saltos, y el final no acaba de llegar. En desarrollo exponencial, mancha de aceite extendiéndose a través del mundo. Cultivando la sincronia en la diacronia, o la diacronia en la sincronia. Al redor de todas las disciplinas del arte y del saber. Una familia internacional, de nuestros dias.

Segundo Costa (2004), Rivière considerava que os museus eram como laboratórios educativos, onde se desenvolviam conhecimentos científicos e formava-se o cidadão para viver em sociedade. Rivière abriu caminho para a importância da ampliação do conceito de museu, gerando reflexões que criaram o termo “ecomuseu”. Nesta nova abordagem o edifício é substituído por um território e as coleções são consideradas mais amplamente, como patrimônio cultural, já que o cidadão faz parte dele.

Como vimos, nesta breve história dos museus, parece-nos muito clara a sua origem como um equipamento vinculado ao poder, utilizado para demonstrar a riqueza e a dominação de quem detinha as coleções e o saber. As instituições que guardavam a memória do povo eram afastadas do grande público, fosse por carência de conhecimento, de reservas monetárias ou de posição social. No século XX, embora ocorram avanços técnicos e ampliação de acesso ao público, a população permanece distanciada dos museus, que mais se preocupam com a quantidade de objetos em seus acervos e ainda persistem sendo criados como ações oficiais. Apesar disto, temos exemplos de museus que têm se disseminado pelo mundo, preocupando-se com o que preconiza a Nova Museologia, como verificaremos mais adiante, ainda neste capítulo.

Para Fernández (1999), uma concepção própria de museu no século XX diz respeito a um museu didático, vivo, que deveria superar o museu laboratório; o museu como espetáculo, sedução, traduzindo uma cultura fragmentada própria da sociedade pós-moderna.

2.2.2 MUSEUS NO BRASIL

É no princípio do século XIX que surgem os primeiros museus brasileiros. No Brasil, o museu como instituição aparece oficialmente em 1818, a partir da chegada da família real portuguesa. O Museu Nacional, criado por Dom João VI como Museu Real, hoje está instalado no Palácio da Quinta da Boa Vista, no bairro São Cristóvão da capital fluminense e foi o primeiro museu brasileiro institucionalizado, daí o porquê de o reconhecermos como o “pioneiro guardião da memória nacional”. É importante observar que este museu não era eminentemente brasileiro. Nos objetos do acervo, não tinha importância a questão da memória histórica da monarquia brasileira, mas sim do evolucionismo das espécies, ou seja, coletava-se tudo o que era significativo de fauna, flora e espécie humana, para preservar em coleções representativas. Vale dizer que os estudos de alguns autores – dentre eles Chagas (1985) – citam que o primeiro museu brasileiro foi o Jardim Botânico e Zoológico do Palácio de Vrijburg, no estado de Pernambuco, sob o governo de Maurício de Nassau (1645). Outros estudiosos afirmam a primazia da Casa dos Pássaros, no Rio de Janeiro, cuja coleção de malacologia (pássaros) veio a integrar o Museu Real.

Falar em museu nos dias de hoje pode remeter, num primeiro momento, à idéia de “coisa velha, antiga, múmia, cemitério”, como tão bem retrata Chagas (1996) e, no Brasil dominado pela coroa lusa, assim o era.

Os gabinetes de curiosidades ou câmaras de maravilhas³ reuniam um sem-número de objetos curiosos, obras raras e fragmentos da história e ainda hoje povoam o imaginário popular. As características de um museu como um templo de guardar preciosidades vêm da definição de museu como templo das musas e tem se perpetuado por longo tempo no Brasil. Isto é, sem dúvida, uma das heranças recebidas da Europa, influência dos grandes naturalistas estrangeiros que aqui coletavam materiais para seus estudos e para lá os levavam, como já mencionado. A partir do conhecimento da história de outros museus criados no século XIX no Brasil verifica-se que a importância primeira era com a preservação da história

³ Maiores detalhes em Giraudy e Bouilhet (1990).

natural⁴, com as coleções, com as novas espécies e suas classificações e descrições.

Segundo Abreu (1996, p. 52), “a primeira grande agência constituída com o objetivo de formular uma representação da nacionalidade do ponto de vista do Estado Nacional foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Este Instituto, criado por Dom Pedro II, em 1838, foi o órgão responsável por forjar uma identidade brasileira, através das definições de historiadores da época, como Francisco Varnhagen. Essa identidade foi assim “escrita” por historiadores, numa concepção moderna de história, tratando-a numa linha de tempo, em que houvesse articulação entre passado, presente e futuro. Esta percepção induz a conceituação da preservação e da memória, entendidas aqui como identidade e reconhecimento de dada comunidade acerca da qual se quer demonstrar algo.

Existia um pensamento brasileiro, uma identidade autêntica, uma memória nacional baseada no evolucionismo das espécies, que perdurou por todo o século XIX. Vale dizer que a teoria evolucionista servia para explicar este Brasil, que futuramente se estruturaria como Estado Nacional, como nação. Dois aspectos importantes são levantados por Ortiz (1985): “o meio e a raça”. Estes dois termos explicam a realidade brasileira, que era muito diferente da européia, pois o Brasil era um país inferior em relação à metrópole e estava preservando o que as elites achavam que seria importante preservar.

Além do já citado Museu Nacional, foram criados no século XIX, o Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1866, o Museu Paulista (conhecido como Museu do Ipiranga), em 1892, e o Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia em 1894, apenas para citar alguns⁵. Estes museus nasceram como museus etnográficos.

A partir de 1922, com a criação do Museu Histórico Nacional, nota-se uma maior preocupação com a salvaguarda da cultura nacional e da existência de uma instituição voltada à preservação da cultura brasileira, mas ainda sob a égide dos ideais positivistas de progresso e culto ao herói. Esta filosofia positiva, criada por Auguste Comte, impregnada de nacionalismo e sentimento de amor à pátria, estava muito presente nos museus fundados no Brasil, principalmente na República Velha.

⁴ Acervo de exemplares encontrados na natureza, principalmente de fauna e flora, de caráter classificatório.

⁵ Um estudo abrangente sobre a história dos museus no Brasil foi desenvolvido por Maria Cecília França Lourenço (1999).

O positivismo foi um pensamento que compôs a ideologia da burguesia brasileira em ascensão no século XIX e influenciou a mentalidade preservacionista nos acervos dos museus. O Museu Histórico Nacional nasceu consagrado à história da pátria, à representação da nacionalidade, veiculando a história oficial, conforme tão bem nos declara Julião (2002). Foi Gustavo Barroso, seu primeiro diretor, que ali criou essa mentalidade preservacionista.

Também em solo gaúcho o positivismo esteve presente. O Museu do Estado do Rio Grande do Sul foi fundado em 1903, pelo líder positivista Antonio Augusto Borges de Medeiros, e hoje é denominado Museu Júlio de Castilhos. Esta casa de memória abriu suas portas para guardar os testemunhos de história natural, documentos, condecorações, obras de arte e mobiliário representativos da história oficial do Estado. Posteriormente, o acervo foi desmembrado para formar outras instituições, dentre elas o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (criado em 1954 e inaugurado em 1957) e o Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica (criado em 1955). Segundo Campos (1960), o Museu do Estado já existia desde 17/12/1885 (criado pela Lei nº. 1549 como Museu Provincial) e o Decreto nº. 589, de 1903, validou a iniciativa desta “tão útil instituição”. Optamos por utilizar na nossa dissertação, o vocábulo gaúcho e suas variantes como sinônimos de rio-grandense, ou seja, representando geograficamente o Rio Grande do Sul, apesar de reconhecermos neste vocábulo referência a uma identidade do habitante do Rio Grande do Sul e sobre elementos identitários do gaúcho. Vários intelectuais abordam este tema, dentre os quais podemos citar: Sandra Pesavento (1992), Moacir Flores (1990) e principalmente Carlos Reverbel (1986).

O Estado do Rio Grande do Sul teve governos em consonância com a política dos militares que governaram o País. Aliás, muitos destes militares construíram parte de sua história política no Sul e, não por coincidência, vários museus regionais levam o nome de alguns presidentes brasileiros desta época.

A América Latina possui uma realidade e uma identidade cultural muito diferenciada dos países norte-americanos e europeus, em se tratando apenas das influências e dependências mais imediatas. Toda a América Latina, o Cone Sul, restringindo ao Brasil, apresentam um comportamento, salvo raras exceções, linear – entendendo-se por linear o que é cartesiano, positivista – das instituições que guardam nossa memória. Ou seja, nestes países ainda em desenvolvimento a formação dos museus foi diferente.

No Rio Grande do Sul, a maior parte dos acervos formou-se de obras tomadas de dívidas, de forma que o Estado dava conta de todo o tipo de acervo⁶, sem levar em consideração o que realmente retratava a memória do povo. Um bom exemplo em nível nacional é a coleção do Museu Nacional da Quinta Boa Vista (Rio de Janeiro), que foi iniciada com a coletânea de objetos exóticos – múmias, artefatos arqueológicos – da coleção do imperador Dom Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina. Assim, esta linearidade diz respeito ao modo como a história e a memória são mostradas nos museus, com exposições cronológicas e factuais. A história do Brasil é quebrada em sua linearidade, ao longo do seu desenvolvimento, por golpes militares, fatos esses recorrentes na América Latina, mas que não aparecem na narrativa museal.

Nos dias de hoje, Porto Alegre conta com espaços voltados à cultura, como centros culturais, espaços de arte, memoriais, locais de fruição e difusão cultural. Permanecem os museus acima citados com suas ações e acervos, tentando dar conta das atuais vertentes museológicas. No “Guia de Museus do Rio Grande do Sul”⁷, editado pelo Sistema Estadual de Museus, encontramos uma radiografia não só dos museus da capital gaúcha como de todos os municípios do Estado.

Para, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1990), desde os primeiros museus implantados no Brasil até 1930, nota-se que sua metodologia de ação e organização é transplantada de nações mais avançadas para nosso meio cultural e, por este motivo, ficaram alheias as nossas histórias. Já a partir dos anos 30 do século XX estas instituições visam atender as reivindicações de intelectuais, num período de um Estado centralizador que se auto-atribui a tarefa de institucionalizar os museus nacionais. Lembremos que nesta época a noção de patrimônio se reduzia ao “histórico e artístico”, assunto que será abordado no capítulo 3.

Entre os anos 1940 e 1950 há a euforia do pós-guerra e o crescimento de uma burguesia que se afirma economicamente e que busca ascensão social e cultural; intensifica-se um mercado de arte. Fora do País, mais especificamente na Europa, a então recém criada UNESCO recomendava que se preservasse o patrimônio de arte moderna e contemporânea, em função da destruição pela qual acabavam de passar.

⁶ Entendendo-se aqui acervo como o conjunto de bens que integram um patrimônio e/ou o conjunto das obras de uma biblioteca, um museu, um arquivo.

⁷ Rio Grande do Sul, 2006.

De 1950 até o início dos anos 1980 cresce o número de museus no Brasil, provavelmente pela repercussão que a criação do Comitê Brasileiro do ICOM (ICOMBR), em 1946, surte por aqui.

Bruno (2002) destaca a questão da atualidade dos museus, abordando a relevância do papel destas instituições na sociedade contemporânea.

Os museus não são almoxarifados da realidade, nem lugares de coisas velhas e sem vida, como também não são templos para consagração de alguns poucos indivíduos. As instituições museológicas não são negócio empresarial ou escola, nem clube recreativo ou igreja. Entretanto, os processos museológicos têm características que os confundem com as abordagens anteriores, mas reúnem características que permitem delimitações de seus aspectos constitutivos, suas formas de atuação e suas funções sociais. (BRUNO, 2002, p. 88).

Nota-se, portanto, que na voz corrente permanece a idéia “das coisas velhas” e na academia, para os estudiosos, os museus devem atuar na proximidade com a população, afastando-se da concepção de algo sem vida. Isto é o desafio que os museus da sociedade contemporânea, que concorrem com tantas atividades de lazer, devem enfrentar.

No Brasil, observamos que os museus estão longe de estarem abertos e atentos à sociedade ativa e à dinamicidade dos acervos. É no decorrer do século passado, e mais especificamente no seu último quartel, que surgem importantes transformações no museu e na museologia mundial. Porém, as mudanças deviam preencher o vazio deixado pelo simples armazenamento, sem preocupação com o conhecimento a ser repassado ao público, além de respeitar as funções dos museus. No dizer de Chagas (1985, p. 188)

Assim o que se nos afigura é que diante das exigências do mundo contemporâneo, faz-se necessário uma reformulação do conceito de museu. Não basta mais a qualificação de museu dinâmico, é necessário torná-la prática e levá-la até às últimas conseqüências. Desta prática é que há de surgir o museu novo.

Desde que os profissionais da área museal passaram a refletir e a discutir com mais afinco sobre a dinâmica, a integração e a possibilidade de renovação que os museus encerram, entendemos que esta área de conhecimento – seja museu e/ou museologia – começa a ter maior respeitabilidade, não só dos meios acadêmicos como do grande público.

2.3 MUSEOLOGIA TRADICIONAL E NOVA MUSEOLOGIA: PASSADO E FUTURO OU CONVÍVIO DURADOURO?

Por não se entender o museu sem a museologia, acreditamos ser de grande valia historiar como se desenvolveu esta ciência, ainda em construção.

O primeiro manual publicado sobre o tema “museologia” data de 1727 – o livro “*Museographia*”, de Caspar Friedrich Neickel. Aí a *Museografia* era vista como uma técnica da museologia. Cerávolo (2004), citando Peter Van Mensch (1992), localiza o termo “museologia” na segunda metade do século XIX, utilizado no “sentido de exposição e preservação de coleções de *naturália* (grifo do autor)” (CERÁVOLO, 2004, p. 238). Cerávolo (2004) cita ainda Rússio (1989), que também situa o termo “museologia” no século XIX, assinalando uma ancestralidade do *fazer museológico*, já que o mesmo foi originalmente publicado num periódico voltado para museus, arquivos e bibliotecas.

Costa (2004) detalha o papel do museólogo que era, no século XIX e início do século XX, o de um conservador, uma vez que nos museus se transmitia o conhecimento através da conservação dos objetos que eram representativos de uma sociedade. Nos dias de hoje, o museólogo deve atuar como mediador entre o cidadão e a cultura. A ele cabe o papel não só de conservar, mas de preservar os objetos, no sentido de criar e recriar os valores em sociedade, visando a melhoria da qualidade de vida dos atores sociais e, neste sentido, este profissional vê o seu papel social ampliado.

A Museologia nasce com as ciências modernas (humanas e sociais), sendo reconhecida inicialmente como a ciência do museu. Para Fernández (1999), contudo, as definições mais adequadas da área vieram no pós-1945, especialmente com a criação do ICOM. Ao longo do tempo, os termos “museologia” e “museografia” suscitaram muitas divergências de conceito. Como as ciências devem ter seus objetos de estudo, houve muita discordância de pensamento sobre a finalidade, as funções e os objetivos da museologia e sua técnica (a museografia).

Mediante estas dissensões, se travaram debates sobre a cientificidade da museologia e sua consolidação enquanto ciência. Como estas diferenças de pensamento ocuparam boa parte do debate, o ICOM se viu compelido a publicar conceitos diferenciados a partir dos anos 1970.

A Museologia Tradicional pregava o isolamento, os acervos especializados, a cultura erudita. Os museus objetivam guardar, expor, preservar e, principalmente, ampliar suas coleções. Os objetos são musealizados em um contexto artificial, sendo obrigatória a presença de um edifício, um espaço institucionalizado que abrigue as coleções. O percurso de visitação é imposto ao público, que fica passivo, como mero espectador e precisa ter um nível intelectual avançado para poder acompanhar. Por este motivo é que, na visão tradicional, as coleções preservadas levavam em conta a história oficial, homogênea, com identidade nacional única, a representação do exótico, a flora e a fauna taxidermizadas. Os museus buscam transmitir a cultura e a história por meio de exposições permanentes. Ou seja, os museus não são dinâmicos e não se integram à comunidade, que vê ignorados os seus interesses.

A sistematização dos preceitos da museologia começa a aparecer através de discussões de um grupo de interessados, especificamente com a implantação do ICOFOM – Comitê Internacional para a Museologia – vinculado ao ICOM. Este Comitê foi uma iniciativa do tcheco Jan Jelinek, em 1977. Cerávolo (2004, p. 239), citando Mensch, afirma que “Jelinek argumentava que a museologia deveria ser estudada para se desenvolver e se adaptar às mudanças de seu tempo da mesma forma que outras atividades profissionais”.

Em 1981, Rivière definiu a museologia como:

Una ciência aplicada, la ciencia del museo. Estudia la historia y la función en la sociedad, las formas específicas de investigación y conservación física, de presentación, animación y difusión, de organización y funcionamiento, la arquitectura nueva o rehabilitada, los emplazamientos admitidos o seleccionados, la tipología, la deontología. (FERNÁNDEZ, 1999, p. 21).

Para Guarnieri (1984), a museologia é uma disciplina científica, uma ciência em construção, com um objeto específico: o fato museal ou museológico. Este fato traduz-se na relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade, que se dá num cenário institucionalizado ou fora dele. Já para o cientista alemão Schreiner e para a tcheca Ana Gregorova, se a museologia é a ciência dos museus, então a medicina é a ciência dos hospitais. E este é um conceito muito simplista da museologia, uma vez que a relação entre o homem e o objeto pode se dar dentro de um espaço ou fora dele. Simplificar o conceito de museologia ao museu é reducionismo, é utilizar um conceito incompleto desta ciência.

Vemos, então, surgir a questão do relacionamento do homem no seu meio e do conceito de memória que aparecerá na relação homem/objeto. O testemunho esteve lá, ele participou do acontecimento, mas o que o público vivencia hoje é a memória do que está sendo dito. A questão não é unicamente a de olhar este testemunho, mas sim de interpretar e entender o que ele representa, qual o contexto em que esteve, o seu valor.

Segundo Mensch, Piet e Frans (1990), presidente do ICOFOM em 1983, a museologia tem uma visão holística do homem, que leva em conta várias abordagens de diferentes campos científicos, tal qual a antropologia, a história e a biologia. Estes estudiosos nos chamam a atenção para o fato de que o objeto na museologia tem a posição de um condutor que contém uma grande quantidade de informação, que deve ser levada em conta quando observamos ou descrevemos este objeto, já que a teoria e a ideologia sempre estarão presentes. Para Mensch, Piet e Frans (1990), as bibliotecas, arquivos, jardins zoológicos e botânicos são também manifestações de museologia, pois trazem em seu cerne a informação, a preservação.

Ainda segundo Mensch, Piet e Frans (1990), o conceito de museu sofreu muitas alterações, o que ocorre também com a museologia. Desloca-se a centralização no *objeto* para a centralização na *comunidade*; amplia-se o conceito de objeto museológico, dá-se prioridade para preservar os acervos em seu local original; musealizam-se instituições e funções de vários estilos (comerciais, industriais, residenciais). Enfim, eles depreendem daí os benefícios de uma museologia que não esteja exclusivamente centralizada na instituição.

Cândido (2002) faz um estudo pormenorizado da ciência museológica e cita os conceitos propostos por André Desvallées. Segundo Desvallées (1989), houve no final do século passado um retorno à museologia, cujos princípios (que estavam esquecidos) já haviam sido dados à época da Revolução Francesa, principalmente no tocante à democratização dos museus. Citando Mensch, Cândido (2002) refere-se à multiplicidade de significados do termo “Nova Museologia”, que aparece conectado às associações de amigos dos museus, aos códigos de ética, à singularidade dos objetos, ao museu comunitário, entre tantos outros. E é neste ínterim que o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINON) aparece, durante a Declaração de Quebec, em 1984.

As idéias da Nova Museologia, embora tenham sido publicadas nos anos 70 do século XX, já figuravam nos pensamentos de Rivière e Hugues de Varine desde os anos 1950.

Nos “Cadernos de Sociomuseologia” (SANTOS, 1996) detalha-se que a Nova Museologia baseia-se no diálogo, em contextos interativos, e sua proposta sugere uma libertação da razão instrumental a que os museus estão submetidos, atrelados, na maior parte das vezes, ao Estado e à burocracia; aos governos que decidem, a exemplo dos mais poderosos da Antigüidade, o que será preservado, num processo de acumulação e alienação.

Para Mensch, Piet e Frans (1990), a Nova Museologia aparece diretamente ligada à Ecomuseologia e à importância do desenvolvimento da comunidade. Ainda ressaltam que os acervos devem ser apresentados às populações para que possam construir o seu próprio projeto, compreendendo como se dão as alterações da sociedade em vários níveis (político, econômico, cultural, ambiental).

O objeto museológico pode ser material ou imaterial, houve um “alargamento” nos critérios de seleção do que preservar. Procura-se preservar no local original ou tão próximo quanto possível da localização física de origem, controlando as políticas de aquisição e mantendo a contextualização. Hoje em dia busca-se a pesquisa e dá-se ênfase às idéias, aos centros de pesquisa. (expor as idéias e não somente os objetos). Trazer este conhecimento ao público é uma tarefa das mais difíceis a que os museus se impõem.

Mário Chagas⁸ comentou que “devemos interrogar os objetos, a linha dos objetos mais simples do dia-a-dia, diversificar os açucareiros, não só os de prata nem só os de plástico, mas todos [...]”.(informação verbal)

Entendemos que a importância da descrição e da observação do objeto prende-se ao fato das análises que o público fará em sua freqüência ao museu. Desta forma, o cuidado na descrição dos objetos deve levar em conta a origem, o uso e reutilização e o contexto em que esteve inserido, a fim de que a interpretação seja isenta de julgamentos que possam ofuscar o observador.

Os conceitos da Museologia Tradicional entram em choque com a Nova Museologia no Brasil no final dos anos 80 do século XX. O movimento da Nova Museologia tem preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica e

⁸ Em pronunciamento docente, no curso de especialização em Museologia da PUCRS, em Porto Alegre, no ano de 1991.

estrutura-se dentro de uma visão do todo e das *interfaces* entre o homem e o que ele produziu.

Importantes documentos que declaram a existência da Nova Museologia e do museu integral datam os anos 70 e 80 do século XX. Para Primo (1999), estes documentos, quais sejam: o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, o I Atelier Internacional da Nova Museologia, a Reunião de Oaxtepec e a Reunião de Caracas, são resultado da reflexão conjunta de profissionais.

A autora destaca a importância da interdisciplinaridade para o contexto museológico. Além disso, enfatizamos que muitos destes documentos foram produzidos na América Latina, cuja riqueza cultural decorre da fusão de várias etnias e variadas tradições. Por vezes, a história nos mostra que esta diversidade de acervo que temos hoje resguardados nas instituições de memória em vários países, retrata a riqueza, mas também a destruição a que estas civilizações foram submetidas. A integração latino-americana mais uma vez demonstra, através desta busca no final do século XX, que o homem deve preservar o seu patrimônio, que é universal e se preserva através de testemunhos materiais e imateriais.

Nesta pesquisa, nos deteremos em três destes documentos citados: Chile, Quebec e Caracas.

A Mesa-Redonda de Santiago do Chile, de 1972, detalha que os museus devem criar sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia de sua ação em relação à comunidade. Define o conceito de museu integral como um agente de desenvolvimento comunitário (caráter social do museu). Recomenda a criação de cursos técnicos de museus e a interdisciplinaridade.

Já a Declaração de Quebec, de 1984, atenta para o fato de que tudo seja feito para que os poderes públicos reconheçam e ajudem a desenvolver as iniciativas locais que aplicam estes princípios. Cria o Movimento da Nova Museologia, formalizado em Lisboa, em 1985, com o nome de MINON (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), que dois anos depois filiou-se ao ICOM. Detalha a oposição entre Museologia Tradicional e Nova Museologia, propondo uma reflexão crítica, principalmente em termos da preocupação com a comunidade, no contexto econômico, social e cultural, e não só com a preservação dos acervos.

Citamos também a realização da Declaração de Caracas, em 1992. Exatamente vinte anos depois da realização da Mesa-Redonda de Santiago do

Chile, a Declaração demonstra que as bases de uma política museológica ampla e efetiva estão lançadas. A temática do encontro de 1992 versou sobre “A missão do museu na América Latina hoje: novos desafios”. Profissionais da área entenderam a importância de atualizar os conceitos e renovar os compromissos assumidos nos anos 70 do século XX. Refletiram sobre a vinculação entre o museu e seu meio social, político, econômico e ambiental e concluíram que a nova dimensão da instituição museu é a de ser protagonista de seu tempo. O conceito de museu integral passa a ter uma nova abordagem, qual seja, a de museu integrado, com a comunidade sendo participante no processo museológico e o museu como instrumento de mudança social, para desenvolvimento, ação e preocupado com o patrimônio global.

Uma das recomendações importantes extraídas deste encontro e que nos interessa diretamente nesta investigação foi a de apontar para a necessidade de elaboração de políticas culturais coerentes e estáveis, que garantam a renovação das ações museológicas.

Para legitimar a dicotomia entre Velha e Nova Museologia, na criação do MINON se fez uma discussão conceitual, como destaca Primo (1999)

Naquele momento, numa primeira leitura podia considerar-se que uma nova Museologia se contrapunha a uma velha e arcaica Museologia. Mas na verdade o que ocorreu com a “ciência” museológica, assim como em todas as outras ciências sociais é um despertar para tudo o que estava acontecendo no mundo contemporâneo, através de uma percepção mais aguçada das transformações ocorridas na sociedade e uma busca em se atualizar e agir mais contemporaneamente e, não o surgimento de uma outra Museologia.

Assim, trata-se de confirmar a questão de que não existem duas museologias, mas um avanço em relação aos novos preceitos da Nova Museologia. Há uma renovação da prática museológica, com reflexões acerca do público, da cidadania, do objeto de estudo, das mudanças sociais, mas não uma opção pela Nova Museologia.

Para Varine (1995) não se deve procurar uma Nova Museologia com o nome de ecomuseu ou ecomuseologia, mas o futuro dos museus será seguir os princípios desta Nova Museologia, seja como museu-espetáculo (supermercados da cultura oficial), museu-coleção (dedicado às pesquisas avançadas) ou museu-comunitário (com vocação global/integral, dentro de suas comunidades).

Desde o templo das musas a uma das mais atuais definições de museu, que é a do ICOM, pode-se dizer que esta concepção evoluiu:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais e imateriais dos povos e seu ambiente. (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2006, p. 6).

Também apresentamos uma definição mais ampla e atualizada, utilizada pelo Departamento de Museus do IPHAN:

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III – A utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V – a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI – a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas. (BRASIL, 2005).

Este processamento de idéias é demonstrado em alguns museus nacionais, e em poucos museus do Rio Grande do Sul. Contudo, como já mencionado, há ainda muitas “casas de memória”, que permanecem operando sob a teoria tradicional da museologia.

Pensar no museu hoje é buscar um novo conceito. Implementar a Nova Museologia é fundamental para uma atuação contemporânea eficaz dos museus. A temática da Nova Museologia é interdisciplinar e visa manter os objetos no contexto original, com território integral e comunidade participativa. Esta nova visão, como já dissemos, tem gerado um tipo novo de museu, de tendências e correntes variadas. O que se busca é uma renovação dos museus, o museu comunitário, onde tudo pode ser musealizado, desde os objetos que perpassam todas as classes até os

costumes que compõem o desenvolvimento da sociedade, podendo ser, inclusive, de ordem material e imaterial.

No momento atual inexiste uma opinião consensual sobre o que é a museologia. A sociedade complexa, vista como pós-moderna e em grande mutação neste início do século XXI, traduz as discordâncias a respeito de uma única tomada de posição.

Para a museologia, os conceitos que demonstram o “estado da arte” são os da Nova Museologia, sendo o ecomuseu a forma mais adiantada da Museologia Contemporânea. Não se trata de suplantando a Museologia Tradicional, ou os museus tradicionais com seus acervos ainda amontoados, mas o tempo permitirá que novas abordagens, novos estudos, novos cursos e capacitação dos responsáveis pelos afazeres museísticos possam levar-nos ao mais alto grau do conhecimento desta ciência. A Museologia Social, o museu integrado e tantos outros atributos da Nova Museologia nos levam a vivenciar estas mudanças que estão se processando nesta área.

2.4 DESENHANDO UMA POLÍTICA MUSEOLÓGICA

Em 1937, foi publicado o Decreto-Lei nº 25. Somente cinquenta anos depois da publicação, houve a criação do Sistema Nacional de Museus, em 1986. Este órgão, à época de seu surgimento, ligado à SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), exerceu a função de traçar uma política museológica participativa, efetivada através de discussões com a categoria museológica em todas as unidades da federação.

Estimulado por este Sistema Nacional é que foi criado, pelo governo gaúcho, um órgão regional nos mesmos moldes. O Rio Grande do Sul, desde que se preocupou em instituir o seu sistema de museus até os dias de hoje, tem sido uma referência para a área museológica no País, tanto por ter sido um dos pioneiros na criação do Sistema Estadual de Museus, quanto por ter dado continuidade ininterruptamente às ações e propostas de integração que desenvolve em prol da museologia.

A retomada de uma organização sistêmica na área, representando, de certa forma, uma revitalização deu-se, em nível nacional, com a criação do Sistema Brasileiro de Museus, em 2004. O trabalho implementado no Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, no período 1999/2003 foi importante nesta retomada.

Ainda hoje, temos no Rio Grande do Sul um dos poucos sistemas de museus estaduais que funciona continuamente desde sua criação, embora com períodos permeados por muitos percalços de inoperância do órgão, ausência de coordenador e negligência no atendimento a demandas regionais. A organização deste sistema gaúcho baseou-se no sistema de museus do Paraná e, atualmente, vem servindo de modelo para a implantação de outros órgãos do gênero nos estados da federação. Exemplo disto é o sistema de museus do Maranhão, que está em processo de criação e vem sendo orientado pelo sistema de museus gaúcho. Também pautou a criação do sistema municipal de museus em Pelotas e ainda em Salvador e Ouro Preto.

Historiando a criação do SEM/RS é fundamental destacar que em 1987, foi criada a Coordenadoria Estadual de Museus (CEM/RS), com a finalidade de sistematizar e agilizar operacionalmente as ações oficiais e privadas na área museológica nos âmbitos municipal, estadual e federal, levando em conta as carências de recursos financeiros e humanos que existiam nesta área no Rio Grande do Sul.

Este órgão, na época, integrava o comitê de coordenação do Sistema Nacional de Museus e estava vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, pertencente a Subsecretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. A esta Subsecretaria estavam afetos todos os museus da administração pública estadual.

A Coordenadoria já vinha atuando com o *status* de um sistema estadual, embora este ainda não estivesse criado. Sendo assim, ela foi a origem do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. A Coordenadoria propunha-se a estabelecer uma política ampla, dinâmica e participativa a respeito das linhas básicas de preservação, conservação e comunicação do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Esta pré-organização é muito respeitável na medida em que foi um primeiro movimento da sociedade gaúcha em prol da área museológica. O Estado tinha um número de oito museus — que eram de sua administração direta — e

mais oito que faziam parte de instituições mantidas pelo governo estadual (como por exemplo: Banrisul, Brigada Militar e IPE). Além disto, por sua conformação, esta CEM/RS permitia que os museus federais, municipais e privados também pudessem dela fazer parte, a fim de usufruírem os programas e projetos de fomento, incentivo e promoções ligados à área da Museologia no Rio Grande do Sul.

Entrementes, a efetivação da criação do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, em 1991, não se deu sem muitas discussões, movimentos e organização da classe.

Vimos que o Rio Grande do Sul, alinhado com a criação do Sistema Nacional de Museus, e com experiências similares em outros estados do País (principalmente o Paraná), estava articulando-se como um dos precursores da concretização de um organismo preocupado com as políticas governamentais para a área museológica. Ainda em 1986, houve a preocupação em criar um comitê de museus junto ao Conselho Estadual de Cultura. A este comitê competia priorizar os projetos dos museus para seu encaminhamento ao Ministério da Cultura. Este comitê, no nosso entendimento, exercia um papel de suma importância, ao realizar efetivamente uma ação política, envolvendo a área da Museologia.

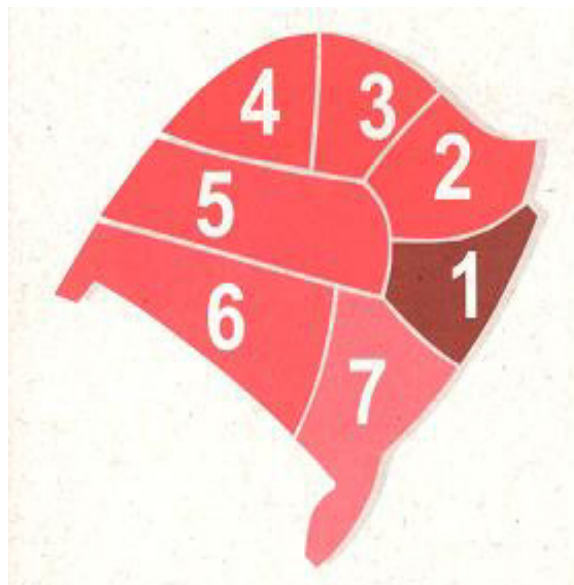


Figura 1: Divisão regional do SEM/RS
Fonte: Rio Grande do Sul (2006, p. 5).

Desde 1987, a CEM/RS funcionava de fato, mas não de direito, o que foi definido em 1988. Em 1989, por meio do relatório da representante do Rio Grande do Sul no Sistema Nacional de Museus e da Coordenadora Estadual de Museus é expresso o desejo de institucionalização de uma política cultural relativa à área museológica.

A criação do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) se efetivou através do Decreto nº 33.791, de 21 de janeiro de 1991. Este Decreto organiza sob a forma de sistema as atividades de museus do Estado e postula que estas atividades serão desenvolvidas sistematicamente, nos termos do Decreto nº 20.818, de 26 de dezembro de 1970.

O Decreto de 1970 regulamentava todas as atividades do Poder Executivo do Estado e traçava as normas para que se organizassem sob a forma de sistemas. Um trecho deste decreto, abaixo transcrito, faz crer que, sendo o período da ditadura militar brasileira, nada melhor do que manter sob o olhar do Estado (leia-se dos militares) todas as ações que fossem realizadas nos mais diversos âmbitos, incluindo o cultural, e este Sistema Estadual de Museus não escapou a esta verticalidade, embora tenha sido criado muitos anos depois.

Considerando que essa nova modalidade de integrar atribuições afeta às diversas unidades de trabalho do Executivo, elimina paralelismos de ação e pluralidade de interpretações ou de tratamento de um mesmo tema, e une, por via de fluxo permanente de comunicação e dentro de uma mesma política específica, órgãos e agentes da Administração. (RIO GRANDE DO SUL, 1970).

O Sistema Estadual de Museus tem como atribuições: promover a articulação entre os museus existentes no Estado; definir diretrizes gerais de orientação museológica; estabelecer e acompanhar programas de atividades; propor formas de provimento de recursos destinados à área; promover contatos dos museus com entidades capazes de contribuir para a viabilização dos projetos; entre outros.

A estrutura sistêmica prevê que a coordenação se reunirá mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente por convocação do Secretário de Estado da Cultura. O decreto nº 33.791 registra o que se considera unidade museológica⁹ para

⁹ Os museus ou entidades afins, desde que sejam instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidos por pessoal especializado, com acervos abertos ao público e destinadas a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais do homem e de seu meio-ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer (BRASIL, 1991).

o SEM/RS e também detalha a constituição, ou seja, a estrutura do mesmo.

O SEM/RS estabelece elos com uma gama de instituições, quais sejam: museus (públicos e/ou privados), associações de classe (museólogos, conservadores, historiadores), conselhos profissionais e muitos outros agentes da área museológica.

É importante citar que dentro do regimento do Sistema Estadual de Museus, está a promoção bianual do Fórum Estadual de Museus, um evento criado para discutir as ações dos agentes museológicos, dos profissionais e das instituições. O SEM/RS é composto por sete regiões museológicas. O Estado foi dividido geograficamente e os dirigentes de museus e coordenadores regionais reúnem-se periodicamente e discutem junto com o Fórum, tentando dar conta das solicitações, através da remessa de demandas aos órgãos de competência (SEDAC, FAPERGS, MinC, etc.).

Desde o surgimento do SEM/RS, conforme já mencionado, as ações estão estruturadas, organizadas sistematicamente, com funções claras. As reuniões, discussões, atividades de que as regiões museológicas participam são influenciadas pelo governo estadual. Assim, a cada gestão, a ideologia política se faz presente pela especificidade das ações que são mantidas ou modificadas.

A criação do Conselho Federal de Museologia (COFEM), órgão instituído em 1982 para fiscalizar a atuação da profissão de museólogo, e a conseqüente criação dos Conselhos Regionais (no caso do Rio Grande do Sul, o COREM / 3ª Região), bem como a criação da Associação Riograndense de Museologia (ARM)¹⁰, no ano de 1985, durante o desordenamento político partidário e econômico dos anos 80, e do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) vieram trazer integração e conflito ao sistema museológico. Integração, porque à época em que surgiram, em meados dos anos 80 do século XX, e que se reabriam os olhos para um novo Brasil, estes três órgãos (SEM, COREM e ARM) estavam no caminho da implantação, discussão, fiscalização, regulamentação da área museológica, e bastaria pôr em prática os estatutos e regulamentos para que, provavelmente, hoje, a área estivesse mais organizada. Conflito, porque o que ocorreu foi exatamente o contrário: órgãos que competem entre si, que são mais ou menos atuantes – em geral, menos – conforme o interesse político das direções e que não se integram,

¹⁰ No âmbito federal, existe, desde 1963, a Associação Brasileira de Museologia (ABM), que congrega os profissionais que atuam na área museológica.

acabando por se tornarem os responsáveis, de certa forma, pela fragilidade na condução das políticas existentes.

Ressaltamos que o COREM, em função de seus estatutos, que impedem o registro de profissionais que não sejam exclusivamente diplomados ou pós-graduados em nível de mestrado na área de Museologia, não vem tendo renovação, exatamente por não termos no Rio Grande do Sul, cursos de formação nestes níveis. No segundo semestre de 2006 foi criado em Pelotas/RS, na Universidade Federal, o primeiro curso de graduação em Museologia. Os profissionais egressos desta Universidade poderão ter seus registros no Conselho, o que deverá alterar o quadro de extinção a que a 3ª Região do COREM estava se aproximando.

Curiosamente, o primeiro curso técnico de Museologia surgiu no Brasil em 1932 (permanecendo ali até 1979), ligado ao Museu Histórico Nacional e ao seu diretor, Gustavo Barroso. Era também o primeiro curso latino-americano na área de museus. Cursos de nível superior em Museologia surgiram na Bahia (ainda em atividade), em São Paulo e dois no Rio de Janeiro (o da UNIRIO ainda em atividade), o que não parece melhorar a situação de dicotomia entre a teoria e a prática museológicas. Como mencionado, em Pelotas/RS foi recentemente instalado o curso de graduação em Museologia. No século XXI, quase setenta anos após a implantação da primeira formação profissional do Brasil, cria-se o primeiro curso na região Sul, onde o número de museus e profissionais que exercem suas funções junto a estas instituições é expressivo e onde existe uma política voltada para a área desde os anos 1980. O primeiro curso brasileiro de mestrado em Museologia surgiu no Rio de Janeiro, na metade de 2006. No Rio Grande do Sul houve uma tentativa de criação de um curso de nível médio, técnico, ligado ao sistema público estadual de ensino e organizado, pleiteado, iniciado, pela professora Vera Barroso, que nunca chegou a ser implantado.

Hoje, com tantas modificações na sociedade como um todo e nos museus em particular, verificamos que devem existir novos parâmetros para a formação profissional e que os profissionais que já atuam nos museus precisam ser reciclados dentro dos novos discursos que a ciência tem apresentado.

2.5 O ESTADO ORGANIZANDO UMA REDE MUSEOLÓGICA NO RIO GRANDE DO SUL

Quando surgiu o SEM/RS já existia a Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), que havia sido desmembrada da Secretaria de Educação (a Cultura era uma subsecretaria). Coube a gestão comandada pelo PMDB implantar a primeira coordenação do sistema de museus gaúchos, em 1991.

Durante o governo seguinte (1991/1995), gestão de Alceu Collares (PDT em coligação com o PSDB), foi o período em que ocorreu um desmantelamento do Sistema Museológico Gaúcho, pois, buscando suprir a carência de professores nas escolas, foram retirados os profissionais dos museus. Estes profissionais não eram museólogos e não tinham formação em Museologia. Eram professores, técnicos ou funcionários antigos das instituições, que desenvolviam suas atividades com conhecimentos adquiridos na prática do dia-a-dia. O SEM/RS manteve-se e, com o apoio das regiões, deu continuidade ao importante trabalho já realizado até então.

No mandato subsequente (1995/1999), no governo Antônio Britto (coligação entre PMDB e PSDB), é fundamental destacar uma descontinuidade do SEM/RS, que estava sem liderança, no ano de 1996. A saída da coordenadora (pela primeira vez uma profissional que não possuía registro de museóloga) para desenvolver um trabalho em Brasília, a pedido do governo, enfraqueceu o que havia sido realizado ao longo dos anos. Não foi nomeado outro profissional para o cargo e somente graças à coesão de alguns trabalhadores de museus fez com que não ficassem esquecidos os anseios da classe. Foi pela persistência da 1ª Região Museológica¹¹ que o SEM/RS manteve-se em funcionamento.

No governo seguinte, o sistema museológico e a comunidade museológica gaúcha exigiram a retomada dos trabalhos. No governo de Olívio Dutra (PT – 1999/2003) destacou-se a atuação do Coordenador do SEM/RS, dando ênfase aos objetivos do órgão e trazendo melhorias aos projetos já implantados. Com apoio do SEM/RS foram criadas campanhas de fomento (Pró-Museu, através da FAPERGS), cursos e oficinas de formação profissional e várias atividades no mês dos museus,

¹¹ Esta Região se delimita geograficamente com Porto Alegre, Litoral Norte, Região Carbonífera e Vale do Rio dos Sinos.

além de uma série de ações integradas entre órgãos do Estado, da área cultural e também de convênios com outros estados e sistemas de museus de outros países.

Levando-se em conta a atuação do SEM/RS, em conjunto com o governo federal e com o governo estadual, podemos entender que o Rio Grande do Sul, mesmo tendo sido um dos primeiros estados a criar o seu sistema de museus, ainda apresenta problemas de implementação de políticas públicas. Em verdade, as ações e programas são descontinuados e esta sazonalidade reflete-se no dia-a-dia dos museus públicos gaúchos.

No governo Germano Rigotto (PMDB – 2003/2006), o SEM/RS desenvolveu uma política de parceria com o governo federal, dando continuidade às atuações anteriores, o que faz com que o Rio Grande do Sul, como já citamos, seja um referencial, na organização sistêmica, uma vez que funciona ininterruptamente desde sua criação. Cabe destacar que, além do Sistema de Museus do Rio Grande do Sul existem somente mais cinco sistemas de museus em funcionamento no Brasil (nos estados do Ceará, Paraná, Bahia, Santa Catarina e Maranhão), embora nem todos eles estejam ainda regulamentados.

As leis de incentivo à cultura são também parte de uma política importante para a área cultural. Elas foram criadas na década de 90 do século XX e hoje representam uma forma de apoio privado às instituições públicas, incentivando por meio de deduções nos impostos a captação de recursos nesta área. No nosso Estado, a Lei de Incentivo à Cultura (LIC) é um dos meios utilizados pelo governo para manter esta política. Foi criada através da Lei nº 10.846, de 19/08/1996. No âmbito federal, os incentivos se dão, atualmente, pela Lei Rouanet e outros programas de fomento, como os da Caixa Econômica Federal, BNDES e Petrobrás¹².

Em 2004, foi criado pelo Decreto nº 5264/2004, o Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Este sistema, juntamente com o recém-criado Sistema Nacional de Cultura, faz parte da política governamental vigente. O SBM vem atuando conforme suas diretrizes de ampliação e modernização de museus, dando reforço e organicidade a essa área de preservação museal. Portanto, temos, de fato, vinte anos depois da criação do Sistema Nacional de Museus, um órgão realizador de políticas museológicas. A instituição também preconiza estar em movimento e

¹² Todos estes programas de incentivo são fornecidos através de editais abertos em períodos determinados e que podem ser consultados no site <http://www.sbm.gov.br>.

construção, buscando uma museologia alinhada com o contemporâneo e que mantenha uma posição crítica e peculiar em relação à Nova e à Velha Museologia.

Modelo de gestão da Política Nacional de Museus

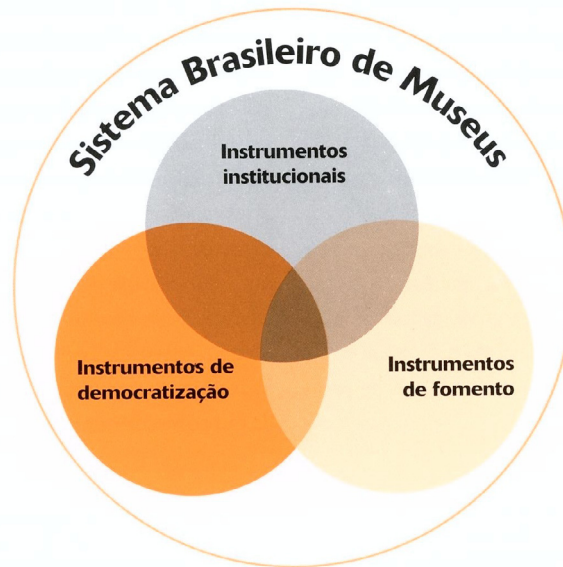


Figura 2: Modelo de gestão do Sistema Brasileiro de Museus
Fonte: Brasil (2006, p. 19)

Já o Sistema Nacional de Cultura, torna-se um desafio para a sociedade e deve ser prioritária a busca de transformações, um projeto de nação. Nas palavras de Célio Turino¹³

É pela cultura que a sociedade se afirma – de forma consciente ou não – como passiva, reivindicativa ou participativa. É com a cultura que uma nação se supera no refazer da solidariedade, no direito à apropriação de sua memória e como conhecimento da importância do seu papel transformador. (TURINO, 2005).

Não obstante aos esforços e à trajetória da área museológica no Rio Grande do Sul, observamos que os museus precisam alterar a situação em que se encontram. É necessário que se estabeleçam parâmetros mínimos de qualidade para dar conta da gestão de recursos – humanos, financeiros, materiais. A inaptidão dos operadores de museus para exercerem suas atividades precisa ser resolvida. Esperamos que as instituições que guardam a nossa memória possam observar regras mínimas de organização e pesquisa.

¹³ Historiador e Secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura.

As políticas governamentais para a área museológica necessitam dar conta do desenvolvimento de critérios e políticas de atuação e, dentro destas, políticas de aquisição e de acervo para os museus.

Segundo Lourenço (1999), os museus constituem espaços privilegiados para produção e reprodução do conhecimento, em especial em países carentes como o Brasil, uma vez que trabalham com matéria viva e presente – a cultura material, um bem ressaltante com o qual nem sempre a escola e o ambiente familiar podem ir contra.

Sendo assim, torna-se fundamental que as “casas de memória” cumpram suas funções (aquisição, preservação, exposição, pesquisa e comunicação), buscando estar presentes na produção e difusão do conhecimento e na formação da cidadania. Atrair segmentos de públicos diversificados, ter programas variados, oferecer opções de lazer e entretenimento que sejam coerentes com suas atividades básicas. Este é o museu que se pensa ter as condições ideais de subsistir na sociedade contemporânea.

2.6 CONSIDERAÇÕES

O presente capítulo buscou historiar brevemente os museus e a museologia. Identificamos os aspectos que consideramos de maior importância para o entendimento desta questão.

A museologia na sociedade contemporânea, tal qual os museus, está em permanente transformação, o que nos parece ser o reflexo da sociedade complexa, dita pós-moderna, e fragmentada, em que estamos inseridos. Apontamos a realidade museal como uma situação de crise, de busca de identidade e de conceituação. Entendemos o “estado da arte” como a Nova Museologia, como a salvaguarda e, provavelmente, como a saída para esta crise em que se encontram as nossas “casas de memória”.

Verificamos que melhorias têm sido assinaladas nas instituições museológicas e entendemos que prescindimos de ainda mais integração, interatividade e profissionalismo.

Pontuamos criticamente ações que foram e vem sendo realizadas historicamente nos museus e na museologia e, no próximo capítulo, traremos um apanhado sobre o que são estas políticas públicas para a área cultural e como as mesmas podem ser usadas em benefício das melhorias que percebemos necessárias para que os museus estejam inseridos na sociedade da atualidade, convivendo em conformidade com as comunidades em que atua.

Enfim, este é um panorama apontado para o futuro, que visa procurar saídas e destacar as políticas para a área cultural, na busca do suprimento das lacunas que nos colocam em conflito.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, HISTÓRICO E ATUALIDADE PARA A ÁREA DA CULTURA

3.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem a intenção de detalhar aspectos relativos às políticas públicas culturais brasileiras, demonstrando como a política interfere na área da cultura e de que forma isto se reflete na constituição dos museus.

Abordaremos as principais questões sobre os conceitos que têm sido tratados por autores contemporâneos a respeito de políticas públicas para a área da cultura, especialmente para a museológica, objeto central da nossa investigação.

Este capítulo está organizado em três partes: conceituação das políticas públicas, conceituação das políticas culturais, um apanhado histórico sobre a política museológica e a atual política nacional de museus.

Na primeira parte, resgataremos os vários conceitos de políticas públicas, nos abastecendo de narrativas contemporâneas de autores e cientistas políticos que trabalham com este tema.

Como segundo assunto, refletiremos sobre os conceitos de políticas públicas voltadas para a área da cultura, destacando sua importância na formação da cidadania e elegendo os aspectos principais da área cultural que nos interessam aprofundar nesta pesquisa, quais sejam: a importância de políticas culturais no Brasil, a necessidade e emergência de políticas mais focadas e a objetividade de ações voltadas para a cultura enquanto expressão da manifestação e diversidade cultural brasileira.

Na terceira parte, nos deteremos num histórico pormenorizado das políticas culturais de preservação e memória, que abrange o período desde os anos 30 do século XX até os dias de hoje, indicando aspectos pontuais, debates e avanços nesta área.

Buscaremos entender e explicar como as políticas públicas para a cultura, mais especificamente para a área museológica, estão formatadas e como estão se comportando os órgãos que formulam, que implantam e também os que usufruem destas políticas.

3.2 PRINCIPAIS CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE

Políticas públicas são um direito básico do cidadão e podem ser medidas pela qualidade de vida de uma população: moradia, direito ao voto, aposentadoria, acesso à educação, cultura, saúde e transporte. Devem, sempre, primar pela inclusão social e buscar a inclusão cultural.

Segundo Frey (2000) há na ciência política abordagens diferenciadas para a análise das políticas públicas, quais sejam: o Estado na situação de garantidor e protetor do bem-estar do cidadão e das sociedades; as contribuições estratégicas para solução de problemas e, no caso específico das políticas públicas, a inter-relação entre instituições políticas, processo político e conteúdos de política.

No Brasil, os estudos sobre políticas públicas vêm sendo realizados muito recentemente. Conforme Frey (2000), estes estudos, em geral, carecem de um embasamento teórico, nos oferecendo abordagens dissociadas de análises mais amplas, tornando-se restritas a estruturas e setores específicos.

Para Santos (2002, p. 201) “políticas públicas são – ou devem ser – o resultado de uma complexa interação entre agências estatais e organizações não-estatais”. O autor insiste no fato de que o Estado não seja o principal e único componente relevante neste processo.

Geralmente, as políticas públicas são desconhecidas pela maioria da população. Há lançamentos de programas, projetos, apoios, mas a população não (re) conhece da melhor forma a implantação dos mesmos. A sociedade termina por não realizar um acompanhamento crítico, além de não vislumbrar uma prestação de contas desta implementação. O poder público deveria atentar para a diversidade cultural e para a universalidade das políticas, voltado para o resgate das identidades e memórias, contribuindo efetivamente para a ampliação da cidadania.

Como detalha Amaral (2003) é importante que a sociedade civil articule-se politicamente para contrabalançar o poder do Estado. Citando Klisberg (1998), a autora reflete:

[...] Sobre a possibilidade de um modelo diferente, em que seja renovada a capacidade organizacional do estado, para que possa, de fato, formular, implementar, fomentar e coordenar políticas públicas, como também ser capaz de articular redes produtivas com a participação das variadas

expressões da sociedade civil, de modo a encontrar soluções viáveis e diversificadas para a grande cesta de problemas sociais. (AMARAL, 2003, p. 37).

Concordamos com a autora no sentido de que a população deve sensibilizar-se, a fim de canalizar para seus interesses esta opção de acesso, que o Estado proporciona o atendimento a demandas que são (ou pelo menos deveriam ser) dos atores sociais¹⁴. É neste âmbito que o cidadão como participante ativo dos processos da democracia tem a possibilidade de opinar, sugerir e apresentar os seus anseios. Neste mesmo sentido, Sérgio Costa (1997, p. 180) argumenta que

No regime democrático, ordem política fundada no consentimento, as decisões políticas têm que ser permanentemente fundamentadas e justificadas, e dependem, obviamente, de algum tipo de anuência da sociedade para que adquiram validade e possam ser efetivadas. Neste contexto, cabe à esfera pública uma posição central: ela se torna a arena onde se verificam, numa direção, a aglutinação da vontade coletiva e, no sentido oposto, a justificação de decisões políticas previamente acertadas.

Este autor chama a atenção para o fato de que o mercado de opiniões, formado pelos atores sociais, cujos interesses diferenciados concorrem pela atenção pública, busca tomar parte do processo de geração da opinião pública, influenciando os processos decisórios. Enfatizamos ainda que, segundo este autor, a opinião pública não se transforma rapidamente em decisões políticas. Para ilustrar tal argumento, ele destaca que:

Tal “conversão” ocorre conforme um modelo de dois níveis que descreve o *policy process*. No primeiro estágio, verificam-se a formulação pública e a apresentação de posicionamentos acerca de determinado problema; trata-se, portanto da formação da opinião pública. Somente quando a questão tematizada é assimilada pelo sistema político – segundo estágio – é que pode então transformar-se numa decisão concreta. (COSTA, 1997, p. 181).

Esta citação revela que além de os atores sociais estarem inseridos na sociedade em que vivem e, portanto, conhecedores das questões que são importantes para determinada comunidade, grupo, localidade, precisam estar atentos aos meios existentes para expressarem suas opiniões, que se transformarão em demandas e, conseqüentemente, pautarão as agendas do poder público, dos formuladores das políticas. Mas, sem este interesse e sem esta participação, torna-se inútil efetuar reclamações em pequenos grupos que, obviamente, não serão ouvidas ou observadas por quem tem o dever de transformá-las em ações públicas.

¹⁴ Entendemos aqui como atores sociais, os profissionais da área cultural e a população que usufrui a programação de instituições culturais.

Podemos aqui fazer menção, embora sem nos deter, ao orçamento participativo¹⁵, processo de consulta popular que pautou os governos petistas durante cerca de dezesseis anos (de 1989 até 2004) na administração de Porto Alegre e que ainda vem sendo utilizado na atual gestão municipal. Insistimos na idéia de que a organização social das comunidades é fundamental.

Entendemos ser conveniente ressaltar algumas reflexões do processo de implementação das políticas públicas, exatamente por tratarmos nesta pesquisa da eficiência e da eficácia da aplicação das políticas públicas para a área da cultura. Para tanto, destacamos Silva e Melo (2000, p. 3), quando comentam que no contexto institucional e organizacional brasileiro, há particularidades expressivas em relação à implementação de políticas públicas. Para estes autores, “a implementação revelou-se, portanto, o ‘elo perdido’ nas discussões sobre a eficiência e eficácia da ação governamental”. O *policy cycle* (ciclo de política) é discutido em suas duas visões - clássica e de processo - mas identificados, tanto num como no outro espectro, como padecendo de sérias dificuldades de pressupostos. Os autores colocam o *policy cycle* como sendo

[...] representado por redes complexas de formuladores, implementadores, stakeholders e beneficiários que dão sustentação a política; e por “nós” críticos. Esses “nós” ou “elos críticos” representam os pontos no tempo onde questões referidas ao processo de sustentação política dos programas, de coordenação interinstitucional e de capacidade de mobilizar recursos institucionais se conjugam. (SILVA; MELO, 2000, p. 14).

É exatamente neste ponto que, acreditamos, as políticas necessitem de mais atenção dos formuladores, neste ciclo de opções que englobem as necessidades dos grupos, dos atores e as perspectivas do poder público para atender às demandas.

Santos (2002, p. 197) analisa os grupos de interesse que ele conceitua como “organizações apartadas do governo – embora muitas vezes em estreito contato ou parceria com órgãos governamentais – cujo objetivo é exercer influência sobre políticas públicas”. Tal qual Santos (2002), também entendemos que os grupos de interesse constituem-se em elementos importantes a serem destacados neste estudo. Destacamos que os grupos de interesse exercem influência sobre políticas públicas, pois estão (ou deveriam estar) em contato direto com as instâncias governamentais. No nosso caso, na área museológica, em alguns

¹⁵ Ver em detalhes no site <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op>.

períodos históricos, esses grupos inexistem ou são formados esporadicamente, inclusive se prestando à manipulação. Ilustramos, neste âmbito, fatos como a criação do Conselho Federal de Museologia¹⁶ e da Associação Rio-Grandense de Museologia¹⁷.

Santos (2002, p. 200) também se debruça sobre a análise dos conceitos de comunidade de política pública (*policy community*), que são “os atores com interesse direto ou indireto em um mesmo foco de políticas”. E também detalha o que é compreendido por rede de políticas públicas (*policy network*): “entende-se a caracterização geral do processo de formulação de políticas na qual membros de uma ou mais comunidades de políticas estabelecem uma relação de interdependência” (SANTOS, 2002, p. 201).

Cremos, conforme abordado no capítulo 2, que a área museológica dos anos 70 do século XX até a atualidade vem se organizando, ainda que lentamente, no nosso entendimento, para propor suas reivindicações. As comunidades e redes que Santos (2002) detalha são percebidas nesta área, contudo não nos parecem ter avançado. Percebemos que fica muito mais a cargo do governo, propor políticas, formular diretrizes do que estas demandas serem propostas pelos grupos de interesse. Como mencionado, existem entidades de associação de operadores da Museologia que verificamos não funcionarem como suas propostas originais. De qualquer forma, entendemos que existe um crescimento.

3.3 UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS

Investimento em cultura existe desde a Grécia antiga. Na época de Péricles foi adotada uma política cultural relativa à reconstrução arquitetônica da cidade (destruída pela guerra) e incentivando o teatro, que era apresentado ao ar livre. Já na Roma Imperial é que se origina a função do que depois ficou conhecido como mecenato (artistas ou pensadores são amparados por algum poder econômico ou

¹⁶ O Conselho Federal de Museologia (COFEM) é o órgão regulamentador e fiscalizador do exercício da profissão de museólogo, criado em 1984.

¹⁷ A Associação Rio-Grandense de Museologia foi fundada em 1985, no Rio Grande do Sul, tendo por finalidade congrega os museólogos e incentivar o aprimoramento técnico e promover a valorização dos trabalhos museológicos, conforme consta de seus estatutos.

político), conforme descreve Feijó (1992). Mecenas, que era ministro do imperador Otavio Augusto, atuava no sentido de desenvolver ações que enaltecêssem a figura do Imperador e seu poderio.

Posteriormente, o Renascimento e o Iluminismo, movimentos de grandes impactos no pensamento, na política e na cultura, nos fazem perceber a importância da temática política cultural em vários momentos da história social desde que se vive em repúblicas e democracias, onde o povo pode e deve (ou deveria) ter livre expressão. Neste período de renascer da cultura greco-romana, a censura e a repressão, além do forte papel inquisidor da Igreja denotam uma riqueza cultural em contraponto com uma intensa coação política. O Iluminismo no século XVIII trazia o racionalismo em contraposição ao pensamento medieval, obscuro. Este movimento foi um preparo para a queda do Antigo Regime e para a defesa dos ideais da Revolução Francesa, quando a burguesia aparece no cenário cultural e político.

Mas é com a Revolução Industrial, que promoveu mudanças significativas na vida das pessoas, com a mecanização, que surgem o capitalismo e a classe operária, que trazem novas características na política e na cultura. Com o passar do tempo, estes operários tomaram consciência de suas diferenças com os donos das fábricas e ficaram claras as posições de cada um. As classes, cujos interesses são antagônicos, geraram as lutas. A economia era o foco principal, mas eram também os interesses políticos que arrefeciam as diferenças. Feijó (1992, p. 19) destaca: “[...] a classe dominante confundia cultura com ideologia [...] a burguesia temia a democratização da cultura, pois não queria democratizar o poder”.

Nestes anseios é gerido o Socialismo. A classe operária se politizava e o Marxismo vem no discurso dos operários contra o Capitalismo. A industrialização leva à urbanização e à facilidade das comunicações e da tomada de uma consciência histórica do período vivido.

Na Modernidade, o Estado Liberal¹⁸, de uma maneira geral, interage com a iniciativa privada, a fim de suprir demandas para as quais na maior parte das vezes há deficiência. A cultura é uma destas áreas, que é apoiada pelas empresas e ganha suporte da sociedade para seu desenvolvimento. Garcia Canclini (1997) é um dos autores que retrata a tentativa de diminuição da intervenção do Estado nas instituições culturais latino-americanas na contemporaneidade.

¹⁸ Liberalismo: corrente política com origem no Iluminismo que prega a liberdade, em contraste com as políticas da Idade Média.

Para Porto (2004), as políticas públicas para a área cultural no Brasil estão ancoradas desde 1985 em políticas de incentivos fiscais. E estas políticas trazem um novo agente ao cenário político, os departamentos de marketing e comunicação de empresas e as grandes fundações culturais privadas.

Potencializar o capital social e cultural de um povo é uma tarefa complexa que exige o alargamento das possibilidades das políticas culturais de se integrarem ao esforço de desenvolvimento do país. Isso, naturalmente, implica um esforço de potencializar as áreas de planejamento e gestão de um segmento identificado pela aversão a essas áreas da ação pública, com o investimento sistemático em formação de quadros públicos habilitados a operar com a gestão cultural. Planejamento requer pesquisa, mapeamento, diagnósticos continuados, avaliação e monitoramento, quadros públicos e não-públicos qualificados, desenho de programas estratégicos e menos táticos. (PORTO, 2004).

No Brasil, após 1990, existe a possibilidade de o Estado interagir com a iniciativa privada. Atualmente, as empresas utilizam o investimento na cultura como uma forma de melhoria de sua imagem, junto aos segmentos de público que lhes interessa e cujo custo-benefício colhe, na maior parte das vezes, bons frutos. A Lei Rouanet¹⁹, por exemplo, permite que pessoas físicas e jurídicas invistam em cultura e abatam tais quantias do Imposto de Renda (IR) devido ao Estado. Estes incentivos fiscais têm sido utilizados no Brasil como forma de impulsionar a atividade cultural, mas acabam sendo quase um novo tipo de privatização da cultura, pois os investimentos de grandes empresas se dão mais na região sudeste do Brasil, onde exatamente se concentram estas empresas. Há também a opção de investimento através de leis de incentivo à cultura na esfera estadual e na municipal, com incentivos no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no caso das unidades da federação, e no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), nos municípios.

Além dos recursos de pessoas jurídicas, temos visto nos últimos anos ampliarem-se os investidores caracterizados como “pessoa física”, embora ainda não o suficiente para tornar-se expressivo no total de investimentos. Quando se fala em investimentos na cultura, Botelho (2001, p. 77) tem uma posição bem clara:

[...] Hoje, o financiamento a projetos assumiu o primeiro plano do debate, empanando a discussão sobre as políticas culturais. Render-se a isso significa aceitar uma inversão no mínimo empobrecedora: o financiamento da cultura não pode ser analisado independentemente das políticas culturais. São elas que devem determinar as formas mais adequadas para serem atingidos os objetivos almejados, ou seja, o financiamento é determinado pela política e não o contrário. Mesmo quando se transferem

¹⁹ Lei federal 8313 de 24/12/1991.

responsabilidades para o setor privado, isso não exclui o papel regulador do estado, uma vez que se está tratando de renúncia fiscal e, portanto, de recursos públicos.

Para Botelho (2001) é de suma importância que políticas de financiamento às atividades culturais sejam feitas pelo governo, em suas instâncias federal, estadual e municipal, e em parceria com instituições privadas. Para ela, uma política pública exige de seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos a fim de solucioná-los.

O que esta autora aborda é de grande importância, contudo, entendemos que o poder público tem atuado de forma dissociada da realidade. Poucas vezes os formuladores antecipam-se ao que precisa ser feito. Acreditamos que os operadores da cultura, como um todo, deveriam unir-se em torno da exigência de ações mais específicas e assíduas para a área.

Botelho (2001) delinea as dimensões antropológica e sociológica da cultura e traz colaborações interessantes do ponto de vista da formulação de políticas públicas para a área cultural. Segundo ela, no âmbito antropológico, a cultura é tida como um conjunto de elementos que representam determinado grupo (suas origens, interesses econômicos, profissionais, de sexo, etc.) e para que esta dimensão possa ser atendida por uma política pública deveria haver uma reorganização na estrutura social e econômica. Já no âmbito sociológico, a cultura visa criar meios de constituir públicos, através de suas expressões e oferecendo condições para o aperfeiçoamento de talentos. É na dimensão sociológica que está o “foco de atenção” das políticas culturais. Botelho (2001, p. 75-76) ainda ressalta:

[...] Uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que “cultura é tudo” não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática. Por isso mesmo, torna-se imprescindível reconhecer os limites do campo de atuação, de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções.

Concordamos com a autora no sentido de que a área da cultura é sempre vista como suplementar para a criação de políticas públicas e acabam sendo os próprios produtores culturais os operadores e profissionais ligados à área, os únicos e exclusivos interessados na formulação de políticas, ou seja, os grupos de pressão, de interesse, como já abordamos, para esta formulação. A população, como um todo, fica de fora da discussão. Temos observado que isto acontece em razão de a população não se reconhecer nos museus. Não há uma real apropriação da

instituição pela comunidade, o que é demonstrado no desenlace existente entre as temáticas das exposições, pesquisas e práticas dos museus em relação ao público freqüentador. A população muitas vezes não tem discernimento e nem embasamento para que possa atuar na reivindicação de melhores atividades e serviços que as instituições museais poderiam proporcionar-lhes.

Implementar políticas públicas requer estudos, planejamento, pesquisa, parceria. Estas ações não têm sido feitas com eficiência na área cultural. Comumente, não conhecemos o público que deveria ir ao museu e nem tampouco o que vai ao museu, para que este pudesse ser chamado para debater e envolver-se em melhorias para a área museal. É a inclusão, de forma democrática e participativa, que está falhando. Para Faria (2003, p. 39),

Uma política cultural abrangente e de caráter democrático propõe uma ampla participação cultural, com atividades permanentes de formação, criação, debate e fruição que tenham continuidade, busquem seu enraizamento na comunidade e muitas vezes partam desse enraizamento.

Este autor propõe fazer políticas para as ruas, ou seja, não apenas retirar a população da rua, mas fazer com que ali se desenvolva a sua cidadania. Não fazer ações somente em espaços institucionalizados, mas também onde estão as pessoas, buscando, inclusive, “expropriar os territórios privatizados por traficantes, gangues, grupos de caráter privado ou simplesmente pessoas de má-fé” (FARIA, 2003, p. 40).

Isto vem ao encontro dos preceitos da Nova Museologia, assunto já abordado no capítulo 2 e que se coaduna ao que o autor revela ser uma política realmente voltada para o público. Com a criação de museus de rua, de ecomuseus, de exposições próximas aos locais onde vivem e que representem as comunidades, teremos a certeza de estar cumprindo com as acepções de um trabalho realizado em conjunto com o rol de cidadãos que precisam se perceber e se reconhecerem (além de serem reconhecidos) nas instituições. Ainda para Faria (2003, p. 42), “é necessário compreender que a cultura deve ser por todos e não simplesmente para todos. Isso significa dizer que é necessário que as políticas públicas valorizem a pluralidade dos atores culturais de um país, localidade ou região”.

A nosso ver, a organização administrativa interna dos setores governamentais ligados à formulação de políticas não permite a inter-relação dos departamentos e órgãos. Muitas secretarias da esfera pública não têm, entre si, o necessário contato. Lembramos os conceitos de Weber. Para ele, as organizações

burocráticas puras tendem a ter altos graus de eficiência na realização de suas tarefas. Destarte, muitas vezes a área da cultura não parece estar conectada, em termos de organograma governamental, com a educação, com o turismo, com o esporte. Vemos, através de exemplos de nossa própria história, que essa falta de comunicação tem trazido prejuízos irreparáveis para a área da cultura, para os museus – mais especificamente – e para as comunidades onde estão inseridos.

No Brasil, apesar de termos tido avanços, ainda carecemos de políticas públicas eficientes para a área cultural. É necessária a articulação entre governos federal, estadual e municipal que ajam entre si e em conjunto com a população, tendo autonomia para realizar seus projetos, articular e estruturar ações.

De outra parte, é sempre a voz dos atores sociais ligados ao poder público, aos órgãos governamentais e aos os conselhos culturais que são contempladas no momento em que se formulam as políticas. Cremos que deveriam ser levadas em conta as opiniões de quem, de fato, se apropria das políticas – os operadores da área da Museologia – ou através de consultas culturais à comunidade. Não podemos deixar de dizer sobre a nossa percepção de que os vetores estão apontados para o futuro, com a criação da atual política para museus brasileiros.

Para Coelho Neto (1999, p. 285),

[...] A política cultural pode ser entendida como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Porém, tudo isto deve ser, de certa forma, orquestrado pelo Estado.

Quando Coelho Neto (1999) se refere às políticas públicas e à questão cultural no Brasil, abordando o direito à cultura e à efetivação dos incentivos e proteção da cultura brasileira, concordamos com seu enfoque, uma vez que existe a necessidade de intervenção do Estado para que uma política pública cultural possa desenvolver-se. É papel do Estado, definido pela legislação, estar à frente de políticas culturais do universo museal, seja em parceria com o setor privado, seja com recursos públicos, mas sem omissão.

Nesta mesma perspectiva, Coelho Neto (1986) ressalta que é através da relação que se processa entre os bens culturais e patrimoniais e a comunidade, que se estabelece a verdadeira política de cultura de uma nação. E, neste âmbito, sua fala vem ao encontro da proposta da Nova Museologia, que trata da relação homem,

objeto e espaço. Uma política cultural, uma política para os museus é uma prática social. Além de todos estes aspectos descritos das políticas públicas para a cultura, destacamos as palavras de Martim Cezar Feijó, que tem analisado estas questões nos estudos desenvolvidos nesta área:

A questão hoje não é de uma política cultural, mas de políticas culturais! E todas elas, quando legítimas, como diria o mestre Otto Maria Carpeaux, são transformadoras; principalmente quando entendem que cultura se faz, não se consome nem se ganha de graça, muito menos se impõe. (FEIJÓ, 1992, p. 75).

Nosso interesse está centrado na identificação de políticas democráticas de cultura. Trazemos questões e conceitos, embora não tenhamos a pretensão de esgotar o assunto, que possam nos mostrar como a formulação das políticas poderia ser mais eficaz, de que forma poderiam ser atendidos os anseios da categoria e do público. Parece-nos que a museologia e suas abordagens contemporâneas, bem como as instituições que se destinam a abrigar a memória do povo e suas identidades, ainda carecem de maior dedicação por parte do poder público e mereceriam mais atenção.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA NA PERSPECTIVA

MUSEOLÓGICA: A SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E OS NOVOS TEMPOS

Primeiramente, devemos lembrar que o homem é um animal político, já dizia Aristóteles; daí advém a sua característica de viver em sociedade e buscar a participação humana como um conjunto de situações voltadas para a cidadania. O conceito de política relaciona-se diretamente com o conceito de democracia e cultura, o acesso aos bens culturais e a participação do povo.

A transformação da cultura faz parte do desenvolvimento humano. As políticas governamentais, como já dissemos, deveriam estimular o debate, as experiências e vivências, a comunicação entre os paradigmas da Museologia Tradicional e das necessidades atuais e, ainda, os caminhos da construção do cidadão. A política cultural deveria ser realizada com a comunidade, a partir de ações organizadas com claros objetivos. Entendemos, tal como pensa Feijó (1992), que a política sempre esteve junto à cultura, e esta é incentivada ou não conforme

os interesses políticos do contexto histórico, econômico e social. Embora a produção cultural tenha sido reprimida, também demonstrou sua força e poder de transformação quando se organizou minimamente.

3.4.1 DELINEAMENTOS DE UMA POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA

A preocupação da nação brasileira com o patrimônio histórico é de menos de um século. As primeiras legislações que tratam mais especificamente do assunto remontam aos anos 30 do século XX, período da ditadura de Vargas.

Trechos da legislação federal (Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937) são importantes para se entender a realidade museológica brasileira:

O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. (BRASIL, 1937).

Portanto, é dessa época a preocupação por parte das instituições governamentais em criar uma política para a área.

Documentos das décadas de 70 e 80 do século XX, anos da efervescência política e cultural no mundo e período de governos militares e da abertura política no Brasil, trazem novamente a preocupação da salvaguarda patrimonial e demonstram, ainda que não muito claramente, a existência de uma política governamental brasileira sobre o assunto. Em 1975, o governo federal lança a Política Nacional de Cultura²⁰, evidenciando seu interesse em valorizar o patrimônio cultural da Nação.

Registros relativos à preservação de áreas naturais, de proteção a bens patrimoniais tombados, ao planejamento e à fiscalização do Estado sobre o patrimônio e à inclusão da comunidade como agente colaborador do Estado aparecem na Carta-Magna brasileira vigente, não muito diferente das constituições do período estado-novista e de períodos posteriores. Mas o que é importante e merece ser ressaltado é que a nação volta-se para manter o que a representa, o que lhe dá identidade, e não para destruir esses testemunhos. A Constituição Brasileira de 1988 detalha no artigo 24: "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal

²⁰ Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília / DF, 1975.

legislar concorrentemente sobre: [...] proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico".

Os estados brasileiros pioneiros na organização de instituições de proteção ao patrimônio histórico são Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, nos anos 20 do século XX. Em 1923, um parlamentar pernambucano apresenta uma proposta de criação de uma Inspeção de Monumentos Históricos, órgão nacional. Contudo, não obteve aprovação na Câmara dos Deputados. Citamos também a organização do Serviço de Proteção aos Monumentos Históricos e Obras de Arte, em 1934, que foi presidido pelo diretor do Museu Histórico Nacional Gustavo Barroso, tido como um importante marco na área da preservação. Barroso foi um dos pioneiros na criação de uma política pública museológica, por seu trabalho voltado a formação de profissionais da área da Museologia.

Percebemos que a reflexão em torno do conceito de museu avançou, mas as “casas de memória” não. Entendemos que isto se deve à falta, durante muitos anos, e/ou à inobservância por parte do Estado de uma política que venha a atender às necessidades sociais da Nova Museologia.

Em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência, ocorreu a criação do Museu Histórico Nacional, um dos maiores e mais visitados museus brasileiros na atualidade. Como destaca Abreu (1996), na reflexão que faz sobre a política cultural brasileira, as políticas culturais que vingaram no Brasil sempre foram resultado de atos do Executivo. É curioso notar, também, que no período Joanino, no II Reinado e na República Velha foram criados três dos maiores e mais importantes museus brasileiros, e que vêm resistindo até o tempo atual. O Museu Nacional (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1885) e o Museu Paulista (1893) ainda não se preocupavam com a preservação da memória brasileira, mas davam ênfase a salvaguarda das espécies de vida animal e vegetal, dentro da perspectiva evolutiva, comparativa e classificatória a que se dedicavam.

Foi também em 1922, junto com o grupo da Semana de Arte Moderna, que Mário de Andrade – o autor de *Macunaíma* – destacou-se no cenário nacional da cultura como um dos ativistas do movimento antropofágico, que visava reelaborar o passado, construindo um perfil crítico e libertário para o Brasil.

Anos mais tarde, Andrade tornou-se um dos primeiros intelectuais a preocupar-se com o patrimônio cultural. Foi o idealizador do Departamento de Cultura de São Paulo, criado em 1935, e também o responsável pelo anteprojeto

que originou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)²¹. É de Mário de Andrade o esboço do que se tornaria mais tarde o Decreto-Lei nº 25, que já mencionamos. Em 1934, durante a Era Vargas e seu espírito de criação de um Estado modernizador, assume o Ministério da Educação e Saúde Gustavo Capanema, getulista ligado a intelectuais e artistas modernistas. Às vésperas da implantação do Estado-Novo, Mário de Andrade foi demitido de seu cargo e quem implantou de fato o “serviço de salvaguarda patrimonial” no Brasil foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro titular do SPHAN, por indicação de Andrade. Segundo Feijó (1992, p. 57), “o Estado Novo com sua cultura politizada acabou, indiretamente, favorecendo a politização da cultura”.

Segundo Letícia Julião,

O surgimento do SPHAN representou um marco no processo de institucionalização de uma política para o patrimônio cultural no país. Este e outros projetos refletiam o ideário de construção de uma identidade e cultura nacional, formulado nos anos 20 pela geração de intelectuais modernistas. (JULIÃO, 2002, p. 19).

Para muitos autores, somente num Estado forte como o Estado Novo houve a possibilidade de implantar uma legislação incisiva relativa à política para a cultura. Em verdade, não se pode falar em cultura no Brasil sem lembrar o importante papel que Gustavo Capanema desempenhou a frente do Ministério da Educação e Saúde. Coube a ele plantar o germe daquilo que, em 1981, constituiu-se na Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura e que, em 1985, origina o Ministério da Cultura.

Segundo Bonemy (2001), os intelectuais que compuseram o ministério chefiado por Capanema formavam a “Constelação Capanema”, que irradiou seus projetos por várias vertentes da cultura nacional. As figuras egressas do movimento modernista ocuparam cargos importantes e ajudaram a construir o Estado Nacional Brasileiro. A intelectualidade de várias formações, das mais conservadoras às mais progressistas, trabalhou lado a lado, desenhando propostas de ação. De fato, atendiam a um chamado do governo de 1930 para a formação de uma burocracia estatal e de uma política nacional de preservação de nosso patrimônio. Não fossem eles, hoje não estariam implementadas algumas das políticas vigentes, embora ainda insuficientes, na área cultural.

²¹ Posteriormente denominado Fundação Pró-Memória, depois Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e atualmente chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Sérgio Miceli, em sua obra “Intelectuais à Brasileira”, traduz muito bem este período:

[...] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no âmbito da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma “identidade nacional” iluminista no trópico dependente. (MICELI, 2001, p. 360).

O ideário do Estado Novo, ainda que perpassasse pela criação de importantes órgãos como o SPHAN e o INL (Instituto Nacional do Livro), apegava-se ao lançamento de meios de divulgação que demonstrassem sua política, como é o caso da Revista Cultura Política, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Consideramos que foi o Decreto-Lei nº. 25 (1937), o primeiro documento a trazer no seu cerne uma política pública para a área da cultura, em que transpareceu um interesse governamental favorável à criação de museus no País.

A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares. (CAPÍTULO V. DISPOSIÇÕES GERAIS ARTIGO 24º, BRASIL, 1937).

Outro intelectual, assim como Mário de Andrade, que se preocupou com uma política brasileira de cultura e, mais, com a formação de uma identidade cultural brasileira foi Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922. Nem mesmo este partido assumiu a política cultural criada por Pereira, pois se tratava muito mais de uma política de valorização do que é ser brasileiro, do nacional, do que propriamente uma política cultural partidária. Para Pereira, os intelectuais que se aproximaram do povo e do seu próprio tempo, descrevendo um Brasil de interesses populares, eram os que expressavam a política do País. Pereira pregava a democratização da cultura, que deveria vir acompanhada da democratização econômica e política, aspectos com os quais concordamos. (FEIJÓ, 1992)

Feijó (1992, p. 60) cita:

[...] Uma política para a cultura [...] envolve uma luta que una os intelectuais em torno de um “programa” de valorização em torno de nossas conquistas culturais, dando conta, ainda que parcialmente, de nossa identidade cultural, e que crie condições para o avanço cultural.

Encontramos este avanço cultural citado por Feijó (1992) nos anos 60 e 70 do século XX, na ditadura militar. Sabemos que os intelectuais não deixaram de lado os ideais de 1922, embora tenham tido percalços, com os anos de exílio de uns muitos, e baixas, com a cassação de outros tantos. A classe política e cultural brasileira fez com que a cultura continuasse a ser moldada e formada como a verdadeira cultura brasileira, de luta, de valorização da cidadania, da cultura, da arte e da história.

A criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1946, foi de relevância no contexto histórico brasileiro. Embora o ICOM mantenha relações formais com a UNESCO, não gerido pelo setor público e seja financiado predominantemente pela contribuição de seus associados, por eventos que promove e pelo patrocínio de organizações públicas e privadas, é um órgão que desenvolve atividades que correspondem às necessidades e aos desafios dos profissionais de museus. As ações realizadas pelo ICOM são orientadas em torno dos temas: cooperação e intercâmbio profissional, difusão de conhecimentos e aumento da participação do público em museus, formação de pessoal, prática e promoção de ética profissional, atualização de padrões profissionais, preservação do patrimônio mundial e combate ao tráfico de bens culturais. Estas ações do ICOM poderiam ser reconhecidas como políticas e, além de serem implementadas em vários países, poderiam ser melhor discutidas pela categoria museológica e seguidas pelos museus, instituições que resguardam a memória, pública ou privada.

A respeito da UNESCO, entendemos ser importante citar o papel que esta instituição tem desenvolvido em prol da cultura. O relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, publicado no Brasil em 1996, visa contribuir para revisão e atualização ao Brasil atual, propondo reflexões que sejam encaminhadas ao debate público. Os participantes dessa Comissão apontam para a promoção da criatividade na política e no governo, com vistas à obtenção do desenvolvimento cultural. Para eles, “é chegado o momento de construir um novo paradigma coerente, no qual os diversos atores sociais forjem padrões de desenvolvimento humano sensíveis a todas as questões culturais” (CUELLAR, 1997, p. 306). Aqui se destaca a relevância do patrimônio cultural, a consciência da identidade cultural e a necessidade de políticas de apoio e incentivo a estas manifestações. Há que se deixar de pensar somente em orçamentos apertados e partir para ações tais como: democratização e promoção de mudanças profundas. Segundo demonstra o

relatório, a UNESCO poderia auxiliar aos formuladores de políticas como uma instância de consulta, contribuindo para a eficiência da aplicação das mesmas.

Em 1964, com o golpe de Estado, a deposição do presidente João Goulart e com boa parte da intelectualidade da sociedade brasileira no exílio, a cultura sofreu muitos reveses; são nestes anos de regime ditatorial – até a abertura em 1979 – que surgem noutros países os mais importantes documentos na área museológica. Foram quase duas décadas de uma política descolada do social e do cultural e mais voltada ao civismo e ao patriotismo imposto pela direita. Período de enaltecimento “vigilado” do que é ser brasileiro, da forte ditadura impetrada não só no Brasil como em boa parte da América Latina.

A política cultural da classe dirigente da época pode ser traduzida pelo documento “Política Nacional de Cultura”, que em suas mais de 40 páginas de publicação, cita poucas vezes a palavra museu. Citamos um pequeno trecho do texto onde notamos claramente as características do período vivido:

Constitui meta prioritária do Governo promover a defesa e a constante valorização da cultura nacional. Neste sentido pronunciou-se o Presidente Ernesto Geisel ao assinalar que o desenvolvimento brasileiro não é apenas econômico; é sobretudo social, há um lugar de destaque para a cultura. (POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA, 1975, p. 20).

Entrementes, em 1972, profissionais da área reuniram-se no Chile e desse encontro extraiu-se o que ficou conhecido como um dos mais importantes documentos para a área da Museologia. A chamada “Mesa-Redonda de Santiago do Chile” levou em conta as especificidades culturais da América Latina, recuperando seu patrimônio cultural, sem dispersá-lo para fora deste âmbito geográfico, promovendo a acessibilidade às coleções museológicas e a modernização das técnicas de comunicação dos objetos com o seu público, permitindo identificar a eficácia de atuação dos museus junto às comunidades e levando em conta a formação e o aperfeiçoamento de pessoal para o trabalho nos museus.

É também importante destacar outro documento de um encontro de profissionais da área museológica, que traduz os preceitos de uma Nova Museologia e que deveria ser leitura obrigatória para quem se preocupa com o tema: trata-se da “Declaração de Quebec”, datada de 1984. Nessa declaração, é possível reconhecer o nascimento da Nova Museologia como um conjunto de postulados que venha reforçar no mundo contemporâneo a interdisciplinaridade e a comunicação nos museus e que

permita a integração das populações. Esses documentos constituem o que poderíamos chamar de embasamento do que deve ser uma política museológica.

No pós-64 e durante os anos 70 do século XX, as decisões relativas à área cultural no governo brasileiro estavam centralizadas no Ministério da Educação e Cultura, e a cultura era vista como geradora de lucro, e não apenas como suporte ideológico governamental. É muito importante lembrar que os assuntos ligados à cultura foram descentralizados em vários ministérios, pela necessidade de criação de programas ligados à educação, ao trabalho e ao desenvolvimento de pesquisas. Falamos dos cursos de OSPB (Organização Social e Política e Brasileira) e Educação Moral e Cívica, do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), da formação de mão-de-obra para as áreas mecanizadas e, não esqueçamos, do SNI (Serviço Nacional de Informação) e da Lei de Segurança Nacional, órgãos aos quais os planos culturais estiveram subordinados. Para Ortiz (1985, p. 82) “isto significa que o Estado deve estimular a cultura como meio de integração, mas sob o controle do aparelho estatal”. Outros documentos importantes desse período, resultantes de debates, depoimentos e discussões de dirigentes e representantes de todos os estados da federação são o “Compromisso de Brasília”, de 1970, e o “Compromisso de Salvador”, de 1971. Neles está expressa a política cultural de preservação patrimonial²². Os referidos documentos traziam apontamentos sobre a proteção e valorização de bens culturais e naturais; a criação de cursos universitários especializados na proteção de bens culturais; e a implantação de museus, arquivos e bibliotecas regionais. Interessante citar que nas propostas dos representantes do Rio Grande do Sul estava a inserção de programas culturais para formação do indivíduo, para sensibilização e estímulo a realizações criadoras, na escola de Ensino Fundamental.

Nos anos 80 do século XX foram abertos inúmeros museus. Talvez porque era exatamente o período em que afluía uma renovação no conceito do que é ser brasileiro: o retorno da intelectualidade, a valorização do Brasil, os anos de abertura.

Podemos identificar os fatores acima citados como uma globalização do fenômeno museu. Embora Santos (2004, p. 68) afirme que “[...] os museus, entre as instituições culturais contemporâneas, foram aqueles que melhor se adaptaram ao mundo atual”, verificamos que os museus são criados, mas não são cuidados, ou

²² Conforme os Anais do II Encontro de Governadores (ENCONTRO DOS GOVERNADORES, 1973).

seja, não há uma política para que tenham condições de se manterem e, como na maior parte das vezes pertencem ao poder público, não são fechados somente porque lá se depositam antigos funcionários públicos muitas vezes ditos “problemáticos” ou em final de carreira. Há boas propostas, bons museus e coleções interessantes a preservar. Contudo, a manutenção dessas boas idéias não tem se tornado possível nos últimos tempos, devido à carência de recursos e investimentos na pesquisa científica museológica.

Não se pode esquecer que a política com que estes museus foram criados é do período de Aloísio Magalhães, *designer* que esteve à frente da revitalização do SPHAN/Pró-Memória, no período de 1979 a 1983 e que, de alguma forma, deu continuidade àquela política cultural implementada por Mário de Andrade, no Estado Novo.

Ribeiro (2005, p. 51) ressalta que Mário de Andrade definiu as instituições museológicas como “agências educativas”, defendendo a idéia de que “os museus municipais deveriam ter seus acervos selecionados pelo valor que representavam para a comunidade local, que participaria do processo de seleção”. Aloísio Magalhães viria a retomar este enfoque quando de sua gestão no final dos anos 70 e início dos 80 do século XX. Estas idéias, eram muito avançadas para a época, é o que se pensa atualmente dentro dos preceitos da Nova Museologia. Aliás, os conceitos de Mário de Andrade, conforme Ribeiro (2005), já mencionavam o patrimônio material e imaterial, que viria a ser regulamentado na Constituição de 1988. Nos dias de hoje, o Decreto-Legislativo 22, de 08 de março de 2006, regulamentou o patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Esta retomada, com renovação e transformação, buscou conhecer a heterogeneidade cultural brasileira através da valorização e da criação de novas instituições, como o Centro Nacional de Referências Culturais. Como fala Abreu (2004), a visão do grupo que auxiliou Aloísio Magalhães na sua gestão era a de inclusão de diferentes culturas, que deveriam ter seus patrimônios representados, diferentemente de 1937, quando somente os testemunhos de “pedra e cal”, ou seja, as construções arquitetônicas eram os que tinham valor histórico e artístico.

Segundo Fraga (2004), o Programa Nacional de Museus foi criado em 1982, no âmbito da Secretaria de Cultura do MEC, e operacionalizado pela Fundação Pró-Memória, por meio de uma coordenadoria nacional cujo objetivo era abranger temas ligados à museologia, à museografia, à pesquisa e à documentação, além de

atividades educacionais, comunicação e finanças. Vemos o destaque das atividades educacionais sendo explicitadas como se os outros temas atinentes aos museus também não o fossem.

Este programa reforçou a necessidade de criação de uma política específica para a área dos museus.

Quando ocorreu a recomposição da vertente cultural do MEC, em decorrência da nova política cultural preconizada por Aloísio Magalhães, os museus nacionais passaram para a Fundação Nacional Pró-Memória e Magalhães discutia com os diretores qual seria a melhor maneira de administrar os mesmos. Isto seria o embrião do futuro Sistema Nacional de Museus. (FRAGA, 2004, p. 46).

O Ministério da Cultura, desde a sua criação, em 1985, faz das leis de incentivo (primeiramente a Lei Sarney e depois a Lei Rouanet), sua principal política de financiamento à cultura. Entretanto, muitas vezes estas leis beneficiam somente grandes empresas, corroborando ações que deixam a desejar, pois acabam por concentrar nas mãos de poucas instituições privadas eventos de grande porte que não traduzem a cultura brasileira²³.

As leis de incentivo cultural foram criadas para estimular a iniciativa privada a investir e, na década de 90, quando o Estado fechava alguns de seus principais equipamentos e reduzia seu orçamento, faziam com que a cultura fosse financiada com dinheiro público na esfera privada. (FARIA, 2003).

Nos anos 90 do século XX, período do governo Collor de Mello, o SPHAN passou a denominar-se IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Ocorreram várias demissões de técnicos e profissionais e o trabalho de preservação foi mantido com grandes dificuldades. Segundo Lamounier e Figueiredo (2002, p. 632) “[...] o governo Collor promoveu verdadeiro desmonte das instituições culturais. Seu primeiro ato foi extinguir todo o equipamento cultural existente – dentre eles, o Ministério da Cultura e a lei Sarney”.

Já no período do governo Fernando Henrique Cardoso, prevaleceu a idéia implantada pelo ministro da Cultura de Collor, Sérgio Rouanet, de que governo e mercado devem trabalhar em conjunto, o que foi a tônica da política cultural nos anos FHC. Na área museológica, o programa Museu, Memória e Futuro visava recuperar os museus brasileiros.

²³ A esse respeito, ver artigo de Marta Porto (2003).

3.4.2 POLÍTICA MUSEOLÓGICA NA ATUALIDADE

Segundo dados atualizados do Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) existem cerca de 2.000 museus no Brasil. Matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 05/10/2006, destaca que apenas 15% dos municípios brasileiros têm museus. Na Região Sul existem 701 museus e cerca de 50% destes estão no Rio Grande do Sul, que também é o Estado que tem o maior número de museus distribuídos por suas cidades: 154 unidades para 496 municípios.

No Rio Grande do Sul, contamos com um número próximo a 300 instituições museológicas cadastradas como tal (conforme informações do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul - SEM/RS). Vale lembrar que existem museus que não são cadastrados, dos quais apenas sabemos da existência, porém não figuram nas estatísticas oficiais. Dos museus cadastrados, cerca de 60% são públicos. Nessa esfera, temos visto ao longo dos anos poucas melhorias em poucos museus. Existem possibilidades de captação de recursos públicos em museus ligados a universidades ou a instituições com condições de contratar profissionais para elaboração de projetos, recursos estes que podem ser aplicados em compras de equipamentos, mobiliários, etc. Entretanto, tais instituições não incentivam a realização de investimentos em melhorias de caráter filosófico, de valores e de missão da instituição.

Na esfera privada, os museus não têm o privilégio de estarem em melhores condições. Talvez porque não sejam criados como museus, mas como centros culturais, apoiados por instituições de financiamento e geridas por administradores e pessoas das mais diversas áreas do conhecimento, muitas vezes capacitadas em centros de formação fora do Brasil. Os centros culturais são instituições que trazem em sua concepção um caráter mais amplo em termos de atividades do que as de um museu. Um centro cultural poderá ou não abrigar um museu, mas é a diversidade de programações e áreas de ação que os diferenciam. O museu não visa lucro e permanece com sua concepção de ser o guardião dos testemunhos de uma comunidade. Para Chagas (1996, p. 4):

[...] Falta clareza – para não dizer que falta nexo – às propostas de transformação de museus em centros culturais. [...] apenas percebendo que

existem diferentes tipos de centros culturais válidos e que a conceituação de centro cultural depende inteiramente da conceituação de cultura adotada, poderemos navegar neste mar tempestuoso com alguma segurança.

Identificamos nesta citação os preceitos da Nova Museologia, buscando a renovação museal, o museu integral, transformador, dinâmico e que ainda carece da colaboração política para operacionalizar sua missão. O Estado, parece-nos, ainda evidencia sua fragilidade com seu papel de retração em relação às políticas culturais.

Seguindo na mesma direção, as idéias de Falcão (1985, p. 13) reforçam as nossas perspectivas “como qualquer política pública, política cultural é um conjunto articulado e fundamentado de decisões, projetos, programas, recursos e instituições, a partir da iniciativa do Estado”. Mas este conjunto articulado apontado ainda não atingiu as políticas públicas para os museus brasileiros. As políticas vêm sendo propostas, mas sua aplicabilidade ainda está aquém das expectativas da classe. Para Judite Primo (2006, p. 90):

As ações de política pública no domínio da cultura que contemplam, hoje, noções de preservação e proteção das referências culturais implicam, progressivamente, a aceitação da cultura como: elemento gerador de projetos, de novas ações e de empregos; elemento que potencia o entendimento do presente; bem de mérito; veículo de coesão; instrumento para o exercício pleno da cidadania; fator de competitividade; e fator de afirmação das comunidades no exterior (construção e reafirmação de identidades).

Percebemos que as políticas públicas para a museologia também necessitam de um diálogo maior com a sociedade. Os museus continuam enfrentando problemas de gestão, de recursos; escassez de profissionais com formação apropriada; falta de sistemas de avaliação de suas práticas de pesquisas sobre debates recentes. Enfim, necessitam de melhorias de toda ordem.

Também discutindo um sistema público de cultura, Faria, enfatiza:

As políticas públicas de cultura devem, urgentemente, estimular o debate, as experiências e as vivências sobre os valores e paradigmas, os comportamentos e sociabilidades urbanas, enfim, caminhos da construção do desenvolvimento humano e de uma cultura que tenha no seu horizonte o direito à vida em todas as suas manifestações. (FARIA, 2003, p. 35).

Na área dos museus, Botelho (2001) aborda que muitas vezes dependendo do financiador dos projetos, acabam-se realizando grandes exposições em detrimento de melhorias que deveriam ser realizadas nos setores de acervos, pesquisa, conservação, com o exclusivo intuito de atender aos interesses dos

patrocinadores que aliam suas marcas ao projeto e querem que ela tenha uma visibilidade admirável. Os incentivos fiscais acabam sendo os principais recursos de que dispõe a área cultural para realizar seus planejamentos, enquanto que o orçamento público nesta área não tem aumentado; aliás, ele nem sempre existe.

A história da política cultural brasileira pode ser dividida em quatro ciclos bem definidos, marcados por iniciativas diversas de criação de uma imagem de nação, tendo o governo como indutor de ações culturais: na chegada da família real, no reinado de Dom Pedro 2º, no período getulista e na ditadura militar. Em termos de construção da política cultural do país, estamos agora no quinto ciclo, que, diferentemente dos momentos anteriores, tem na democracia a sua gênese. A atitude democrática se reflete na elaboração do Plano Nacional de Cultura e na implantação do Sistema Nacional de Cultura, que articularão os setores do governo e da sociedade civil em uma nova prática de gestão da cultura, constituindo um modelo público republicano, em contraposição à velha dicotomia do estatal versus privado. O conjunto das políticas públicas de cultura tem sido percebido como fator de desenvolvimento econômico e de inclusão social, o que implica o reconhecimento da cultura como área estratégica para o desenvolvimento do país." "O debate deve avançar para uma reflexão acerca do papel do estado, o qual, mantendo-se isento do "dirigismo" e da interferência no processo criativo, deve assumir plenamente seu papel no planejamento e no fomento da produção da cultura, na preservação e valorização do patrimônio cultural do país e na estruturação da economia da cultura, considerando sempre em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2006).

Atualmente, a Política Nacional de Museus, lançada em 2003, visa articular mudanças e implementar políticas públicas democráticas de modernização, ampliação, fomento e incremento aos museus. Segundo a publicação "Relatório de Gestão 2003 – 2006", esta política repercute bem. Os resultados são positivos e as ações têm demonstrado seriedade. Evidentemente, esta política vem suprir um período de descontinuidades para a área da cultura e dos museus especialmente.

É preciso reconhecer que havia muita demanda represada, um anelo antigo de atores sociais e instituições museais interessados na elaboração e na implantação de uma política museológica para o Brasil – não de uma política qualquer, mas de uma política qualificada, democrática, participativa e cidadã, construída com o trabalho, a energia e a vitalidade de muitos. Esta conjugação de vetores resultou num clima bastante favorável. (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2006, p. 21).

Dentre algumas das metas realizadas citamos a realização de concurso público para diversos cargos na área da cultura, a publicação de editais de modernização de museus e a aplicação do cadastro nacional de museus. No Rio Grande do Sul, várias instituições foram contempladas com verbas de provenientes de editais, o que identifica a capacidade dos profissionais em formatar os projetos. Os museus gaúchos ficaram com 12% da distribuição dos recursos.

A efetivação do II Fórum Nacional de Museus, ocorrido em Ouro Preto (MG), no mês de agosto de 2006 foi uma ação de integração e articulação da área museológica. Este encontro realizado pelo SBM em conjunto com COFEM, ICOM e ABM teve como objetivo delinear diretrizes para o próximo governo com relação às políticas públicas para a área museológica. Deste Fórum foi extraída a “Carta de Ouro Preto”, que pede a continuidade de ações que reconheçam os museus como instituições decisivas 'na inclusão social, na criação artística e científica, na preservação do patrimônio, na formação da identidade e na promoção do direito à cultura'²⁴.

As colocações dos diversos autores mencionados coadunam-se e reforçam a perspectiva teórica de nossa pesquisa acerca de uma política museológica, uma vez que a criação das instituições de memória deveria ser repensada e a rede existente deveria ser revitalizada e renovada com o propósito último de garantir as condições mínimas para a sobrevivência das mesmas. Os museus, com insuficiências de todo o tipo, desde segurança básica até gestão de recursos, passando por infra-estrutura, deveriam observar critérios mínimos de organização, que induzissem à preservação e não a guarda pura e simples dos objetos, que se musealizasse testemunhos de todas as categorias sociais, que fosse garantida a dinamicidade de sua estrutura, além de representar e testemunhar a comunidade onde estão inseridos.

As políticas governamentais de regulação e apoio para a área cultural e, mais especificamente, para a área da Museologia, parecem estar começando a dar frutos. Historicamente, temos visto as teorias modernizarem-se, a cultura e a sociedade transformarem-se, mas os museus, principalmente aqueles pertencentes à esfera pública, não acompanharam tal crescimento. Percebemos que a deficiência de formulação e de aplicabilidade de políticas públicas adequadas colocam as instituições museológicas em crise. A sociedade percebe as carências quando entra no museu e, muitas vezes, vê exposições em vitrinas onde há falta de manutenção, legendas de acervo mal feitas ou inexistentes, despreparo de monitores para atendimento ao público e mais um número expressivo de detalhes que ainda não são suficientemente estudados. Há um distanciamento grande entre estas instituições e seus públicos.

²⁴ Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de abertura do 2º Fórum Nacional de Museus. Ouro Preto, Minas Gerais, 22 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>.

Observamos que o poder público sozinho não pode solucionar todos os problemas nacionais, precisando de parceria com as empresas. São as empresas privadas que ultimamente vêm suprindo, em parte, estas lacunas deixadas pelo Estado na área de políticas culturais.

Para Garcia Canclini (1997, p. 89):

Enquanto o patrimônio tradicional continua sendo responsabilidade dos estados, a promoção da cultura moderna é cada vez mais tarefa de empresas e órgãos privados. [...] Enquanto os governos pensam sua política em termos de proteção e preservação do patrimônio histórico, as iniciativas inovadoras ficam nas mãos da sociedade civil, especialmente daqueles que dispõem de poder econômico para financiar arriscando. Uns e outros buscam na arte dois tipos de crédito simbólico: os Estados, legitimidade e consenso ao aparecer como representantes da história nacional; as empresas obter lucro e construir através de cultura de ponta, renovadora, uma imagem não interessada da sua expansão econômica.

É neste âmbito que o papel do Estado precisa ser mais incisivo. Como já destacamos há ainda falhas expressivas na área de políticas culturais e acreditamos ser, principalmente, na avaliação e acompanhamento da aplicação de políticas que o Estado precise agir com mais contundência. A parceria entre Estado e iniciativa privada tem sido cada vez mais utilizada como instrumento de gestão, apresentando na maior parte das vezes, resultados positivos, como, inclusive, mencionamos. Não se trata de isentar a função do Estado enquanto gestor, mas de qualificar e apoiar iniciativas, principalmente no setor econômico, que possam beneficiar os museus. Resta realizar com mais rigor o acompanhamento, controle, assiduidade das ações e projetos, a fim de dar continuidade aos processos que venham, quiçá, alterar a situação de desamparo em que se encontram atualmente, salvo raras exceções, os museus que guardam e perpetuam nossa memória.

3.5 CONSIDERAÇÕES

O conceito de políticas públicas é amplo e podemos afirmar que elas são as bases para as ações públicas em benefício da sociedade. Na nossa investigação, serve de embasamento para a área cultural e, mais especificamente, a museológica.

A distância existente entre a teoria e as práticas museológicas é evidente. Refletimos que as políticas públicas para a área cultural deveriam ser feitas em

conjunto com a área cultural. Aliás, qualquer política pública deveria depender, de fato, das agendas políticas, dos grupos de pressão e de interesse, a fim de que pudessem atingir a área a que se destinam.

Não deve ser somente o Estado a esfera a dar conta das políticas e ser o formulador. Também não basta somente a população se mobilizar para exigir esta tomada de decisões. Deve existir um enlace entre governo e população, para que o desenvolvimento e formulação de políticas públicas ajustados às reais necessidades da área museal, levem a implementação eficaz.

No Brasil, como historiamos, o Estado, que já atuou nos anos 1930 como fundador de uma política cultural, também operou como controlador econômico da produção cultural e principal agente da censura no período dos governos militares. Este Estado paternalista, provedor, não é a situação ideal que se quer para uma política legítima, autêntica e que atenda aos anseios da área museológica, nossa preocupação nesta pesquisa. Contudo, na atualidade, a ineficiência de políticas culturais públicas reflete ainda uma falta de conexão deste Estado, com a área cultural. A política nacional de museus implementa a mudança.

Vários tipos de programas de incentivo e projetos de políticas públicas são desenvolvidos pelas autoridades, mas não são aproveitados em sua totalidade; também não são adotados pela pluralidade das instituições museológicas. Isto ocorre, sobretudo, porque não se tem pessoal capacitado para a gestão museológica. Em muitas instituições há técnicos ou profissionais oriundos de outras áreas de conhecimento que desconhecem as formulações ou os meios de chegar aos incentivos. Quando estes funcionários têm aptidão ou demonstram interesse, apresentam-se bons resultados. Somamos a isto o fato de que os operadores da museologia não têm um plano de carreira depois de investirem nos cargos, já que na esfera pública os cargos de diretoria são de confiança e, portanto, temporários, o que termina por descontinuar as ações.

A grande dimensão do "fenômeno cultural" denominado museu, que reflete a identidade local, demonstra que a instituição que resguarda a memória regional tem o papel de construção da cidadania, entendido aqui como o reconhecimento da comunidade nos museus nacionais e regionais, levando em conta os preceitos da Nova Museologia, de que o museu seja feito *com* a comunidade e não *para* ela.

A política de salvaguarda da memória e do patrimônio edificado, olhando para os testemunhos construídos pela nação brasileira, bem como o patrimônio

imaterial, em tempos de legislação de proteção a este último, precisa ser revista sob a luz da Nova Museologia, que, após vinte anos de discussões, parece não ter surtido efeito, inclusive por desconhecimento, em boa parte dos profissionais que atuam nas instituições de memória.

Os museus, para serem reconhecidos como dinâmicos na sociedade contemporânea, devem andar em novas e variadas direções, sem, contudo, distanciar-se de suas funções básicas, que fazem com que sejam instituições guardiãs de memória. E o poder público deve canalizar suas ações para a promoção de políticas públicas que sejam eficazes, a fim de cumprir estas tarefas.

4 METODOLOGIA

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa, detalhando todos os passos, desde a organização do instrumento de coleta até a análise dos dados e os resultados deles extraídos.

Para análise dos dados coletados e a fim de atender às exigências do nosso objeto empírico, usaremos métodos e técnicas que se complementam, quais sejam: **análise de conteúdo** e **análise comparativa**, cujos conceitos detalhamos na primeira parte do capítulo.

O *corpus* de análise da nossa pesquisa reúne legislações federais e estaduais, resoluções de encontros da área museológica e entrevistas com operadores da museologia.

Os sujeitos escolhidos para esta pesquisa foram todos operadores da museologia, dos quadros de instituições museológicas públicas, pertencentes ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, todas sediadas no município de Porto Alegre, conforme descrevemos no item relativo a este tema.

A coleta dos dados, bem como o formato da análise estão descritos nos tópicos que seguem, buscando situar os níveis funcionais e detalhando o instrumento de coleta que desenvolvemos.

Na pré-análise utilizamos a pesquisa bibliográfica, visando conhecer e conceituar as principais características das temáticas: política pública e museologia, a fim de chegarmos à análise dos dados, suas categorizações e temáticas, que estão delineadas na quinta parte deste capítulo.

Da análise do conteúdo documental e do material que coletamos através das entrevistas – que estão relacionados no sexto tópico deste capítulo – extraímos aspectos que servem de parâmetro para analisar nossas hipóteses, nossas categorias *a priori*, sendo os discursos dos operadores da museologia as principais fontes de verificação de nossas categorias emergentes.

A interpretação dos dados se dá a partir da comparação entre a análise documental, as vozes dos profissionais e o comparativo entre elas.

4.2 TIPO DE ESTUDO

4.2.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo permite a descrição sistemática, objetiva, quantitativa e qualitativa do conteúdo da comunicação, tal como pensam Lakatos e Marconi (2001). Como a análise documental é um estudo descritivo, optamos por sua utilização em razão de nosso tema/problema estar baseado, também, na análise de documentos como decretos e atos do poder público, para que, assim, possamos conhecer as políticas públicas que foram formuladas para a área museológica desde os anos 30 do século XX e qual o desempenho das atuais políticas nos dias de hoje.

Buscamos conhecer esquematicamente, através de determinadas categorias, sejam *a priori* ou *a posteriori*, isto é, emergentes, o conteúdo documental que revele os principais aspectos da política governamental para o planejamento na área da cultura. Com isto, procuramos identificar as compatibilidades, incompatibilidades, elementos de natureza técnica e aqueles de natureza política, bem como as possíveis soluções de continuidade no que tange ao desenvolvimento das políticas.

O método de análise de conteúdo caracteriza-se pelo exame sistemático de documentos públicos e particulares. Segundo Triviños (1987), os meios empregados em investigações científicas servem tanto para o enfoque quantitativo quanto para o qualitativo. Para Triviños (1987, p. 159), “podemos dizer também de forma geral, que recomendamos o emprego deste método porque, como diz Bardin, ele se presta para o estudo ‘das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências’ [...]”, pertinentes às Ciências Sociais.

Segundo Pereira (1998, p. 94), os documentos que servem a uma análise de conteúdo podem ser naturais (já existentes na realidade social) e elaborados, para atender às necessidades de levantamento de dados das pesquisas. Para a autora, a análise de conteúdo desenvolve-se em três momentos: a pré-análise, a exploração do material coletado e o tratamento dos resultados e interpretação destes.

O conteúdo a ser analisado será extraído dos documentos que estão arrolados a seguir.

DOCUMENTOS	DATA
Mesa-Redonda de Santiago do Chile (anexo 1)	1972
Política Nacional de Cultura	1976
Declaração de Quebec (anexo 2)	1984
Decreto nº 33.791 (anexo 3)	1991
Declaração de Caracas (anexo 4)	1992
Decreto nº 5.264 (anexo 5)	2004

Quadro 1: Documentos analisados
 Fonte: a Autora (2006)

Nossa pesquisa, como já mencionamos anteriormente, centra-se no estudo das organizações museais públicas, na existência das políticas e na eficiência da aplicação de políticas governamentais adequadas e voltadas para os reais problemas enfrentados pelos museus, em relação à: qualificação profissional; conhecimento da legislação por parte de gestores e trabalhadores de museus; políticas de aquisição de acervo e conservação desse acervo; estilo das mostras disponibilizadas ao público; recursos humanos, tecnológicos, financeiros e materiais; atendimento ao público e desenvolvimento de padrões técnico-científicos básicos. Desta forma, identificando as principais carências que permeiam as instituições museológicas gaúchas, buscamos verificar onde se encontram as mesmas.

Ainda utilizando os argumentos de Pereira (1998, p. 90), o método da análise de conteúdo visa uma “descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto da comunicação”, ou seja, precisa-se compreender a qualidade do conteúdo das mensagens, o que nos trazem de informação os documentos listados, as leis e resoluções de encontros de profissionais da museologia e as políticas governamentais para a área.

Concordamos com o que aborda Spink (2000) sobre os discursos de diferentes grupos sociais e de diferentes estruturas, quer dizer, existem versões distintas e incompatíveis a respeito de um determinado fenômeno social. Questão, esta, estreitamente ligada a nossa proposta de investigação, uma vez que entrevistamos colaboradores de diversos setores da museologia (e deles é que vieram as práticas discursivas), com formações e pertencimentos sociais bem diferenciados, ainda que todos estes envolvidos com a causa museal. Contudo, as

práticas discursivas são constituídas das vozes dos operadores da museologia e somente deste grupo. Ainda citando Spink (2000, p. 65), “concebemos a pesquisa científica como uma prática reflexiva e crítica, mas também uma prática social”.

No nosso recorte empírico para a realização da pesquisa, buscamos as informações em museus da capital gaúcha que pertencem à Secretaria de Estado da Cultura²⁵. Entrevistamos os trabalhadores de museus - gestores, técnicos e pessoal de área administrativa.

Pereira (1998, p. 112) detalha que a análise de conteúdo se enriqueceu através do tempo, sendo considerada “um conjunto de instrumentos metodológicos”. Atualmente, esse método da análise de conteúdo é combinado com outros. A organização de um *corpus* rígido e de um conjunto fixo de material de análise está ultrapassada.

Nossa meta foi trazer as visões e opiniões que os agentes de museus apontam sobre o assunto em questão. A formulação dos questionários para aplicação das entrevistas semi-estruturadas levou em consideração, também, as categorias emergentes da análise do conteúdo, que foram realizadas nos documentos anteriormente listados.

Sendo assim, as categorias emergentes de nossa análise serviram de elementos para serem confrontados e comparados com o que pensam os operadores da museologia.

4.2.2 ANÁLISE COMPARATIVA

A análise comparativa centra-se nas relações existentes entre fenômenos análogos, apontando suas diferenças e semelhanças.

Abordando o método comparativo, Schneider e Schmitt (1998, p. 49) afirmam que

É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

²⁵ A Secretaria de Estado da Cultura possui 8 museus ligados diretamente à sua administração.

A pesquisa qualitativa e o instrumento de pesquisa estiveram diretamente relacionados com as categorias emergentes, que serviram de base para a formulação dos questionários semi-estruturados, nos possibilitando utilizar o método comparado. Como destacam Schneider e Schmitt (1998, p. 85), “a comparação serve, acima de tudo, à identificação de conjuntos de fatores capazes de explicar singularidades histórico-sociais”.

Relativamente ao método comparativo é interessante o que relata Duverger (1969, p. 412):

[...] no se comparan dos cosas absolutamente idénticas ni dos cosas completamente diferentes. La comparación requiere cierta analogía entre las cosas comparadas y toda la dificultad reside precisamente em determinar el grado de dicha analogía.

As categorias que emergiram da análise das leis, decisões de encontros e as categorias que emergiram dos discursos dos entrevistados, de cada um dos museus, foram verificadas em termos de semelhanças e diferenças a fim de fazermos o comparativo. Ainda que Schneider e Schmitt (1998, p. 79) destaquem que “conceitos e construções teóricas nem sempre estabelecem relações claras com grandezas observáveis”.

Neste sentido, nossa proposta de comparar leis, decisões e políticas com discursos extraídos de entrevistas poderão nos demonstrar realidades diversas da que definimos *a priori*. Questões que não haviam sido levantadas em nossos objetivos poderão emergir das comparações, nos apontando novas abordagens.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos que participaram desta pesquisa foram doze operadores de museus públicos, de cargos diversos, visto que em níveis diferentes, as práticas da museologia e os discursos são distintos. Importante citar que, inicialmente, não nos preocupamos com o tempo de atuação dos operadores, mas sim com o tempo de atuação na instituição em que estavam quando realizamos a entrevista. Também é significativo ressaltar que as instituições acabavam de passar por alterações em seus quadros, principalmente os de diretoria, uma vez que o governo do Estado estava em início de mandato. Numa das instituições, o diretor ainda não havia sido

nomeado e o antigo já havia desocupado o cargo, estando, portanto, sem direção. Noutra instituição a direção era interina e não continuaria no cargo, razão pela qual os profissionais também estavam esperançosos por uma nova diretoria.

Para definir o número de participantes nos apoiamos nos estudos de Minayo *et al.* (1994), para os quais a pesquisa qualitativa deve basear-se no questionamento do pesquisador e não no critério numérico.

4.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os operadores da museologia que participaram da pesquisa leram e assinaram o Termo de Cessão de Direitos Autorais (Apêndice A), habilitando, portanto, os dados a serem utilizados.

Os participantes da pesquisa foram representados pelas letras iniciais da atividade que exercem: OM (Operadores da museologia). As instituições pesquisadas foram representadas por um número, que variou do 1 ao 4 e que foi colocado à direita das letras simbolizando a instituição. O segundo número representa o profissional, variando de 1 até 3, conforme nossa proposta de identificar as falas nos níveis gerencial, técnico e administrativo, respectivamente. Deste modo, ficaram denominados: OM1.1; OM2.1; OM3.1; OM4.1, e assim sucessivamente. O terceiro número identifica a numeração das questões do instrumento de coleta.

4.5 COLETA DOS DADOS

A coleta dos dados foi realizada durante o mês de fevereiro de 2007, através de entrevista individual, com perguntas estruturadas e semi-estruturadas (Apêndice B), com duração média de quarenta minutos, cujo conteúdo foi gravado e posteriormente transcrito.

O instrumento de coleta de dados foi aplicado preliminarmente em sujeitos da área da Museologia não pertencentes às organizações pesquisadas.

Para Minayo *et al.* (1994) a entrevista é o encontro entre indivíduos, em que uma das pessoas obterá informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação, visando coletar fatos narrados pelos participantes – enquanto sujeitos da pesquisa – e conseguir respostas válidas e pertinentes. O entrevistador em primeira instância representa-se ao entrevistado como uma autoridade, as relações não são neutras. Antecipadamente, o entrevistador está em situação de domínio.

4.6 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram organizados e interpretados por meio da análise de conteúdo. Segundo Moraes (1999), para a realização da análise, utilizam-se tanto aspectos verbais como não verbais que precisam ser processados para serem interpretados. Para entender os significados das mensagens, também o contexto deve ser considerado. Essa análise, dirigindo descrições metódicas e qualitativas, auxilia na reinterpretação das mensagens e na compreensão de seus significados.

Moraes (1999) afirma que os dados são decifrados pelo pesquisador, de acordo com sua percepção e indica para o desenvolvimento do processo de análise de conteúdo cinco etapas, que são: preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição; interpretação.

Nesta investigação, as unidades de análise foram classificadas de acordo com as categorias estabelecidas *a priori*, vinculadas aos objetivos da pesquisa, conforme apresentamos no Quadro 2.

Categorias	Temas
Influência da aplicabilidade das Políticas Públicas na atual situação dos museus.	Integração Formulação e Implementação Eficiência
Fatores que influenciam na formação e qualificação profissional e no planejamento das atividades dos operadores de museus.	Qualificação e fiscalização Diretrizes e planejamento
Relações entre as funções do museu, a política de atuação adotada pela instituição e a comunidade.	Dinâmicas de trabalho Teorias museológicas e ações

Quadro 2: Categorização dos dados e seus temas
Fonte: a Autora (2006)

4.7 SE FAZ CAMINHO AO ANDAR

4.7.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO DOCUMENTAL

Os documentos que já mencionados e que definimos como importantes para a nossa pesquisa, estão descritos abaixo em forma de súmulas. Extraímos deles trechos que consideramos interessantes dentro da temática “política museológica”. Em cada subdivisão optamos por destacar em negrito, os aspectos fundamentais e que vêm ao encontro de nossa proposta de análise.

4.7.1.1 Mesa-Redonda de Santiago do Chile

Este encontro de profissionais estabeleceu os princípios do museu integral, considerando que “os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade”.

Dentre as resoluções adotadas pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile destacamos as que seguem.

1. Por uma mutação do museu da América Latina, considerando: Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais;

Que esta nova concepção não implica na supressão dos museus atuais, nem na renúncia aos museus especializados, mas que **se considera que ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem da maneira mais racional e mais lógica, a fim de melhor servir à sociedade; que, em certos casos, a transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente, mas que, em outros, ela poderá ser o princípio diretor essencial;**

Que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem; que, de outro lado, o museu integral necessitará, a título permanente ou provisório, da ajuda de especialistas de diferentes disciplinas e de especialistas de ciências sociais.

Decide de uma maneira geral:

3. Que os museus devem tornar suas coleções o mais acessível possível aos pesquisadores qualificados, e também, na medida do possível, às instituições públicas, religiosas e privadas;

4. Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante; que o museu deve conservar seu caráter de instituição permanente, sem que isto implique na utilização de técnicas e de materiais dispendiosos e complicados, que poderiam conduzir o museu a um desperdício incompatível com a situação dos países latino-americanos;

5. **Que os museus devem criar sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia de sua ação em relação à comunidade;**

III. Recomendações apresentadas à UNESCO pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile

À Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 e 21 de maio de 1972, apresenta à UNESCO as seguintes recomendações:

1. **Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural.** Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência.

2. A UNESCO prosseguiria e intensificaria seus esforços para contribuir com formação de técnicos de museus - tanto no nível de ensino secundário quanto ao do universitário, como ela tem feito, até agora, no Centro Regional "Paul Coreanas".

Como pode ser observado, se considera nas resoluções deste encontro que o museu deve passar por uma transformação para atender à sociedade, ainda que de forma gradual e experimental, mas que seja avaliada a sua eficácia perante a comunidade e seu entorno sócio-cultural.

4.7.1.2 Política Nacional de Cultura

Esta política, criada pelo Ministério da Educação e Cultura em 1975 e que recebeu a contribuição do Conselho Federal de Cultura para sua efetivação, definiu os “fundamentos legais da ação do governo no campo cultural”, traçando diretrizes, explanando idéias e programas, delineando objetivos e mostrando as formas de ação.

Ao propor as bases de uma Política Nacional de Cultura, é imprescindível explicitar certos pressupostos sobre os quais ela será concebida.

O primeiro deles é o de que uma política de cultura não significa intervenção na atividade cultural espontânea, **nem sua orientação segundo formulações ideológicas violentadoras da liberdade de criação que a atividade cultural supõe.** [...]

O segundo pressuposto é o de que a política da cultura proporcionará as diretrizes básicas pelas quais o poder público se propõe estimular e apoiar a ação cultural de indivíduos e grupos. [...]

Por outro lado, **uma política de cultura, nas condições do nosso tempo e da nossa sociedade, justifica-se pela necessidade de revigorar o processo de criação.** [...]

Uma pequena elite intelectual, política e econômica pode conduzir, durante algum tempo, o processo de desenvolvimento. Mas será impossível a permanência prolongada de tal situação. É preciso que todos se beneficiem dos resultados alcançados. E para esse efeito é necessário que todos, igualmente, participem da cultura nacional. [...]

Cabe ao Estado estimular as concorrências qualitativas entre as fontes de produção. [...]

Característica de país em desenvolvimento, devido à comunicação de massa e à imitação dos povos desenvolvidos, a qualidade é freqüentemente desvirtuada pela vontade de inovar; o que, por sua vez, também leva a um excesso de produção. [...]

Constitui a Política Nacional de Cultura o conjunto de diretrizes que orientam e condicionam a ação governamental, não como dirigismo, mas como instrumento de estímulo e formação. [...]

Consideram-se como diretrizes da Política Nacional de Cultura:

5. o apoio à formação profissional que contribua para desenvolver uma consciência nacional capaz de zelar e dar continuidade ao que é culturalmente nosso;

6. o incentivo aos instrumentos materiais, atuantes ou em potencial, para imprimir maior desenvolvimento à criação e à difusão das diferentes manifestações da cultura, tendo-se sempre em vista a salvaguarda dos nossos valores culturais, ameaçados pela imposição maciça, através dos novos meios de comunicação, dos valores estrangeiros; [...]

São cinco os objetivos básicos da política a ser implantada. [...]

Tem por meta conservar o acervo constituído e manter viva a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira. [...]

Preservar não sugere uma atitude de conservação no sentido de mero registro ou exposição, sob diferentes formas de museus. O que se pretende é manter a participação vivencial do povo em consonância com os valores que inspiram a vida em sociedade. [...]

[...] **a Política Nacional de Cultura entrelaça-se como área de recobrimento, com as políticas de segurança e desenvolvimento; significa, substancialmente, a presença do Estado, como elemento de**

apoio e estímulo à integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global de desenvolvimento brasileiro.

[...] procurar-se-ão os meios adequados através dos quais se executem aquelas medidas indispensáveis à sua realização.

[...] **devem observar-se idéias e programas que visem a:**

e) valorizar os museus – nacionais, regionais, locais ou especializados – reunindo o que há de mais caracteristicamente expressivo de nossa cultura [...]

h) divulgar as manifestações da criatividade, estimulando a criação e o fomento através de instrumentos materiais, tais como cinema, teatro, sala de concerto, de conferências e exposição, editora, biblioteca, museu, rádio e televisão;

j) [...] promoção de cursos de curta duração para o aperfeiçoamento e atualização de especialistas nas áreas da cultura. (BRASIL, 1975, p. 8-37).

Extraímos trechos deste documento que entendemos importantes por apresentarem as peculiaridades daquele contexto. Podemos identificar claramente a tônica do discurso político do período, de expressivo caráter ideológico, reforçando a presença do Estado como orientador do desenvolvimento brasileiro e enquanto mantenedor da política repressora. Os programas de valorização cultural e detalhadamente museológica, visando manter os acervos de expressão da cultura nacional, expressam a manutenção do paradigma tradicional da Museologia.

4.7.1.3 Declaração de Quebec

A Declaração de Quebec traçou, em 1984, os princípios de base de uma Nova Museologia.

Suas resoluções destacam

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio humano e físico.

Para atingir este objetivo e integrar as populações na sua ação, a museologia utiliza-se cada vez mais da interdisciplinariedade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da ação cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram os seus usuários.

Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos de futuro.

É adotado o que se segue:

A - que a comunidade museal internacional seja convidada a reconhecer este movimento, a adotar e a aceitar todas as formas de museologia ativa na tipologia dos museus;

B - que tudo seja feito para que os poderes públicos reconheçam e ajudem a desenvolver as iniciativas locais que colocam em aplicação estes princípios;

C - que neste espírito, e no intuito de permitir o desenvolvimento e eficácia destas museologias, sejam criadas em estreita colaboração as seguintes estruturas permanentes:

Um comitê internacional "Ecomuseus/ Museus comunitários" no quadro do ICOM (Conselho Internacional de Museus);

Uma federação internacional da nova museologia que poderá ser associada ao ICOM e ao ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), cuja sede provisória será no Canadá.

O extrato destas resoluções aponta com clareza os princípios norteadores da Nova Museologia. Estas premissas, de duas décadas atrás, são ainda hoje vistas de forma acanhada nas instituições museais. A preservação dos artefatos representativos de ontem e de hoje e sua projeção para o futuro, destaca a Museologia Contemporânea como ativa e inserida num rol de relações a que o museu deve voltar-se na sociedade atual. E mais, explicita a inter-relação da museologia com outras áreas do conhecimento e com estruturas de representação, como o ICOM.

4.7.1.4 Decreto nº 33.791

Este Decreto organiza sob a forma de sistema as atividades de museus do Estado do Rio Grande do Sul - detalha as atribuições deste SEM/RS, explicita o que é uma unidade museológica, delinea a formação da coordenação, apresenta os órgãos que são a ele integrados, além de apresentar as incumbências de cada setor que dele faz parte.

Dentre suas atribuições, destacamos as que se nos apresentam como mais importantes no conjunto, enquanto política pública para a área.

Art. 2 – Constituem atribuições do Sistema de Museus do Estado do Rio Grande do Sul:

I – **promover a articulação entre os museus** existentes no Estado, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;

II – **definir diretrizes gerais de orientação** para o cumprimento dos objetivos do Sistema;

IV – **estabelecer e acompanhar programas de atividades**, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado;

VII – **proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento**, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;

VIII – **propor formas de provimento de recursos** destinados à área museológica do Estado;

X – estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;

XI – **acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos** pelos Museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;

Art. 4 – A coordenação geral do Sistema de Museus do estado do Rio Grande do Sul é feita pela central do Sistema, **à qual compete identificar alternativas com vistas ao traçado de diretrizes para o exercício da atividade sistematizada**, estabelecendo orientação normativa e supervisão técnica [...].

Art. 8 – A comissão de coordenação é constituída:

I – pelo diretor do Instituto Estadual de Museus da Secretaria de Cultura;

II – por um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado;

III – por um representante da Associação Rio-grandense de Museologia ou outra entidade de classe;

IV – por um representante dos museus mantidos pelo Estado do Rio Grande do Sul;

V – por representantes de regiões museológicas constituídas por órgãos de intercâmbio – museus municipais, federais ou privados;

VI – por um representante do Conselho Superior da Fundação de Amparo à pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

O decreto que criou o SEM/RS foi influenciado pelo então Sistema Nacional de Museus. Entendemos este documento nos itens que destacamos, como política profícua, integradora e motivadora de ações eficientes na área da Museologia.

4.7.1.5 Declaração de Caracas

Este documento foi emitido em 1992, com o intuito de “atualizar os conceitos e renovar os compromissos adquiridos” na reunião de Santiago do Chile, portanto vinte anos antes.

Destacamos, dentre as recomendações, as que se apresentaram como mais pertinentes a nossa pesquisa.

[...] É lamentável a falta de uma política cultural coerente que transcenda a temporalidade e garanta a continuidade de ações.

Por outro lado, a tendência que prevalece no momento atual para a privatização e para que se confie à sociedade civil responsabilidades normalmente cumpridas pelo Estado, pode acarretar riscos em relação ao patrimônio cultural. **O Estado não pode abandonar totalmente seu papel de guardião do acervo patrimonial de nossos povos, e deve contribuir**

para garantir sua conservação e integridade como o órgão mais idôneo. [...]

[...] podemos afirmar que hoje em dia o Museu tem uma missão transcendente a cumprir na América Latina. Deve constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural de nossos povos e para seu conhecimento mútuo – fundamento da integração. [...]

[...] não pode existir um museu integral ou integrado à comunidade, se o discurso museológico não utiliza uma linguagem aberta, democrática e participativa. [...]

Que se reformulem as políticas de formação de coleções, conservação, investigação, educação e comunicação, em função do estabelecimento de uma relação mais significativa com a comunidade, com a qual o museu desenvolve suas atividades; [...]

Que se promovam políticas culturais coerentes e estáveis que garantam a continuidade da gestão do museu; [...]

Que os museus priorizem e sistematizem a realização de programas de aperfeiçoamento de seus recursos humanos; [...]

O museu da América Latina enfrenta os desafios impostos hoje em dia pelo meio social no qual se insere, pela comunidade a que pertence e pelo público com quem se comunica. Para enfrentá-los, é necessário:

1. Potencializar sua qualidade de espaço de relação entre os indivíduos e seu patrimônio onde se propicia o reconhecimento coletivo e se estimula a consciência crítica; [...]
3. Desenvolver a especificidade da linguagem museológica como mensagem aberta, democrática e participativa; [...]
7. Lutar pela valorização social do trabalhador de museus em termos de reconhecimento, estabilidade e remuneração; [...]
9. Estabelecer mecanismos de administração e captação de recursos como bases para uma gerência eficaz.

Esta Declaração, visando retomar as decisões de Santiago, aponta de forma direta a falta de uma política coerente e duradoura para a cultura, cobrando do Estado o seu papel enquanto mantenedor do patrimônio público que os acervos museais representam. Enfatiza a importância da comunidade no relacionamento com o Museu, também ressaltando características típicas da Nova Museologia.

4.7.1.6 Decreto nº 5.264

Este decreto institui o Sistema Brasileiro de Museus, explanando suas finalidades, objetivos e atribuições, além de caracterizar as instituições museológicas e a formação do Comitê Gestor.

O documento que regulamenta a atual política nacional de museus traz em seus artigos muito do conteúdo que também compõe o Sistema Estadual de Museus gaúcho, pois que este tinha atuação expressiva e atuou conjuntamente para a implantação do órgão federal. Como política pública cultural, além de determinar

bases de atuação, incentiva a ampliação de uma rede sistematizada da área museológica, que pode disseminar o museu enquanto instituição e trazer integração e aperfeiçoamento.

Art. 1 Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;

IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integram o Sistema. [...]

Art. 4 – Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração do Sistema Brasileiro de Museus;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI – incentivar a formação, atualização e valorização dos profissionais e instituições museológicas.

Art. 5 – O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§ 1 – O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I – dois do Ministério da Cultura;

II – um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

III – um do Ministério da Educação;

VII – um dos sistemas estaduais de museus;

VIII – um dos sistemas municipais de museus;

X – um do Conselho Federal de Museologia;

XII – um da Associação Brasileira de Museologia;

§ 5 – Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor, grupos temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos.

Esta análise buscou extrair destes documentos as categorias que mais se repetem e as que são bem diferenciadas, visando identificá-las através da repetição e da presença ou ausência de conceitos nestes conteúdos.

Os documentos, cada um trazendo os contextos em que estavam inseridos, detalham resoluções governamentais, de política pública e discurso de profissionais da área museológica, engajados na causa museal e, portanto, inseridos enquanto atores deste processo.

Cabe aqui um pensamento a respeito da memória social, um dos assuntos discutidos nesta investigação: “ao elaborar e ao executar as políticas públicas estamos atingindo essencialmente, as relações entre as pessoas, relações sociais que podem ser transformadas e aprimoradas”. (CAMARGO, 2005, p. 117).

As políticas são implementadas através de programas que atenderam a projetos, sendo estas ações sociais para o conhecimento e melhoria de determinado fato.

4.7.2 ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Após a coleta de dados extraída do resultado das entrevistas, procuramos exatamente verificar como as políticas estão sendo (ou não) absorvidas nos museus. Os operadores entrevistados trazem respostas para as hipóteses levantadas, uma vez que estamos nos referindo a profissionais com formação e a profissionais de carreira, além de gestores (normalmente cargos em comissão) e a pessoal de cargos administrativos.

4.7.2.1 Influência da aplicabilidade das políticas públicas na atual situação dos museus

Esta categoria visa explicar a situação atual dos museus brasileiros como um todo e, especialmente, a realidade dos museus gaúchos. A partir desta constatação se elaboram as temáticas, nas quais temos como identificar de que forma as políticas públicas são entendidas, percebidas e pensadas dentro das organizações museais e como os operadores da museologia percebem isto; se existem padrões de eficiência, se as diretrizes são percebidas, se há continuidades.

4.7.2.1.1 Integração

Neste tópico, quando abordamos a temática integração, entendemos que o Rio Grande do Sul não está dissociado do cenário nacional. As vozes dos operadores da museologia foram quase uníssonas para a situação de falta de recursos de toda a ordem em que se encontram os museus.

Tanto em OM1.3 como em OM3.4, identificamos claramente esta situação:

[...] eu acho que há muitos altos e baixos, mesmo em nível nacional, teria que manter uma média – de recursos de pessoal, mais continuidade. Tem algumas rupturas – o interior é um caos; estive em [...] até tentando auxiliar; a criatura que mais entendia do museu era a faxineira; porque era a memória viva do museu, a diretora, com duas estagiárias temporárias, mais ninguém – não havia uma reserva ali; e de lá pra cá não mudou muito, [...] as pessoas abrem e não tem nem idéia do que é museu; [...] falava que ela ia sair e não tinha quem deixar; um interessado em continuar o trabalho dela; ela passou para um estagiário; é excelente, mas é temporário, sabe? Não é um funcionário efetivo; [...] mas falta alguma coisa que normatize determinadas coisas [...] cultura não dá IBOPE. (OM4.3.4).

Alguns comentam que não tinham muita condição de viajar e que não conheciam as realidades museais de outras organizações, mas assinalaram, principalmente, que faltam recursos, conforme a fala de OM2.2. Chegam a apontar também uma situação de crise, como OM2.3 e OM4.2.

Na verdade, eu quase nunca saio do RS, então não tenho idéia de como estão os museus fora do RS [...]. Mas eu acho que seria uma outra situação, estes museus são ligados ao MinC e eu tenho impressão que as verbas são maiores, têm mais autonomia. [...] Museus vinculados ao MinC são de mais privilégio em relação a nós. Aqui no RS a gente entra na mesma questão da falta de verba [...] (OM2.2.4).

Tenho a impressão que é uma situação difícil, em função da falta de recursos. Há pouco tempo fiz uma viagem e vejo que existe uma crise geral, tanto no Brasil como no RS. Em todos os segmentos da cultura. [...] Entre os estados todas as instituições estão em crise. (OM2.3.4).

[...] A situação do RS, como eu disse no início, está bem precária, comparada ao restante do País. (OM4.2.12).

Existe a idéia de que os museus do centro do País têm mais verbas e estão em melhores condições por terem mais apelo e por existirem mais empresas com poder de investimento, enfim, mais visibilidade. Parece-nos, conforme as falas, que a cultura tem mais respeito no Sudeste do Brasil. É o que detalham OM1.1, OM3.3 e OM4.2:

Os museus brasileiros têm um tempo de percursos, de história, bem mais profissionalizado. [...] A educação da gestão museológica é bem mais profissionalizada. Acho que a gente está caminhando, sim, aqui, para um momento bom de profissionalização, mas, ainda, aquém do nacional, acho que [...] estamos muito regionais, bairristas, muito cheios de, eu não diria, defeitos, vícios, ou até desinformação, muitas vezes, para tratar uma instituição como museu, com profissionalismo. [...] acho que tem muito museu aí menor que precisa de uma atuação mais profissional. Então, eu acho assim, a gente está realmente atrás do nível nacional. [...] Estão acontecendo movimentos, mas acho que SP ainda manda na festa. (OM1.1.4).

Eu sinto que na Região Sudeste tem um grande apelo, talvez até no Sudeste algumas instituições são bem posicionadas, conseguem desenvolver um trabalho. Quer dizer, o sudeste é sem comparativos, tem o turismo cultural super-acirrado, [...] e aqui na Região Sul eu vejo muito emperramento, muita dificuldade, as pessoas, as instituições esperando muito da máquina pública, que é uma mentalidade que tem que mudar. [...] Às vezes tu tens um projeto aprovado na Lei de Incentivo, muda a direção e diz: “ah, eu não quero mais executar este projeto, não é do meu interesse”. E aí tu fez um projeto para a gestão anterior, que apoiou, trocou a gestão e tu bota o projeto fora? Não tem uma continuidade. (OM3.3.4).

Eu percebo que os museus, de um modo geral, os do Nordeste e os de Minas Gerais tem políticas de patrimônio mais sérias do que as que vêm sendo adotadas aqui no RS. [...] A gente percebe que o RS, pelo menos há mais de uma década, em relação ao restante do País, teve um retrocesso. [...] Olha, já há vários governos a gente vê que entra secretário e sai secretário e a preocupação é com eventos que dêem visibilidade na mídia. (OM4.2.4).

De outra parte, muitos apontam que o museu tem se tornado mais conhecido do grande público, tem se incrementado, indicando uma situação de retomada, de melhoria, ainda que acanhada, conforme OM1.2, OM3.1 e OM2.1.

Eu acho que o museu como instituição nos últimos dois anos tem sido incrementado, se tornou muito mais interessante do que nos 20 últimos anos. Se fala mais em museu, há uma preocupação com memória, preocupação com preservar, de se ver o lado educacional, e isso é uma coisa relativamente recente. [...] mostram uma nova visão que acho que coincide com a Nova História, a história do cotidiano ao lado dos fatos oficiais, existe uma preocupação do museu com o estilo de vida das pessoas, uma mistura de Antropologia Cultural e mesmo uma questão de identidade dentro de um mundo globalizado, [...] de onde tu és e o lugar a que pertences, a tua história pessoal dentro de uma grande história. [...] existe um interesse pela memória [...] noto que vem crescendo talvez nos últimos 10 anos, cada vez mais, não só observo como tenho notado aqui no museu [...]. (OM1.2.4).

Eu acho que os museus do RS têm bastante impulso [...]. (OM3.1.4).

Pela minha experiência, acredito que hoje já estão se encaminhando para uma proposta melhor, não acredito que estejam 100%, acredito que estejam muito longe dos 100%. (OM2.1.4).

4.7.2.1.2 *Formulação e Implementação*

Neste item, a nossa intenção foi verificar como os operadores da museologia absorvem em suas funções as políticas para a área. Entendemos que as políticas existem, como já aludimos, mas muitas vezes não são observadas e não se tem uma continuidade de ações que são propostas por estas diretrizes.

Se as políticas existem enquanto sistematização e normatização de ações, então elas devem ser conhecidas, reconhecidas e discutidas amplamente para que dêem frutos. E isto nos vários níveis da organização museal. A observância das políticas se dá de forma bem diferente para os operadores que atuam na mesma organização.

Verificamos que no comparativo da fala de OM2.1 com as de OM2.2 e OM2.3 há uma desconexão. A informação, de fato, não chega do mesmo modo aos diferentes níveis funcionais, pois enquanto um diz que buscarão a iniciativa privada, os outros já apresentam os resultados de uma busca de incentivos que deu certo, através da política de captação de recursos.

Acho que a situação é bem difícil. Vemos a mudança de governo e sabemos que a cultura é quem tem a menor fatia. A saída mesmo é buscar a iniciativa privada. Apoio imediato não deu para sentir, mas acho que é uma coisa que está se encaminhando. (OM2.3.5).

Eu assumi o museu há um mês atrás, descobri um fato que me deixou perplexo: os computadores [...] foram adquiridos com verbas de editais, do BNDES, da Caixa, da Petrobrás, o edital de modernização dos museus. Esta política de fomento, da atividade museológica, em especial via fundos, é muito profícua [...]. (OM2.1.5).

A partir da gestão anterior, nos demos conta de que o ideal era buscar verba nestes setores que estão propiciando, tanto o MinC, quanto o BNDES, como a Caixa, e procura-se enviar projetos, visando atender estes editais. Eu acho que eles são bem bons, na medida em que pode proporcionar a quem tem mais possibilidades técnicas, conseguir alguma verba. Mas a gente sabe que mesmo nestes editais, existe política, ou seja, politicagem, alguns ganham mais do que outros. Outras questões entram aí, mas a gente tem que apelar a isto. (OM2.2.5).

Ainda confirmando nossa análise, descrevemos outra desconexão dentro de uma mesma organização. As falas de OM1.1 e de OM1.2 e OM1.3 se contrapõem:

Acho que eles aguardam uma informação de cada Estado, para centralizá-las. Eles não vão atrás. Não existe uma procura. Cabe a instituição ir à procura. (OM1.1.6).

O SBM é bem ativo. A gente está fazendo o cadastro. A comunicação deles é muito boa, muito acessível. É atuante. (OM1.3.5).

[...]. Tanto que conseguimos equipar novamente com computadores de última geração [...]. Há dois anos, com projeto, foi aprovado, 100% fundo nacional, a gente teve que dar uma contrapartida pequena [...] (OM1.2.6).

Cabe-nos ressaltar que na maior parte das vezes notamos dentro da mesma instituição, nos níveis diversos, a mesma leitura.

Os resultados das entrevistas com os operadores evidenciam que a política existe, é conhecida, mas não é absorvida em sua totalidade; há falhas nesta continuidade e nesta percepção. Quando falamos em política nacional, no trabalho realizado pelo Sistema Brasileiro de Museus, somente aparece dados sobre verbas, recursos financeiros, apoio a projetos, apresentação de resultados. Não existe uma noção de que a política também tem um trabalho sobre as diretrizes, sobre as coordenadas da área da Museologia.

A aceitação de que existe uma política e de que ela é boa, interessante e que auxilia os museus é representada nas falas de OM1.1, OM2.1, OM2.2 , OM3.3, bem como nos relatos abaixo citados:

Sobre o sistema [SBM], mostraram uma maravilha de gráficos. Bom, gráficos aceitam tudo, a coisa é maravilhosa, mas também não é tão ruim, acho que há um real interesse Existe uma preocupação também, existe um dinheiro, acho que não é tão maravilhosa quanto aparenta, mas acho que é bem palpável [...]. Está havendo com o ministério uma melhoria [...] acho que existe uma preocupação, não se pode negar. (OM1.2.6).

Numa primeira fase, isto foi sendo reconstruído, o Sistema Nacional agora eu acho que está em desenvolvimento. Agora deste ano pra cá, da mudança, eu não sei muito ainda exatamente o que vai acontecer. [...] O que mais da resultado é entrar dentro dos editais. (OM3.2.6).

[...] em nível nacional a gente vê no meu modo de vista uma pequena melhora, uma melhora muito tímida, mas há. Há uma política pública museológica, embora a gente queira discordar de algumas coisas dela, mas há, quando não existia nada. Então já estamos no lucro. (OM4.1.5).

Acho que já foi um avanço importante, porque através destes editais, instituições que nunca antes eram contempladas com verbas públicas, agora estão tendo pela primeira vez uma possibilidade de acesso a estes recursos. Então, a gente sabe que havia museus modestos que pela primeira vez conseguiram pleitear e atrair verbas públicas. Conseguiram qualificar acervo, melhoraram o aspecto físico das instituições, a própria condição dos prédios. Acho que neste aspecto foi um esforço importante, quer dizer a preocupação de se fazer um cadastro o mais completo possível, depois direcionar verbas para instituições que mais necessitam [...]. Através desta política a coisa se democratizou, os recursos foram abertos às instituições. Os projetos a gente chegou a mandar tanto para a Fundação Vitae como para a dos editais do MinC e os projetos acabaram não passando e um fator fundamental é porque o museu não tem sede própria. [...] (OM4.2.5).

Mas, ainda assim, demonstra-se em alguns depoimentos um desconhecimento do todo, como aborda OM3.1

Não sei se esta política é feita noutros, mas pelo que eu leio através de boletins do Departamento de Museus, acredito que também eles proporcionem este tipo de treinamento a seus funcionários. Sobre o funcionamento dos museus, eu andei fazendo um cadastro pra Brasília, sistema brasileiro e ali há perguntas cabíveis, mas muito diferentes da nossa área, então há discrepância entre os museus. [...] (OM3.1.4).

Já na abordagem do SEM/RS, ele é desconhecido enquanto política, mas muito conhecido enquanto ação. Há simpatia pela existência de uma coordenação, mas nota-se claramente o descolamento deste órgão como um formulador de política, sendo até mesmo desconhecido de muitos gestores, conforme demonstram os depoimentos de OM2.1, OM3.1, OM3.2 e OM3.3.

[...] o Sistema Estadual de Museus era muito na dele. Ele tem mais é que se integrar nas instituições e trabalhar nisto, comentar isto pra fora. Era uma coisa paralela [...]. O sistema deveria se dedicar mais para o Estado e daí alimentar o nacional, quer dizer fazer um trabalho mais amplo. Acho que a integração está fraca, tem que revitalizar todos eles e fazer um trabalho de auto-ajuda, todo mundo se ajudando e orientando e pegando junto [...]. (OM1.1.5).

Sou novo na área dos museus mas tenho a impressão que sempre foi um sistema muito ativo. (OM2.1.6).

Em determinados momentos, como os fóruns, há uma tentativa de integração, mas eu tenho a impressão de que eles deveriam estar mais voltados para a formação de pessoal de museus, fazer mais publicações para subsidiar. (OM2.2.5).

[...] Tendo em vista que existe este SEM, que congrega, que dá orientações, que propõe atividades, que propõe treinamento do próprio servidor, que trabalha nos museus. (OM3.1.4).

Temos apoio [...] do SEM. A gente procura comunicar muito. [...] Agora ainda mais a gente quer estabelecer esta rede e usar o espaço do sistema para alguma reunião, assembléia da primeira região, para conversar isto e fazer uma coisa mais sistemática, um encontro, porque é uma forma de ter capacitação de recursos humanos e estar discutindo coisas, sem ser indo a grandes eventos (complicado para buscar passagens, hospedagens). (OM3.2.5).

Eu não participo das reuniões, mas acompanho pelos relatórios o que tem sido realizado, que se tenta interiorizar, fazer atividades no interior. Eu acho que é uma coisa bem interessante. (OM3.3.6).

Percebemos que as metas do SEM, o planejamento, as discussões propostas não chegam aos museus, pois não estão nestas falas. Há contrariedades e desvios do que é proposto e do que realmente ocorre. Nas entrevistas com OM1.1

isto aparece, bem como nas falas de OM1.2, OM2.2, OM4.1 e OM4.3, que estão elencadas abaixo.

O Sistema [SEM/RS] é velho, é pioneiro no Estado [...]. O Sistema teve época que esteve praticamente sumido, teve época que apareceu, teve época que fez alguma coisa palpável – o Sistema acho que solta foguetes demais [...] Acho que o Sistema está muito fechado [...] O Sistema deveria dar mais apoio, eles não tem que dar diretrizes, acho que devem ouvir quais são os anseios. (OM1.2.5).

Sinto muito, mas acho bastante falho. Eu sinto assim; existem questões, principalmente quanto à formação, que os museus do interior se dirigem a nós, ao invés do Sistema. Quer dizer que o SEM está falhando neste contato com os museus. Recebemos muita demanda de como se faz conservação, tombamento. [...] A gente falha porque realmente a gente não pode dar uma assistência no interior [...]. Eu acho que o SEM deveria intervir mais nisto, talvez com apostilas, algo que levasse o pessoal a pensar. [...] Não há nada de reuniões com os museus do Estado, nenhum diretor [...]. (OM2.2.6).

O que eu sinto é que teoricamente o SEM deveria ser o pólo condutor das políticas. Na prática, o que tu vê? São pessoas muito dedicadas, pessoas que tentam fazer alguma coisa, mas que trabalham descolados da realidade. Nunca alguém do SEM oficialmente veio aqui conversar com a gente. Nos conhecemos, mas falta colar mais as instituições e botar a cara para fora, se fazer conhecido das pessoas. Fazer uma política mais agressiva no sentido de puxar trabalhos conjuntos com os museus. Nunca houve ninguém que sentasse com a gente e dissesse: ‘olha, o que a gente pode fazer em conjunto? Que projetos podemos levar adiante?’ (OM4.1.6).

Os museus estatais obrigatoriamente deveriam ter assistência do Estado; como tu és obrigada a zelar por aquilo, trabalhar, teria que ter mais apoio; mais estrutura; [...] Se tentou fazer reuniões com os museus; aí tu esbarra na falta de interesse de um, olhar para o umbigo de outro. Se aquilo tivesse tido continuidade talvez os museus estivessem melhor; faltava pessoal; [...] os ‘primos ricos’ da capital podiam dar apoio técnico aos do interior; [...] não há comunicação. [...] Eu acho que aqui não está surtindo efeito – aquilo que se ouve no Fórum: os do Rio dizem que os gaúchos são batalhadores, a gente tem habilitações, mas está estagnada. (OM4.3.6).

4.7.2.1.3 Eficiência

Neste tópico, buscamos entender como seria uma política que fosse eficaz para os museus. Na nossa interpretação, tomamos por base que a política nacional de museus, bem como o decreto de criação de SEM/RS, são o “estado da arte” em termos de uma política para a área.

Os operadores, mesmo tendo avaliado positivamente o comportamento das políticas do Estado e da união para a área, tiveram condições de expressar o que deveria também compor uma política que fosse efetivamente eficiente para os museus.

As respostas vieram da forma mais diversificada possível. Alguns entendem política museológica como política de governo vigente. Isto é expressado nas falas de OM1.1.

Não partidária. [...] Eu acho que a Secretaria da Cultura não pode ter partido; o partido é a cultura. (OM1.1.7).

Outros entendem como exclusivamente a estrutura financeira. Se tiver dinheiro, tudo funciona. E eles mesmos identificam outras falhas, mas acima de tudo aparece a questão de verbas. Expressões semelhantes aparecem em OM2.3 e OM4.2 e nas demais falas abaixo de OM1.2 e OM2.1

Aquele grande ponto fundamental da falta de dinheiro. Não adianta reunir, discutir e ter boas idéias, e ter visão, quando não se tem dinheiro, só via [através de] projetos. Temos uma coisa terrível nos projetos, não podemos pagar pessoal, nós estamos com falta de pessoas, eu estou quase me aposentando. (OM1.2.7).

Uma integração! A utopia para os museus, que não exista museus e sim um museu – vários museus intercambiados, um museu daqui pode receber com certa regularidade acervo do Museu Nacional, do de Pelotas, dos museus do Acre. Esta movimentação acontece muito pouco. Pelas mais diversas questões, por dificuldades de toda ordem, a primeira questão é básica: dinheiro. [...] Tu não consegues trazer atrativos para o teu museu que agradem e que consigam entrar na lógica do mercado, é problemático [...]. (OM2.1.7).

Há clareza sobre a inexistência de qualificação para a área, que é também apontada como ponto fundamental de uma política eficaz. E a reboque disto, um corpo técnico permanente. Nas falas de OM3.1 e OM3.2 isto é presente, e também nas de OM2.2, OM3.3, caracterizadas abaixo.

Acho que seria a questão da qualificação profissional. Outra coisa que eu acho que seria importante, mas também não vejo a médio e nem a longo prazo nenhuma melhoria, seria um quadro definitivo para os museus, pois principalmente em museus municipais há uma rotatividade muito grande e cada um que entra, entra cru e tenta redescobrir a roda, e começa tudo de novo. Acho que aí neste ponto a experiência é fundamental. Acho que teria que ter uma equipe multidisciplinar, museólogo, e conforme a especialidade do museu ter historiadores, biólogos. O museólogo é importante, embora a gente saiba que nos quadros não existe. (OM2.2.7).

O que eu acho na parte dos museus é que o pessoal precisaria ser ainda melhor qualificado e, além disso, teria que ter mais funcionários, não só no RS, como no Brasil inteiro. [...] Não temos nenhuma museóloga. Talvez este recurso humano especializado, deveria ter. Por que não tem? Porque não tem concurso. (OM3.1.4).

Qualificação eu acho fundamental. Até porque as pessoas precisam se atualizar, se abrirem ao que está acontecendo nos outros lugares, senão elas não tem nem acesso, não tem noção. Noventa por cento dos museus do interior não devem ter acesso a Internet, não tem acesso às exposições e eventos culturais fora do Estado. Como vão se atualizar? Pela reportagem do Jornal Nacional? É impossível. (OM3.3.7).

Aspectos como a preocupação com a formação do cidadão e a atenção a ser prestada às crianças e jovens, numa política de ação pedagógica, ficou presente nas falas de dois operadores, de níveis e organizações diferentes, inclusive com formações e vínculo profissionais completamente diversos. Foi uma questão que apareceu exclusivamente nas falas de OM1.3 e 4.1.

Eu acho que é uma questão de longo prazo, é uma questão de educação, acho que a gente tem uma cultura de muito tempo não valorizar, então teria que ser revisto desde a primeira parte da Educação Infantil, de ser valorizado isto e incentivado, mostrado, para, no futuro, quando as crianças forem maiores, elas enxergarem de uma maneira melhor e valorizar. Elas serão políticos, futuros empresários [...]. (OM1.3.7).

Teríamos que ter uma parte dela preocupada com a questão pedagógica, como mostrar isto aqui para a gurizada. Dentro deste viés pedagógico, como é que tu chamas público para cá? Quem conhece o museu aqui? Se parar, ninguém. Propor esta interlocução com o público. (OM4.1.7).

É também exclusividade de OM4.1 a referência sobre a pesquisa, que deveria ser reconhecida dentro de uma política museológica.

Falta esta decisão de levar o museu ao público, falta uma política pública de pesquisa em museu. A questão de tu expor o material é a última parte depois de um caminho grande. [...] Por isso que eu te digo, falta uma política de visão, de que a pesquisa é que vai te fornecer elementos para no final expor. Devemos ter objetos bem contextualizados e chamar o público pra ver. (OM4.1.7).

4.7.2.2 Fatores que influenciam na formação e qualificação profissional e no planejamento das atividades dos operadores de museus

Nesta categoria, buscamos verificar como estão os quadros de pessoal dos museus, sua qualificação para atuação, como se aprimoram e como são planejadas as ações dentro dos museus. De certa forma, também trabalhamos com a verificação – que não era nosso intuito nesta questão, porém emergiu das falas – da existência de uma política da Secretaria de Estado da Cultura para a área e como ela é sentida.

A análise das atividades que os profissionais executam nos permite avaliar como está o nível de satisfação deles. De outra parte, nos aproximamos do pensamento dos profissionais sobre os órgãos de regulação e agremiação profissional.

4.7.2.2.1 Qualificação e fiscalização

Neste tema, nos debruçamos sobre a formação, o tempo de serviço, a faixa etária e o comportamento dos conselhos de classe mediante os profissionais de museus.

Através das respostas às questões estruturadas de nossa entrevista foi possível construir o quadro abaixo.

Profissional	Faixa Etária	Função	Formação
OM1.1	Acima de 50	CC	Administração
OM1.2	Acima de 50	Concursado 1992	Letras Especialização em História Contemporânea Especialização em Museologia
OM1.3	Entre 26 e 35	CC	Artes Visuais (em curso)
OM2.1	Entre 26 e 35	CC	História Especialização em História Contemporânea MBA em Gestão Empresarial (em curso)
OM2.2	Entre 36 e 50	Concursado 1992	História Mestrado em Geografia Histórica (em curso)
OM2.3	Acima de 50	Concursado	Letras
OM3.1	Acima de 50	CC	Pedagogia Especialização em Planejamento

OM3.2	Entre 36 e 50	Concursado 1992	Sociologia Especialização em Antropologia
OM3.3	Entre 36 e 50	Concursado	Administração Especialização em Poéticas Visuais
OM4.1	Acima de 50	Concursado 1992	História Especialização em História Contemporânea Mestrado em Arqueologia
OM4.2	Entre 36 e 50	Concursado 1992	História
OM4.3	Acima de 50	Concursado 1992	Letras

Quadro 3: Características dos entrevistados
Fonte: a Autora (2006)

Em cima das respostas, também identificamos o grau de satisfação profissional dos operadores da museologia e, ainda, a falta de uma perspectiva de continuidade do trabalho por ocasião da saída – pelos mais diversos motivos – de alguns colaboradores. Isto aparece nas falas de OM1.2, OM2.2, OM3.1 e OM3.3 e em todos os operadores da organização 4, exatamente por estarem sem direção e sem corpo administrativo.

Eu e os colegas que entraram somos os últimos, na medida em que foram se aposentando, morrendo, e não estão repondo. Há uma defasagem muito grande, muito pior do que quando entramos. (OM4.1.5).

[...] Desde que estou aqui já se aposentaram umas dez, não houve outro concurso e nem tem perspectiva. (OM1.2.8).

Os do Estado são museólogos por decreto, as pessoas que aquela lei do Sarney transformou em museólogos. Que eu saiba nós não temos nenhum museólogo com graduação [...]. O MinC exige museólogo ou com pós para ganhar os projetos [...]. Com a graduação em Museologia vais ter uma parte técnica forte e vai faltar uma parte humanística. (OM1.2.11).

[...] Eu troquei de museu e conheci mais outros acervos e mais dificuldades [...]. Só para teres uma idéia, eu trabalhava num setor que não existia enquanto setor, o acervo sim. Então fizemos todo um trabalho, arrumamos, fizemos o projeto, tinha uma estagiária, levantamos todo o material que existia. Eu saí, não entrou mais ninguém no setor, a estagiária acabou o estágio e foi embora. Daí terminou, está lá fechado. (OM2.2.8).

Entrei direto neste museu, sou o decano. [...] há euquipe. (OM4.1.8).

[...] quer dizer, se a situação do museu hoje é ruim, eu devo dizer que já foi bem pior. [...] as esquadrias das janelas não funcionavam, as persianas não

subiam e nem desciam, não havia cortinas [...]. Eu te digo que estou superando minha fase heróica. Chegou uma época que eu chegava a gastar cerca de 30, 40, 50 reais às vezes por mês para não interromper os trabalhos. [...] Eu fiz isto durante muito tempo. Quando a gente percebe que nem a direção da instituição te dá respaldo ou valoriza aquilo que estás fazendo [...]. Aí pelo fato destas divergências eu acabei me atritando e propus um acordo lá e saí. (OM4.2.8).

A gente faz cursos de qualificação, oficinas promovidas inclusive pelo SEM e só aumenta nossa frustração, porque tu tens acesso à informação, troca de experiências, há museus fora, atuando bem, de forma séria e a gente tem a informação e não consegue aplicar. (OM4.2.7).

Não há uma política. Bom, vamos trocar experiência. Aqui há falta de técnicos. Uma pessoa pode ter boa vontade, aí esbarra na má vontade política, falta de recursos, mas uma coisa que pela situação atual do Estado nem se pensa é um concurso. Quando eu fiz o concurso o pessoal não sabia quais eram as atribuições de um técnico cultural; tínhamos um grupo de estudos [...] pegava-se os livros e lia-se. Isso deveria ser uma coisa mais incentivada. As pessoas não têm os livros; [...] troca experiências, uma pessoa orienta, [...] de um museu pra outro tu nota – aqui é uma situação atípica; aqui não é um museu [...] falta documentação, muita coisa quebrou. (OM4.3.5).

E vimos o total desconhecimento, e por que não dizer descrédito, dos órgãos fiscalizadores. Em verdade, um único órgão, o COREM, já que a ARM está inoperante há mais de 10 anos. Aqui optamos por descrever todas as respostas que foram negativas, por entendermos que a quantificação, neste caso, pode apontar uma generalização.

Não tenho contato com estes dois órgãos [...]. De novo, parece que todo mundo voa sozinho, [...] não há uma proximidade, eu não sinto assim. Sabe que existe, está lá, mas não há uma verba, um diálogo, uma intenção, ‘tu queres ajuda? O que posso fazer?’. Não há uma interlocução, não sinto isto. (OM 1.1.11).

Não tenho contato. (OM1.3.11).

Não conheço estes órgãos. (OM2.3.11).

Não temos muita integração. (OM3.1.11).

Pois é, a gente tem usado pouco estas instâncias. A gente deveria ter mais contato, para que esta comissão de acervos seja uma coisa forte aqui dentro do museu. Falta de contato destes profissionais dos órgãos. (OM3.2.11).

Eu não conheço. (OM3.3.11).

Desde que eu entrei aqui, notei que estes grupos são muito fechados, que adoram tomar o chá das cinco juntos, mas nunca te chamam pra comer um pedaço do bolo e tomar o diabo do chá. Então o teu ingresso é muito difícil, é muito complicado e são órgãos que deveriam na minha perspectiva se abrir mais, como tu estás colocando para fazer cursos. Em várias áreas faltam pessoas. São demandas muito claras que os museus têm e que os

órgãos deveriam atender. A troca de figurinhas é fundamental e eu não vejo acontecer. (OM4.1.11).

A Associação quando existia [...]. (OM4.3.11).

Noutras respostas ficou claro que, não querendo dizer que desconheciam, os operadores responderam com informações distorcidas, confundido a política com as instâncias de regulação. Foram as afirmações de OM2.1, OM2.2 e OM4.2

Como política, acredito que estes órgãos são fantásticos, se fores olhar a quantidade de publicações para orientar os técnicos [...], é impressionante [...]. Por outro lado, tem certas lacunas, quando liguei dizendo que íamos participar da política de modernização, parece que tinha descido Deus na Terra. Nunca tinham ouvido falar, não tinham consciência, até tinham tentado mas não tinham apoio [...]. Mas por que no passado órgãos como esses não conseguiram deixar isso mais próximo? Óbvio, não é um processo. (OM2.1.11).

Olha, raramente eu tive contato tanto com o Conselho quanto com a Associação, apesar de conhecer as pessoas que fazem parte. Não há uma política destes órgãos em relação ao museu. Eu nunca vi atuar, mas quem sabe não atuam aqui no museu, mas em outro, que eu não saiba. (OM2.2.11).

Olha, sinceramente, eu não tenho muitas informações. Só umas duas ou três vezes eu participei de reuniões do SEM, mas quem se envolve com isto são outras colegas, que representam o museu. (OM4.2.11).

4.7.2.2 Diretrizes e planejamento

Neste item, nossa intenção foi a de identificar se havia um planejamento da SEDAC para os profissionais, se sentiam em suas funções a fixação de diretrizes de atuação.

Esta temática ficou representada não somente na resposta às questões diretamente formuladas com este intuito, mas também noutras perguntas onde se misturaram com as informações solicitadas.

Nos museus onde as diretorias já eram da nova administração, notamos que existe a perspectiva de um planejamento mais amplo, voltado às reais dificuldades que os museus têm enfrentado.

Como detalham as falas dos operadores 2.1 e 3.1 e, ainda, as falas destacadas abaixo.

[...] A estrutura é esta e a gente pretende ter reunião duas vezes por mês, dos departamentos, entre si [...]. Se pretende fazer reunião para sempre

manter esta ligação forte que começou dia 02 de janeiro, de estrutura, reestrutura, dificuldades, conselhos, sugestões, manter a secretaria fortemente unida, esta é uma idéia. (OM1.1.9).

Trabalhamos em conjunto. [...] Traçamos, de início, a tentativa de fechar parcerias não só com órgãos da SEDAC, mas parcerias com outros órgãos do governo [...]. Estas parcerias já estão andando [...]. Estamos nos encaminhando para criar tentáculos dentro da estrutura de governo. (OM2.1.10).

Noto que há um planejamento. Eu enxergo que eles estão olhando pra a gente. Eles estão fazendo um grande projeto de reestruturação do museu, de manutenção [...]. Esta secretaria que está entrando está muito interessada em achar verbas em outros locais, vamos achar verbas, parcerias, viabilizar verbas. (OM1.3.10).

[...] Acho que usamos a criatividade para captar e vamos conseguir qualificar isto, fazer acontecer. [...] Isto é meio inédito na Secretaria, gestores técnicos trabalhando como suporte ao lado da Secretária, dando todo o respaldo à Secretária, até porque ela vem de uma área da segurança e ela está aberta ao diálogo, delegando e confiando na equipe que ela escolheu. Isto é maravilhoso, me dá estrada para trabalhar com segurança e eu levo o resultado para ela. Está mudando o ar, eu sinto que está mexendo, não está parado. (OM1.1.7).

Num dos museus em que ainda não havia diretoria, mas as perspectivas anteriores e o corpo técnico tinham maior organicidade, sentimos a receptividade destes operadores, como detalham os argumentos de OM3.1 e OM2.3.

Acredito que agora, com a nova administração, vão acontecer muitas mudanças, estamos aguardando. A gente sempre corre atrás da Secretaria e ela sempre nos deu suporte. O museu se socorre da Secretaria quando necessário. [...] O que eu gostaria é que houvesse um orçamento para as instituições, que cada um tivesse o seu orçamento e daí se faz o planejamento e o que pode ou não gastar. Atualmente se tu não consegue através de editais, tu não toca [...] Acredito que com a nova sistemática, com a nova metodologia que será implantada pela Secretária, eu achei ela muito dinâmica [...] mesmo que ela não seja da área, ela está se cercando de bons profissionais, de pessoas entendidas, de bons assessores e isto fará com que a estrutura apareça. (OM3.1.11).

Eu acho que a coisa funciona meio a meio. A gente recebe planejamento. Temos autonomia, mas existe uma parceria. (OM2.3.10).

Por outro lado, no museu em que, pela falta de uma direção (que ainda não foi nomeada para o cargo) ou pelo grau funcional (no caso técnicos com mais de dez anos de serviço), notamos uma situação de descrédito e pouca probabilidade de que alguma novidade venha dar certo, surtir os efeitos desejados. São claras as posições de OM1.2, OM2.2, OM3.2 e OM3.3.

Na minha visão vai daqui pra lá a demanda, a Secretaria não manda – de lá pra cá não vem [...]. A direção vai até a Secretaria, nem sempre o dinheiro captado consegue bancar ela toda. Não existe uma diretriz [...] havia integração, hoje não há. (OM1.2.10).

Não existe muito planejamento, não sinto isto. Não temos diretrizes. (OM2.2.10).

Nesta gestão houve interrupções, mudanças e isto acaba não ficando mais claro qual é que a ação [...]. Vai depender muito mais da relação do diretor e a outras questões que fogem da minha alçada, por que de repente alguns museus em algum momento ganham mais atenção e outros não? [...] Então, acho que o planejamento está mais relacionado à planilha de recursos. (OM3.2.10).

Não, nós como funcionários é que damos as metas. O que a gente pretende, que projetos a gente vai entrar, o que se pretende em relação ao museu. Tudo são decisões da equipe. Não há planejamento da SEDAC para isto. Até assim, neste caso, o que teria que ter são sugestões nossas, gostaríamos de ter o apoio da Secretaria para tocar isto adiante. A coisa acontece ao inverso. A gente normalmente não recebe o apoio. Eu tenho esperança de que agora vá mudar. Temos algumas sugestões para mudar e tivemos um canal aberto com a Secretária. (OM3.3.10).

De vez em quando, algum chega até aqui. A gente tenta atender da maneira que é possível, mas as pessoas saem daqui com uma imagem negativa do museu, quer dizer, olham esta situação de abandono. Quer dizer, isto aqui depõe, na verdade, não só contra a própria instituição, quanto à política da própria SEDAC, quer dizer, isto depõe contra a imagem do próprio governo. (OM4.2.12).

[...] Não há uma política pública de implementação destas coisas. Existem profissionais capacitados, mas quando esta demanda está represada, o próprio Estado, que deveria ser o grande articulador, não faz. (OM4.1.12).

Muitos identificam que não há avanços, não há política da Secretaria para os museus, não se planeja e nem existe uma preocupação se os museus estão bem ou mal. Situações apontadas e que aparecem nas falas: o descaso, a falta de comprometimento, não só deste governo, mas da área da cultura como um todo. Nas falas dos operadores 1.2, 2.2, 3.2, 4.1, 4.2, 4.3, estão percepções de anos atrás, de mais de uma década.

Li sobre a estrutura dos museus na França, lá não são dirigidos por pessoas de fora da área, lá existe a carreira de museólogo [...]. Começa no museuzinho lá não sei da onde e pode chegar a diretor do Louvre. [...] Todos tem aqueles objetivos, de difusão, de educação, toda esta problemática, e aqui a cada 4 anos a gente muda a cabeça determinante do trabalho, a gente pode sugerir algumas coisa mas não tem como estabelecer. (OM1.2.11).

Me parece uma política equivocada, de curto prazo, que só vê o aspecto imediato, faz aquele estardalhaço na mídia, supostamente promove o governo de ocasião e as instituições ficam no abandono. Esta já é uma situação que se arrasta há mais de dez anos. (OM4.2.4).

[...] Um Secretário de Cultura que tivesse a preocupação mínima de conhecer a estrutura que ele está assumindo. Isto é raro. [...] É claro que a gente que trabalha aqui nas instituições tem uma visão até certo ponto ingênua [...]. Mas há uma preocupação imediata, que a gente não está percebendo nos últimos anos, de atacar os problemas emergenciais de cada instituição. [...] Uma instituição que não tenha tantos problemas quanto

outra, poderia abrir mão de parte da verba e contemplar outra que estivesse mais deficitária, quer dizer, isto seria na opinião de alguns, uma visão até estreita, quer dizer só atacar a política do dia-a-dia, do feijão com arroz, mas é isto que a gente mais sente falta aqui. [...] (OM4.2.7).

Não, eu acho que não. Fica a critério e aí é que vem o problema, não há diretrizes, isso que eu acho errado. [...] Desde 22 de janeiro (2007) estamos sem diretoria, nada veio de orientação; não se tem notícia; estamos vindo trabalhar pela responsabilidade profissional. (OM4.3.10).

Outros propõem soluções, como nas falas de OM2.2 e OM 3.2.

[...] Em função das próprias verbas destinadas da Secretaria, que são pequenas, da SEDAC. Então na divisão do bolo, ficaríamos com uma parte pequena. [...] Acho que o ideal seria cada instituição ter uma verba própria que possa administrar conforme a situação, eu penso que isto é o ideal. (OM2.2.4).

[...] Mas eu acho que deveria ser forçada a situação de ter um orçamento próprio, porque só com o edital e só fazendo projeto... Então deveria ter uma lei que estipulasse que a Secretaria fornecesse tanto para cada museu e que isto seria uma porcentagem para o acervo. Esta competição é muito desleal. (OM3.2.6).

Também se detalha como uma política de atuação da Secretaria, ou da falta de uma política, a questão das associações de amigos e da Lei de Incentivo Estadual (LIC).

Identificamos nas falas de OM1.1 e OM1.2 que a LIC não deve ser utilizada pelos museus, deve ser uma política da SEDAC para outras atividades culturais.

[...] Para outros casos de angariar recursos tem que ter a Associação de Amigos – grande e, além de tudo, qualificada e atuante – porque em muitas instituições [as associações de amigos] abrem, pagam uma vez e não pagam mais, fizeram um projeto e não concluíram e aí quando precisa a documentação para ir adiante, eles não têm, tão presos, falta pagamento de INSS. (OM2.1.11).

A LIC [...] está em reestruturação e neste momento de enxugamento de imposto acho que é bom pensar a federal [Lei Rouanet]. No Estado a gente pode ter parceiros diretamente ligados que não venham a fazer isenção de impostos. Tem muita gente que pode apoiar, empresas [...]. A gente pegar toda a verba da LIC não dá. [...] A LIC não deixará de ser usada, estamos neste momento freando a LIC para nos dedicarmos mais a Rouanet. (OM1.19).

Temos aqui projetos, mas é que LIC significa que temos que captar e temos falta de pessoal. O problema é ter que captar recursos e competir com outros tipos de eventos culturais. Fica uma responsabilidade a mais para os técnicos, que não tem como fazer, mas não se tem uma representação política, para “vender” este projeto e isto depende de muitos outros fatores. (OM3.2.6).

Ressaltamos que na fala de um dos operadores (OM2.1) vemos a tentativa de uma explicação plausível.

[...] a LIC não, a SEDAC é proibida de tocar na LIC, fica para projetos de produtores em geral. Não é justo, né? A própria Secretaria concorrer com a Secretaria [...] (OM2.1.6)

No tocante às associações de amigos²⁶ verificamos, pelo conteúdo das falas de OM1.1 e OM3.1 que também acaba se tornando uma política, uma vez que não há verbas destinadas diretamente aos museus, para que estes possam administrá-la. Assim, a Associação, além de ser a figura jurídica que os museus utilizam para inscreverem-se na captação de verbas através de projetos, editais, programas de fomento, acaba sendo diretamente a responsável por suprir a falta de investimentos diretos nos museus, seja para realizar exposições de curta duração, comprar material de uso diário ou adquirir bens duráveis.

[...] A Associação é que mantém administrativamente o museu em várias coisas. Os projetos todos são pela Associação, já que o museu não pode ser proponente dos projetos, mas a direção acompanha. A Associação é forte, ela é muito boa, porque dá apoio e tem a independência para poder ousar como museu um pouco mais financeiramente, não depender somente da SEDAC. (OM1.1.16).

O que faz a Associação de Amigos? Ela cobra por alguns serviços que o museu presta e reverte 70% do que arrecadou pra a instituição e é a mantenedora da instituição. Eu compro muita coisa com este dinheiro. A Associação existe e é atuante, nós meio que coordenamos e a nossa idéia é que a Associação, em tempo que está de mudar a diretoria, que possamos colocar algumas sugestões. (OM3.1.16).

De qualquer forma, também as associações de amigos estão em crise, pois existem poucos associados, o que impede um trabalho mais profícuo em prol dos museus. As falas de OM1.1 e OM2.3 e também as destacadas abaixo evidenciam este quadro.

Temos Associação de Amigos, mas não tem associados efetivos e que contribuam. Tem sempre um grupo, mas isto não é expandido. A gente tem imaginado assim: que o usuário, o pesquisador, o público universitário, se fossem encaminhados a participar da Associação, que tivesse alguma voz dentro do museu, seria uma forma de pressão pra que o museu seja celebrado. (OM3.2.15).

A Associação tem poucos sócios, mas eles tentam angariar fundos, retorno basicamente para manutenção. Temos poucos sócios e não temos atrativos, pois nossas atividades não propiciam. A verba da associação é pequena, mas ajuda a manter. Cada exposição temporária, a gente tem feito cada vez menos, por questões de verbas. O pessoal da diretoria da Associação identifica nossa situação, mas não tem muito o que fazer (OM2.2.16).

²⁶ Sociedade criada para dar respaldo e mobilizar a sociedade civil em geral, para uma participação mais ativa na gestão dos museus (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL, 2001).

4.7.2.3 Relações entre as funções do museu, a política de atuação adotada pela instituição e a comunidade

A verificação do relacionamento do museu com a comunidade, das funções que os museus exercem e da teoria aliada à prática são as inquietações que vêm ao encontro de nossa proposta nesta investigação. Descrevemos nossas percepções sobre o ideário dos operadores no tocante a este tema.

Os acervos, as exposições, a pesquisa, como são mantidos e expressados ao público. Há uma preocupação com a comunidade?

Lado a lado situam-se as teorias que embasam o trabalho nos museus, a Nova e a Velha Museologia, por assim dizer, no jargão dos museus.

4.7.2.3.1 Dinâmicas de trabalho

Nossa preocupação neste tópico foi examinar como as funções de comunicação, preservação e conservação do acervo e exposições são desenvolvidas no museu, como atingem o público e qual a preocupação com a comunidade.

Quando perguntamos sobre a comunicação – enquanto produção de conhecimento – notamos que não há entendimento desta função como sendo uma comunicação. Os operadores entendem a comunicação como divulgação. Apresentamos as falas de OM1.1, OM2.2 e OM3.2.

Comunicação para divulgação e conhecimento. Acho que o museu está fraquíssimo na divulgação, temos que rever tudo, [...]. Acho que estamos pensando em uma imagem nova pro museu, que como mudou tem que mudar, eu acho que tem que chegar de alguma forma, que tem uma nova gestão. Sinalização do museu, vender o museu em ônibus, vender o museu em táxi, criar folder, onde é o museu. [...] Criar uma injeção de trabalho de divulgação. (OM1.1.12).

Nós temos um site, que a gente procura passar não somente informações sobre o museu, mas sobre exposições, cursos, inclusive para ajudar os alunos quando vêm fazer pesquisa em geral. Eu acho que a própria exposição é uma forma de comunicação bem importante, então através dela a gente pretende chegar ao nosso público, que é basicamente escolar [...]. A comunicação também se dá através de cursos, de educação patrimonial,

focada em escolas... Através deste vínculo atingimos os professores, com cursos gratuitos, para escolas públicas [...]. (OM2.2.12).

No projeto novo, a gente gostaria de ter um contato bem forte com a rede estadual de educação, para atingir as escolas, porque daí além da divulgação, de comunicar na imprensa, utilizar sites, a gente está trabalhando no desenvolvimento do site pra ter uma comunicação mais direta, seja para divulgar exposições de acervo, pesquisa, formas de acessar acervos, catálogos [...]. (OM3.2.12).

Ainda que outros operadores tenham captado a questão solicitada na entrevista, não respondem de forma adequada ao que perguntamos. É caso das falas de OM1.3, OM4.2 e OM4.3.

Acho que é bastante ligado à pesquisa. A comunicação, para fazer o trabalho dela, vejo que ela pesquisa bastante, sobre o artista, acho bem amarrada. Acho que o público vê com bons olhos. (OM1.3.12).

Atualmente eu sou forçado a reconhecer que o museu não tem conseguido atuar como museu. Não tem cumprido com aquilo que seria o básico, que é a preservação, a pesquisa e a comunicação com o público [...]. Eventualmente a gente recebe visita de interessados em conhecer o acervo [...]. (OM4.2.12).

Não tem, nunca teve durante estes 4 anos eu nunca vi o que aconteceu... Os técnicos foram isolados, [...] o museu está um pavor – Secretaria não está nem aí. (OM4.3.12).

Na abordagem sobre acervos, comissões, políticas de aquisição, conservação, restauro, a situação não é diferente das outras áreas. As falas são quase ladainhas, se repetem constantemente em todos os museus. Separamos os discursos por tipo de questão e pelos problemas mais freqüentes.

Sobre as comissões de acervos, sejam a respeito de aquisições, de conselho consultivo ou de descarte, referimos as falas de OM1.1, OM1.2, OM2.1, OM3.1.

Vai ser o próprio conselho consultivo que vai analisar [...] um aval da doação e tem gente que chega aí todo o dia para doar alguma coisa, então tem que passar por um critério da coleção do museu, do que o museu preserva, se realmente há interesse, historicamente é importante dentro do processo? [...] A doação deve passar por uma análise, dentro de um conceito, segundo o acervo existe, dentro da proposta do museu. (OM1.1.13).

[...] Aquisição não tem – nós temos uma política de doação, não se aceita qualquer coisa [...]. O museu é bem procurado para receber doações – mas tem uma política, bem restritiva por sinal, mas não impeditiva. São os técnicos do museu que avaliam [...]. Acredito que no futuro possamos desenvolver esta política, através da associação de amigos [...], pessoas que tenham um certo nível para decidir. (OM2.1.13).

Nosso acervo é bastante antigo e nos últimos anos a gente aceita doações. Esta questão da compra está muito difícil. Primeiro que se fossemos usar as verbas públicas, não há como comprar [...], o que acontece: a gente recebe

as doações e na realidade esta comissão de acervos se tentou fazer, mas ela não se desenvolveu, não avançou. Então nós mesmos fazemos a triagem. Nós temos uma política de aquisição [...]. Então nós esperamos as doações. A gente recebe bastante doações, inclusive doações importantes [...]. (OM2.2.13).

Nós temos uma comissão de acervo, que foi formada [...] em 2005, setembro. O diretor é o presidente da comissão [...] Nós temos atribuições específicas, uma delas é delinear o perfil do museu. [...] É como se fosse um conselho consultivo. [...] (OM3.1.13)

Quando a equipe é pequena, um funcionário dá conta de fazer a política de aquisição.

Não há nem compra nem doação; por lei, este material não pode. Este material é público, pertence à União [...]. Aqui o trabalho é de salvaguarda, depois se algo for descartado, é critério meu. (OM4.1.13).

Para ser bem franca, eu acabo fazendo esta parte da comissão. Se o objeto estiver muito deteriorado, eu digo: não posso aceitar. (OM2.2.13).

Há incongruências nas falas de profissionais de museus maiores, com mais funcionários, pois os operadores não conhecem as políticas da organização, estão “encerrados” nos seus setores e não buscam conhecer como são os procedimentos de outras áreas.

Há uma política de acervos, descarte, permuta. Mas não faço parte deste setor. (OM1.2.13).

Quanto à restauração de acervo, as peças encontram-se em estado de deterioração adiantada em muitos museus, o que aparece nos discursos abaixo transcritos.

Hoje a gestão de acervo está baseada em preservação, não existem recursos suficientes para restauração, que entram em processo – ficam trancadas no cofre. As restaurações são feitas a muitíssimo longo prazo, não tem restauradores na equipe [...]. (OM2.1.13).

Outra questão que a gente tem é que não temos nenhum funcionário do museu que faça este trabalho de restauração e conservação, embora a gente já tenha apresentado dois projetos que não foram contemplados. Temos o espaço do laboratório de restauro, mas não tem ninguém que faça. Podemos lavar algumas coisas, mas é paliativo. A gente tenta conservar dentro dos padrões recomendados, tem desumidificadores na Reserva, agora ganhamos armários de um projeto que fizemos pro MinC [...]. (OM2.2.13).

Quando foi feito o projeto da Reserva Técnica, foi detectado que muitas peças do acervo estão em estado de calamidade, desmontadas, com cupim, bem destruídas, então elas foram selecionadas para serem descartadas. Só que duas pessoas que são da comissão e que conhecem muito o museu acharam que as peças não deveriam ser descartadas [...]. (OM3.1.13).

Também salientamos a existência de museus em que a documentação deste acervo é falha, o que dificulta e impede a confecção do inventário de acervo, para que se tenha um mínimo controle sobre o mesmo. Isto fica denotado nas falas de OM3.2 e OM4.3.

[...] Quando eu vi este acervo pela primeira vez [...], estava um caos. Foi feito um trabalho – eu tentei melhorar um pouquinho mais; dentro do meu conhecimento, organizar fotos que estavam em caixas, abaulando [...]. O meu trabalho no acervo se esgotou; fiz levantamento por minha conta, direção nenhuma me exigiu levantamento (inventário) e eu sei que tem que fazer; está lá na gaveta; no final do ano aproveitamos para renovar [...]. Falta orientação. Estagiário com a maior boa vontade, mas há um tomo passando a limpo mas não adiantou nada – alguns erros então, data de entrada 1996 e depois 1998, falei para as direções mas aí tem que fazer todo aquele trabalho [...]. Teria que ter uma comissão para avaliar [...]. (OM4.3.13).

[...] Foi feito um projeto de reserva técnica e o que se viu? Tinha uma série de irregularidades, várias peças que faltavam nestes objetos tridimensionais que estavam na reserva técnica – os acervos que de certa forma estavam irregularmente na reserva de fotografia, a gente já tinha iniciado um processo de identificação, numeração, mas não tinha um espaço ainda – neste processo da reserva técnica foi chamada uma comissão, pra descarte e [...] ainda estamos a discutir o que pode ser descartado, as pessoas da comissão acham que tem que avaliar muito bem antes de descartar, tem um grupo avaliando [...]. (OM3.2.4 -13).

É interessante salientar a fala de um operador, que utiliza um jargão a voz corrente, de que coisa velha, de qualquer tipo, vai pro museu. Mas no momento da doação, os doadores entendem que existe um critério, uma triagem e que o museu não é um simples depositário de objetos que não se quer mais.

Às vezes a gente recebe doações. As peças que estão acondicionadas na Reserva Técnica e a idéia seria ampliar a Reserva, melhorar o espaço. Temos as exposições temporárias e se faz exposições com vários objetos. Alguns são mais resguardados. Obviamente, as doações passam por uma seleção. As pessoas têm uma idéia de que se é objeto antigo vai pro museu, mas a peça deve ser analisada, ela vai para tratamento, passa por algum produto e tem todo um estudo para receber a peça. O corpo técnico é quem faz isto, as técnicas. (OM2.3.13).

Quanto ao contato com a comunidade, levando-se em conta as exposições, ou seja, o público dentro do museu usufruindo do acervo, das pesquisas, enfim, uma das funções do museu, expor, identificamos que elas têm a pretensão de estar aliadas às expectativas do público, embora não tenhamos como evidenciar esta percepção, até por que teríamos que ouvir os discursos dos frequentadores, para reconhecermos como eficientes.

Trazer exposições que trouxessem mais atrativos; que as pessoas não só vissem, mas participassem; que pudessem utilizar acervo, até porque a

gente tem em POA um movimento de ótimas exposições, o MARGS, o Santander. (OM3.2.14).

[...] Ele implantou uma nova filosofia de exposições. Ele queria que o museu tivesse uma visibilidade. Ele procurou trazer exposições afins do museu. Quando chegamos aqui existia uma exposição permanente, de longa-duração, com poucos recursos, “muito pobrinha”, que foi desmanchada para fazer exposições temporárias. [...] O museu precisa ter sua identidade. (OM3.1.14).

A gente pensa muito quando vai montar as exposições, em função desta questão da educação patrimonial, pois o nosso museu é um museu basicamente escolar. Então se pensa que deve ser num contexto que agrade. [...] Tem que ser coisas atrativas, que tenham algum apelo [...]. Temos comunidade em geral, pessoas que vêm ao centro, do interior, turistas. (OM2.2.14).

Acho que desperta bastante a atenção do público [...]. Sempre alguém tem uma história... Eu entro aqui desde pequeno, há turistas, grupos bem interessados. (OM2.3.14).

Notamos também a falta de comunicação entre as equipes sobre a formatação de novas mostras e a respeito de uma política de exposições.

Não saberia responder – estão em férias, se existe um planejamento eu desconheço, mas como o museu recebe um público de cerca de 80% de estudantes, ele precisa de uma certa quantidade de exposições temporárias suficientes para atender este público; terá muito mais exposições temporárias do que permanentes. É até uma surpresa a quantidade de público - 36 mil por ano - é público estudante, recebemos cerca de 6 escolas por dia. Tem um trabalho de ação educativa muito forte. (OM2.1.14).

Existe uma política de exposições, mas não é deste setor. (OM1.2.14)

É importante detalhar que as equipes preocupam-se em fazer mostras qualificadas, embora fique demonstrado que a falta de verbas e de pessoal qualificado ou mesmo de espaços para expor os objetos em condições climáticas favoráveis e ideais e em segurança sejam difíceis.

O pouco que se conseguiu fazer aqui foi uma exposição comemorativa aos 27 anos do museu [...]. Foi a última exposição mais qualificada que o museu conseguiu montar. Também por iniciativa da ex-diretora, sem consulta ao corpo técnico, ela acabou assumindo compromissos e a gente acabou fazendo uma exposição que a gente considerou bastante problemática e até a gente depois marcou posição dizendo que outra exposição naqueles moldes não seria montada. Foi no saguão lá do Shopping Total, com suportes inadequados, em local de circulação de público, o público passava por ali e via as fotos do museu e não entendia por que aquilo estava ali. Então, na verdade, a ex-diretora, tinha uma visão equivocada: ‘ah, é local de grande fluxo de pessoas, então a exposição vai ser vista por milhares de pessoas em POA’. A gente argumentava que ver não é perceber a exposição ou pelo menos entender o seu significado. Então, às vezes, é melhor tu atingir um público menor, mas mais qualificado. Era uma coisa complicada, se colocou em risco o acervo do museu. (OM4.2.14).

[...] Fizemos um projeto, convidamos palestrante, fomos à Secretaria pedir apoio para fazer mala (carta), palestrantes gratuitos. Pedimos um carro e

algumas lâminas, algumas embalagens, o mínimo; orçava uns R\$900,00. A Secretaria achou maravilhoso, mas disse que não tinha dinheiro – era para levar nas escolas. (OM4.3.14).

Depende muito da exposição. Tem exposições que são impostas para ti, que tu faças de qualquer jeito e se faz sem nenhum dinheiro. A minha política seria não fazer, porque fazer uma exposição que nem se faz na escolinha da esquina, eu sou avessa, mas eu também não posso me negar e ser vista como quem não quer fazer. Quando é uma exposição que me interessa muito, tem que ser com prazo. (OM3.3.14).

4.7.2.3.2 Teorias museológicas e ações

Com este tema buscamos identificar como a teoria e a prática museológica se comportam; como são observadas as características da Museologia Tradicional e da Nova Museologia nas organizações museais.

Também foi nossa preocupação verificar de que forma estas noções mais contemporâneas ou mais antigas influem nas atividades, na missão e política de atuação dos museus.

Há uma ampla gama de respostas que considera o museu uma organização tradicional.

Mais tradicional, [...] mas acho que a gente pode misturar um pouco, manter uma estrutura tradicional e qualificar, modernizar, com a evolução [...]. Quanto aos padrões, a gente tem que ir se modernizando, mas sem perder as características do museu. Acho que tem que ter certo cuidado e não virar uma coisa, qualificar, melhorar, sempre. Idéias boas que venham ao encontro do museu. (OM 1.1.15).

Já traçamos algumas parcerias, esta guaribada no pátio, toda feita através de parceria, tanto material, quanto humano. [...] 99,9% das crianças nunca tinham vindo num museu, 30% delas não sabiam o que é um museu... É triste saber disso, que Porto Alegre, capital do Estado, mergulhada em intenso turbilhão cultural – claro não se compara ao eixo cultural do Rio e São Paulo, mas para o nosso porte temos uma capital com muita atividade cultural – e a pessoa desconhece a palavra museu, o conceito museu. Lembro aquele estudo antropológico fantástico sobre certas populações que não possuem certas palavras no seu vocabulário. Imagina isso em longo prazo? (OM2.1.16).

O museu é mais tradicional, [...] mas eu acho que basicamente os museus modernos estão se preocupando com a museografia, porque ela traduz melhor [...]. A museografia é uma coisa cara [...]. É tradicional, mas a gente sempre está em contato com outras coisas, as pessoas viajam, as exposições que vêm estão prontas. (OM1.2.15).

Estamos no meio termo, porque ninguém consegue fazer uma coisa ou outra, né? Então, já que é um museu tradicional, às vezes a gente tem um certo ranço, até pelos próprios objetos que a gente tem. Então, a gente tenta fazer um trabalho mais voltado para a comunidade, visando atender a um público mais diversificado [...]. A gente já pensou muito em fazer oficinas com as escolas que vêm, mas também o que acontece é que não temos espaço, nem pessoal e nem dinheiro para comprar os materiais. A gente gostaria de fazer algo. Às vezes o pessoal olha e diz: 'ah os museus estão tudo igual', mas é por falta de recursos de pessoal e técnico. (OM2.2.15).

Outros, apesar de entenderem que o museu ainda é tradicional, demonstram modos de agir que contêm aspectos na Nova Museologia. Isto aparece nas falas de OM2.2 e OM3.3 e também nas falas abaixo descritas.

Pois é, [...] a gente teria que ter uma atividade mais de divulgação do acervo, é uma mistura, na realidade. Eu acho que a gente teria que estar mais ligado à comunidade [...]. (OM3.2.15).

O museu está se adaptando a todas as ações da Nova Museologia, nós não estamos mais querendo ver o museu como a parte estática, velha, guardada. Nós estamos fazendo com que esta ação museológica moderna leve o museu a ter uma interatividade com o público. (OM3.1.15).

[...] Como não temos um orçamento próprio, tudo isto de venda de ingressos poderia ser revertido pra própria instituição [...]. Isto já é uma coisa da Nova Museologia, de tu entender o museu de uma outra forma, o museu tem que ser auto-sustentável. [...] Me parece que um dos objetivos da atual administração é que as instituições se auto-sustentem [...]. Há comissões que fazem os serviços. [...] Nós temos um banco de projetos, que são sete já aprovados e temos dois em confecção. (OM3.1.16).

Não tem um padrão [...] nosso para a Nova Museologia. Quando eu estava na direção acho que 2000... Tu podes apresentar de uma maneira mais leve a história, o próprio texto; tijolão ninguém lê aquilo; a visita da hora do almoço de um público eclético, heterogêneo, tem que mostrar para poderem entender meio termo; uma criança e uma pessoa. (OM4.3.15).

Quanto à missão, às políticas de atuação e à organização interna, notamos que apesar de serem características da Nova Museologia, aparecem nos museus, mas a estrutura tem comportamento clássico, habitual e trouxe poucas atualizações ao longo do tempo.

Os planos diretores anteriores eram independentes, cada instituição tinha o seu pensamento e era engraçado que tu sentias que as pessoas eram concorrentes uma da outra [...]. Tu és de uma secretaria que tem a mesma chefe e a mesma diretora geral; são diretores de departamento que concorriam entre si, destruíam o outro. (OM 1.1.16).

O que teria que acontecer para buscar novos parceiros. Eu gostaria muito de visitar novas exposições fora e lá buscar o parceiro, como levar isto, fazer projeto. Mas isto tudo tem que ter um apoio. Esta política é versátil. Procura-se que as exposições sejam contextualizadas. Eu gostaria muito de trazer coisas de fora. Promover o turismo cultural. Esta é minha proposta pro novo governo, como uma política. Falamos com a Secretária e falamos sobre os projetos que tínhamos em andamento. Eu não sei como vai

funcionar neste governo, mas anteriormente não era interesse dar apoio a este museu. O que eu quero tentar nesta nova administração é dar mais visibilidade pro museu. Não adianta lutar sozinha. (OM3.3.16).

[...] Então, quer dizer, se estava empolgado com aquele projeto, para entrar recursos para o museu e não tem continuidade. Acho que o ideal seria ter um diretor que tivesse penetração no meio empresarial, que buscasse o recurso. E um diretor técnico, que daria os rumos. Não haveria só o interesse político e nem só o interesse pessoal. Funcionária ser uma gestora não funciona, é super delicado, complicado. Não tínhamos direção e tínhamos que dar garantias de que iríamos dar continuidade a um projeto onde captamos. Minha função, além da programação visual, é a captação, que não deveria ser minha função. (OM3.3.12).

[...] Tem que ter conselho consultivo, tem que ter um conselho para dar o aval da administração, acho que é importante. [...] fazer conselho de mantenedores, acho que tem que ter um grande padrinho. Acho que tem que ter um apoio, via projetos de Lei Rouanet, para ajudar as instituições a sobreviverem e navegarem independente de SEDAC, um padrinho que adote o museu como estrutura e dar um apoio. (OM 1.19).

Há também entrevistados que apontam descontinuidades, situações de permanente recomeço, o que termina por emperrar o desenvolvimento das instituições museais.

Qualificar, através dos projetos, tem surgido a forma de contratação, de terceiros, é uma forma. Só que sempre é passageiro, planejamento é uma forma, mas sempre é algo passageiro. Planejamento, levar a cabo metas de longo prazo, que passam de gestão para gestão. Eu ouvia o antigo diretor falar nisso, ele estava interessado em fazer uma coisa que pudesse passar a gestão dele e o legal foi a comissão de acervos, que continuou. (OM 3.2.16).

Sempre há quebra (ruptura), a direção é uma e têm diretrizes assim, assim, assim, aí muda [...]. Nunca existe uma política pré-existente que vai se seguir. Vai depender muito, muito da direção [...]. Nós temos uma realidade, a realidade é esta que está aí e o fato de não termos dinheiro e trabalharmos por projetos – e trabalhando por projetos tu tens de inovar, procurar coisas novas. Com todos os problemas se ela [a instituição] é de ponta como estarão os outros? (OM1.2.16).

4.7.3 ANÁLISE COMPARATIVA – INTERPRETAÇÃO

Através de análise de documentos, como síntese do pensamento da demanda da categoria e das entrevistas com os envolvidos no nosso objeto de investigação que, no caso, são os operadores dos museus, faremos um comparativo entre as políticas para a área museológica, as decisões de encontros de profissionais e as falas dos operadores da museologia.

Buscamos visualizar, num determinado espaço social, como se estabelecem as relações entre as políticas existentes e as práticas dos museus.

A museologia, como profissão do conhecimento científico, vem construindo o seu objeto de estudo. Ela é uma ciência em construção e o museu, para obter reconhecimento da sociedade, precisa estar inserido em processos histórico-culturais.

Nessa análise comparativa em que descreveremos os pontos análogos entre a análise dos documentos e das entrevistas, faremos uma comparação entre as falas de todos os operadores entrevistados e os decretos de criação do Sistema Brasileiro de Museus e do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. Optamos por trabalhar com a política nacional de museus e com o decreto de criação do SEM/RS, por serem os que nos interessam diretamente neste recorte.

Nossa opção por realizar o comparativo exclusivamente com estes dois documentos não teve a intenção de preterir os outros documentos apontados mas, sim, facilitar a compreensão da investigação. Isto foi definido em função das categorias que emergiram, depois de conhecermos as falas dos operadores da museologia.

Contudo, acreditamos que para um entendimento histórico do processo, como é nossa proposta, a inclusão de nossa interpretação destes documentos e seus contextos é de fundamental importância por trazerem elementos ricos para a questão política museológica.

O importante e paradigmático encontro de profissionais e interessados na área da Museologia – a Mesa-Redonda de Santiago do Chile – cujo documento extraído das discussões especifica os princípios do museu integral, considera os museus como instituições que “devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade”. Salientamos que este documento somente foi conhecido no Brasil nos anos 80 do século XX, exatamente no período de abertura, pois na data de sua composição vivíamos, na América Latina, os anos de ditadura governamental que não pouparam o Brasil e muito menos (aliás, mais especificamente) a área cultural. Outra decisão que se encaixa em nossos propósitos de eficiência de uma política voltada para a área museológica diz respeito à modernização de técnicas e ao relacionamento com a comunidade.

Ainda nos “anos de chumbo” é lançada pelo governo Ernesto Geisel, a “Política Nacional de Cultura”, documento que em sua apresentação, feita pelo então

Ministro de Educação e Cultura Ney Braga, reforça o objetivo desta ação, qual seja “o de apoiar e incentivar as iniciativas culturais de indivíduos e grupos e de zelar pelo patrimônio cultural da Nação, sem intervenção do estado, para dirigir a cultura”. Em outro item se destaca: “a presença do Estado como elemento de apoio e estímulo”. O mesmo documento relata duas perspectivas antagônicas de apoio estatal. A questão da diversidade (diversificação regional) do País e da valorização das manifestações artísticas, peculiaridades e sincretismo, também são apontadas como elementos essenciais à política proposta. Nos poucos itens em que o termo MUSEU é citado, refere-se a acervo, material, artes, ao conceito tradicional de museu e não ao que preconiza a já citada Nova Museologia, o que nos leva a confirmar a hipótese de que o documento de Santiago do Chile de fato chegou ao Brasil com uma década de atraso.

Esta política teve a contribuição do Conselho Federal de Cultura e chamamos a atenção para palavras como: democrático, elementos de apoio, integração, desenvolvimento cultural, debate. Estes termos nos causaram certo desconforto ao lembrarmos do período ditatorial em que se viveu e de que isto demonstra um véu tentando esconder uma política de falta de acesso aos bens culturais. De qualquer forma, esta política nos mostra que a forma de ação, os programas, as diretrizes, os objetivos e os fundamentos estavam corretos e dentro da eficácia por nós apontada, obviamente, se tivessem sido seguidos seus pressupostos.

Na Declaração de Quebec, aparecem os importantes dados da Nova Museologia, já com um olhar de novidade, pois os termos “ecomuseologia” e “museologia comunitária”, bem como “museologia ativa” são destacados.

A Declaração de Caracas, de janeiro de 1992, traz uma inserção de suma importância para nossa investigação: “que se promovam políticas culturais coerentes e estáveis que garantam a continuidade da gestão do museu”. É nesta declaração que a palavra política cultural aparece como uma indicação de permanência e necessidade de ação para a sobrevivência das organizações museais.

Avaliando os documentos que optamos por realizar a comparação, verificamos que as informações a respeito da política nacional de museus, implementada pelo Sistema Brasileiro de Museus, atingem de forma satisfatória as instituições, contudo, não da mesma forma nos diferentes níveis de entrevistados. Na mesma organização, operadores deram respostas dúbias sobre este assunto e

demonstraram desconhecer ações e políticas que poderiam auxiliá-los na busca de melhorias.

Também quanto à captação de recursos, seja de forma direta ou através de projetos de fomento, verificamos que a informação, de fato, não chega do mesmo modo aos diferentes níveis funcionais. Sendo assim, inferimos que a política perde eficiência, pois não atinge a todos os operadores em igual grau.

Enquanto política de estado para a cultura, identificamos que o SEM/RS não é conhecido em sua totalidade. Os técnicos, que deveriam ser os maiores interessados e os maiores colaboradores, apresentam um comportamento de descaso, de descrédito. Comentam a falta de interesse do SEM em procurá-los e não o reconhecem enquanto uma política para a área. No nosso entendimento, deveriam ser estes museus, que pertencem à SEDAC, os primeiros a estarem executando um trabalho conjunto com o SEM, trocando idéias, integrando-se, enfim, organizados como uma política de fato, já que têm todas as condições para uma ampla discussão.

O decreto de criação do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul é uma política interessante e um passo adiante, um avanço que foi dado na área da Museologia no Rio Grande do Sul e que serviu de base para muitos outros sistemas que foram efetivamente criados no século XXI. De todas as suas atribuições, destacamos a que relata a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade para viabilizar e manter o Sistema Estadual de Museus. Se de fato funcionasse como está definido em suas atribuições, esta seria, sem dúvida, uma política modelar. Conforme as palavras da primeira coordenadora do SEM/RS, “a implantação de um sistema estadual de museus no Rio Grande do Sul, como forma de reunir e trabalhar sob bases comuns, vinha, pois, ao encontro de uma necessidade há muitos anos percebida pelos envolvidos nesta atividade” (SPINELLI, 1990, p. 1).

O que compõe uma política para a área é desconhecido dos operadores que foram os sujeitos de nossa pesquisa. Boa parte das idéias apresentadas por eles como uma política eficaz, está presente, ainda que em teoria, tanto na política nacional quanto no decreto de criação do SEM/RS. Qualificação, integração, programas de incentivo, fomento, projetos para acervos, programas de incremento, padrões técnicos, são termos que aparecem em ambas as políticas e já apareciam na Política Nacional de Cultura de 1976, além de serem aspectos amplamente

discutidos em vários encontros da categoria, não só no passado como nos dias de hoje, a exemplo do Fórum Estadual de Museus²⁷, que deveria, no nosso entendimento, manter o papel de fórum de discussão e não de formação, assumindo um papel que não é só seu, enquanto deixa lacunas nas funções a que deveria se dedicar.

No tópico referente à satisfação profissional, à formação e à qualificação, pudemos ter uma análise clara, através do quadro que criamos. Todos os profissionais têm uma graduação, pelo menos em curso. Os técnicos têm formação de quarto grau em curso ou são pós-graduados. A maior parte do corpo funcional está na faixa etária acima de 50 anos. Além disso, todo o corpo técnico é concursado, o que deveria representar um avanço. Contudo, os profissionais não têm equipes, não têm substitutos e nem perspectivas de ter. O último concurso que foi realizado para a área ocorreu há quase 15 anos. Em consequência, não mais houve ingresso de profissionais novos, somente saída de pessoal. Desta forma, o trabalho que já vem sendo executado com precariedade, não vislumbra melhorias. Alia-se a isto o fato de que muitos concursados quando entraram no serviço público não tinham qualificação e nem formação na área da Museologia, até porque não foi exigência do concurso. Então, os que tiveram condições e interesse em se qualificar, o fizeram e deram prosseguimento às atividades dos museus, buscando aprimoramento, ainda que sem a técnica, somente com a informação. Importante citar que dentro dos quadros das instituições em que estivemos, não há nenhum museólogo, nem de formação e nem provisionado. Encontramos, sim, uma Especialista em Museologia que não está trabalhando nesta área e, sim, com pesquisa em fontes secundárias.

Apesar de inicialmente não termos previsto identificar o perfil funcional dos operadores de museus, conseguimos organizar um quadro que nos permitiu traçar o perfil destes profissionais. É um profissional velho, ou seja, já investiu no cargo público com idade avançada. Como não houve renovação de quadros, estes cargos técnicos tendem ao decréscimo, pois não se vislumbra, a curto prazo, a realização de concursos para ingresso em cargos públicos.

De toda sorte, estes mesmos concursados não necessariamente estão nos mesmos museus em que entraram. Há muita alternância entre instituições, por

²⁷ O Fórum Estadual de Museus consta no Regimento do SEM/RS, devendo ser realizado pelo menos a cada dois anos, nos anos pares.

dissensões internas, interesses políticos, problemas pessoais, o que acaba por trazer conflitos e descontinuidades, além de reduções e inchamentos em certas estruturas. Ou seja, faltam em alguns museus, profissionais que sobram noutros.

Não nos parece haver obstáculos ou mesmo ingerência da SEDAC para alterar este quadro. Então, isto nos leva a crer que não existe uma fiscalização da SEDAC e, corroborando com isto, muito menos uma fiscalização do COREM, órgão que, enquanto regulador da profissão, deveria atuar com maior proximidade, ao menos nas instituições governamentais. Este órgão tende à extinção, uma vez que os profissionais estão escasseando. O recente curso de graduação da área da Museologia formará novos profissionais daqui a quatro anos, tempo que nos parece suficiente para uma retomada. O COREM é tão desconhecido que acaba por confundir até mesmo quem atua na área, que desconhece a profissão do museólogo, papel que este Conselho, no nosso entendimento, deveria disseminar.

Os funcionários mais antigos se ressentem da falta de uma sistematização, estão desacreditados, desconhecem uma política que venha ao encontro de suas reais necessidades, sofrem no dia-a-dia com a falta de recursos de toda a ordem. Absurdos como empenhar dinheiro do próprio bolso para executar atividades diárias não condiz com um Estado que já foi referência na área museológica.

As associações de amigos e a LIC, bem como a política de editais do MinC acabam por ser a forma de gestão da SEDAC para os museus. Já que não está definida uma política, também não há uma preocupação imediata. Cada museu busca suas condições de sobrevivência. Onde os operadores têm interesse e um mínimo de condições, a auto-gestão caminha. Ao contrário de museus com sérios problemas de instalações físicas, de conservação de acervos, onde os recursos advindos dos associados são insuficientes. A LIC não pode ser utilizada como fornecedora de verbas para os museus do Estado. Alegam concorrência desleal.

Respostas muito discrepantes nos remetem a uma gestão ineficiente, onde não há integração, e esta é uma base fundamental das políticas vigentes, mas não atuantes.

De outra parte, a Nova Museologia é uma teoria, uma forma de pensar o museu na atualidade, cujas características ainda não encontram pares nos museus. São poucas as instituições de memória em que aparece esta preocupação ou mesmo em que notemos que as peculiaridades atinentes ao trabalho em conjunto com a comunidade.

Os gestores não discutem nas instituições, faltam comissões de acervo e de aquisição e há carência de uma participação mais ampla e efetiva da comunidade. A eficácia de uma política deveria ser de ampla discussão, em vários eventos, reuniões, debates e não somente entre grupos específicos.

Deste modo, inferindo as principais carências que permeiam as instituições museológicas gaúchas, verificamos que a necessidade de criação de cursos de qualificação profissional; a falta de conhecimento da legislação por parte de gestores e trabalhadores de museus; as lacunas na criação de políticas de aquisição de acervo e da conservação desse acervo; a desqualificação das mostras disponibilizadas ao público; a ineficácia de aplicação dos recursos (humanos, tecnológicos, financeiros, materiais); a ineficiência de atendimento ao público e a falta de desenvolvimento de padrões técnico-científicos básicos são o problema.

Todas estas variáveis que destacamos têm influenciado diretamente na criação e aplicação de políticas governamentais que impedem um melhor desempenho da organização museal.

O museu carece de todos os recursos apontados. Verificamos em nossa pesquisa que os meios para se chegar a uma situação que distancie os museus da crise são: a qualificação de pessoal, diretrizes claras e específicas para área, políticas de aquisição de acervos coerentes com a missão e a política de ação institucional e a aproximação com o público visando o reconhecimento da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como preocupação principal a análise da eficácia das políticas públicas no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas, abrangendo o implemento das mesmas no âmbito das políticas estaduais, que têm por base as políticas federais para a área específica dos museus.

A museologia, que vem estabelecendo o seu objeto de estudo como campo do conhecimento científico, ainda é uma ciência em construção. O museu apesar de estar inserido em processos históricos, políticos, sociais e culturais, ainda precisa obter um maior reconhecimento da sociedade.

A área da preservação da memória não é nova e nem desconhecida para o Estado brasileiro. Atos governamentais específicos acerca de patrimônio cultural e a criação de políticas públicas para este setor foram ditados desde os anos 30 do século XX. A Nova Museologia, como a entendemos na contemporaneidade, também não é novidade no século XXI, visto que passou a fazer parte das discussões a partir da década de 1970.

Passadas mais de duas décadas das discussões iniciais em torno da Nova Museologia, a política de salvaguarda da memória, do patrimônio edificado e do patrimônio imaterial poderia ser revisitada em razão das premissas museológicas desta corrente; contudo, não surtiu efeitos de caráter prático na maior parte dos museus analisados e nem tampouco entre os profissionais que atuam nessas instituições.

Conforme as hipóteses levantadas inicialmente nesta pesquisa, as políticas públicas para a área cultural têm sido desvinculadas da realidade dos museus brasileiros. No nosso entendimento, as políticas culturais não dão conta da dinamicidade e da complexidade do fato social Museu, tornando suas formulações e aplicações ineficientes. O planejamento deveria ser mais amplo, efetivo e específico para a área museológica, pois o lapso de tempo entre a edição de políticas públicas para a área da Museologia e a absorção delas pelas organizações museais acabou por deixar as instituições na situação precária em que hoje se encontram. Além disso, as instâncias de fiscalização profissional dos museus são inoperantes, não atuando na implementação das políticas públicas específicas para a área. Ainda que tenhamos considerado a existência de vários tipos de programas de incentivo na

área das políticas públicas, que são desenvolvidos pelas autoridades, mas não são aproveitados e nem adotados integralmente pela pluralidade das instituições museológicas, percebemos que os órgãos federais e estaduais, responsáveis pela formulação de políticas públicas para a área museológica, não averiguam e nem fiscalizam como as instituições que guardam a memória canalizam suas ações para a aplicação dessas políticas. A diversidade, a interdisciplinaridade, as interfaces entre o homem e o que ele produziu posicionam o museu na sociedade complexa da contemporaneidade, contudo esses equipamentos culturais continuam incorporando preceitos da Museologia Tradicional, positivista, conhecendo minimamente as premissas da Nova Museologia.

Uma conjuntura foi por nós apontada, a priori, e pôde ser confirmada após a pesquisa, qual seja: a falta de pessoal capacitado, pesquisas incipientes, apresentação de mostras desfocadas da realidade, gestões de interesse político-partidário – foram circunstâncias que mereceram o nosso olhar e nas quais identificamos muitas lacunas. Verificamos que as políticas mostram-se incapazes de resolver boa parte dos problemas apontados acima.

Percebemos que as políticas formuladas há algumas décadas não são (re)conhecidas pelas instituições museológicas e nem pelos profissionais que estão atuando no momento, sejam eles técnicos, gestores ou operadores da área administrativa dos museus. É certo que na formulação das políticas para a área da Museologia, hoje, está contido o que seria o ideal. A atual política nacional de museus vigente, que é democrática e ampla em suas especialidades e que, teoricamente, engloba todos os elementos importantes de uma política eficaz – formação, integração, fomento, diretrizes, ações, discussões, proposições de medidas para execução das funções museais –, ainda não é percebida – em razão de ser muito nova – em toda a sua extensão pela grande maioria das instituições museológicas. Identificamos que o poder público tem falhado na sua comunicação e em se fazer compreender em suas aspirações políticas.

Já dissemos que as políticas não são implementadas com eficácia. Há uma demanda por parte dos museus, que ficou represada por muitos anos, em razão das descontinuidades das ações governamentais tanto em âmbito federal como estadual. Nesse ínterim, a oportunidade de buscar a integração ocorreu, mas foi distanciada da realidade. As autoridades não perceberam a importância das instituições que guardam a memória e a identidade local, regional e nacional, no

sentido de serem utilizadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e não construíram programas em conjunto com os envolvidos na questão museal, sejam eles externos ou internos aos museus. Da mesma forma que a grande maioria dos funcionários de organizações públicas não têm interesse em articular-se para a busca de melhorias no desenvolvimento das suas atividades, também a categoria museal não se une para tal. Estamos diante de uma mudança social que ainda está por vir, que depende de ações coletivas e de exigências pontuais. Os reflexos dessas questões são vistos nas constantes trocas dos membros de diretoria e do corpo funcional, principalmente do técnico. Apontamos como um fator tradicional a falta de engajamento corporativo que também não é privilégio único da categoria museal, mas da pública como um todo.

O Ministério da Cultura, com sua nova estrutura implantada há quatro anos representa um avanço. Os relatórios de gestão do Sistema Brasileiro de Museus demonstram claras melhorias, mas a realidade dos museus não representa isso. Os formuladores das políticas, apesar de coexistirem com os profissionais da área museológica, não têm exercido o papel de planejadores eficientes desta política. O vazio apresenta-se no momento de verificação de como os recursos são aplicados e de verificação da constância nos projetos, uma lacuna que poderia ser identificada se o planejamento fosse eficaz, uma vez que a verificação e a avaliação fazem parte do processo de planejamento.

É certo que os museus não utilizam os recursos humanos, materiais e financeiros de que dispõem, da melhor forma. Parece-nos que há uma lassidão e uma acomodação funcional arraigadas, que não são novidade no setor público. Muitas vezes os operadores da área já estão enfadados e desmotivados pela circunstância de desamparo em que se colocam em determinadas ocasiões. Nas reservas técnicas – setores dos museus que guardam o acervo que não está em exposição – apenas para exemplificar com o que vimos nas instituições que analisamos, os equipamentos adquiridos através dos projetos ficam obsoletos, os mobiliários sem manutenção e o serviço sem continuidade, se equipa um espaço, se envolvem bens e serviços, técnicos são especializados para desenvolver projetos e, depois, um estagiário torna-se o responsável pelo setor. O estagiário tem competência para acompanhar uma atividade, mas não para se responsabilizar pela totalidade das tarefas e nem pelos resultados finais do trabalho. Não obstante, é uma gestão de risco não ter técnicos nos setores e, para suprir tal falta, contratar

estagiários. Novamente aqui se apresenta uma característica que não é exclusiva do setor museal, nem do público, mas do sistema capitalista em que nos inserimos. Nas estruturas funcionais do Estado – engessadas por fatores recorrentes –, a facilidade de contar com mão-de-obra qualificada e a baixo custo, praticamente coage a contratação de estagiários. Soma-se a isso o fato de que não existem profissionais em banco de concursados, com o intuito de suprir eventuais baixas. Podemos afirmar que é uma generalidade a falta de profissionais para a execução das mais simples tarefas diárias e nas áreas específicas é crucial esse problema. As pesquisas, exposições, atividades lúdicas voltadas ao público infanto-juvenil são percebidas como importantes, mas a sua realização esbarra na falta de pessoal capacitado (ou não) para atender a essas ações.

A conjuntura tem contornos difíceis. Nossa investigação, apesar de ter sido realizada junto a museus de Porto Alegre permitiu, pela riqueza de dados extraídos, interpretarmos que os museus do interior do Estado do Rio Grande do Sul tendem estar em estado ainda mais precário. A insuficiência de quadros fixos nos museus, que possam levar adiante um trabalho que se iniciou e que precisa prosseguir, corrobora com o descaso apontando em um dos relatos coletados: operadores (serviços gerais) deslocados de suas funções atuam na mediação junto ao público, em razão de ser o único profissional que se manteve, após a mudança de governo. Não se trata aqui de menosprezar o conhecimento adquirido de um colaborador que, com todo o zelo, dá seguimento a uma atividade essencial dos museus, que não deveria ser interrompida pelas discontinuidades a que as políticas estão sujeitas exatamente pelas trocas dos governos. As políticas públicas deveriam prosseguir, viabilizando o desenvolvimento cultural.

Nesse mesmo museu, há cerca de cinco anos atrás, foi idealizado um projeto de exposição de longa duração, expressivo, com apoio de verba do Estado do Rio Grande do Sul, através da Fundação de Amparo a Pesquisa no Rio Grande do Sul (FAPERGS); hoje, o museu sobrevive numa situação de desamparo, de ineficiência frente à aplicação de uma política cultural que parece não estar sendo observada pelos órgãos competentes. Essa circunstância, contudo, reflete exatamente a tensão que apontamos e que constatamos em museus da capital gaúcha.

A Nova Museologia, embora se apresente nos discursos dos operadores de museus, ainda não é vista como uma Museologia Crítica. Verificamos que são

poucos os operadores que têm o conhecimento teórico, ainda assim, decorrente exclusivamente de leituras e não de formação acadêmica. Também nas práticas e fazeres diários, apresentam-se ações tímidas que são realizadas em consonância com a comunidade, categoria significativa do conceito da Nova Museologia. O fato de os museus trabalharem distantes da comunidade, combinado com a desmotivação funcional e, atrelada ainda, à falta de uma qualificação condizente com as atividades técnicas é apontada como um dos fatores que impede que a Nova Museologia seja incorporada nas funções museológicas. Os museus ainda atuam sob o paradigma tradicional, de salvaguarda dos acervos e apresentam-se sob a aura do antigo, do extraordinário, do sacralizado e, além disso, da escolarização. Entendemos que é dado o momento de os museus transporem suas fronteiras, ampliem seus raios de ação, sob pena de presenciarmos episódios dramáticos – relatados em nossas entrevistas – de jovens que executaram um trabalho voluntário no museu e nunca o haviam visitado. Essa conjuntura confirma a temática de que esses indivíduos virão a ser cidadãos que poderão não ter a compreensão de sua história, através do conhecimento desses artefatos que os museus preservam e, conseqüentemente, estarão sem um embasamento para a efetivação da crítica social.

Os documentos que analisamos ao longo desta pesquisa, mencionados no capítulo quatro, apresentaram elementos que detalham como as instituições que guardam a memória são tratadas pelos poderes públicos e pelos encontros profissionais.

Constatamos que existe conhecimento da situação real em que se encontram os museus, mas não há preocupação de ordem prática, de ordem fiscalizadora para a observância das políticas públicas da área museológica. Existem muitos casos de desconhecimento do que seja uma política, tanto por parte dos gestores públicos como dos próprios operadores, no seio das organizações museais. Identificamos que a Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (SEDAC), enquanto inspiradora de novos processos e de planejamento público para a área, não atua na convergência de ações, trabalhando distante da realidade museológica.

Seria papel do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) atuar em conjunto com as instituições museais gaúchas – em especial com as ligadas ao governo – comportando-se como uma política para a área da

cultura. Os operadores da museologia conhecem, engajam-se e acompanham minimamente as ações realizadas pelo SEM/RS. Apesar de entendermos essa lacuna de relacionamento entre o SEM/RS e os museus, como uma falha do órgão que deveria ser o responsável pela política museológica estadual – já que foi criado com tal propósito – cremos que há dificuldade também dos técnicos e gestores em aproximarem-se dessa instância.

Vemos que a política museológica do Estado do Rio Grande do Sul não é eficiente nem mesmo para incluir os operadores da museologia, já que para eles uma política cultural eficiente deve atuar conforme as atribuições que estão delineadas tanto no decreto de criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), quanto do SEM/RS. Percebemos que a política nacional de museus, ainda que seja atuante no plano da qualificação profissional, da integração institucional, da implantação de programas de incentivo, de fomento e de projetos para acervos, é reconhecida pelos museus gaúchos muito mais como órgão de fomento do que de gestão eficaz das unidades museais. Nesse sentido, entendemos que a SEDAC deixa transparecer certo descaso ou lentidão, já que não faz investimentos financeiros diretos nos museus, nem mesmo via Lei de Incentivo Estadual (LIC). O resultado é: situação sofrível de muitos museus e de abandono e de inoperância de outros. Estamos convencidos de que ao Estado ainda cabe o papel de criar condições de difusão, produção e preservação, democratizando o acesso aos bens culturais.

É interessante destacar que a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o papel da cultura na economia do Brasil, lançada no final de 2006, aponta que o percentual investido pelo Estado na promoção e na produção cultural é muito menor do que o percentual que a população gasta com isso.

A qualificação profissional que tanto é mencionada nas políticas culturais, na prática não é incentivada. Nas organizações museais em que estivemos, os mesmos operadores que foram concursados para atuar na área da Museologia e que, pouco a pouco, foram substituindo os museólogos provisionados por lei na década de 1980, são os que permanecem neste corpo técnico. Nem sempre esse técnico desenvolve as funções de museólogo, pois o cargo a que o concurso veio prover era de Técnico em Assuntos Culturais. Essa generalização no nome do cargo permitiu que uma gama de áreas de formações superiores pudesse prestar concurso.

Verificamos com relação à situação, por muitos apontada, de que com bom senso e um pouco de informação pode-se atuar na área da Museologia, que estas opiniões comprometem a atuação de profissionais capacitados. Tal qual outras formações técnicas específicas, a museologia tem um campo de atuação com normas, procedimentos e formalidades que são exclusivas dessa ciência. O que não deve ser aceito é que depois de tantos anos de discussões – sejam em encontros de profissionais, em órgãos reguladores, em instituições de planejamento cultural – e, após tantas manifestações de caráter político, tais como a criação de associações e conselhos de classe, os museus continuem prescindindo de museólogos para a execução da tarefa básica da área, a Museologia.

Percebemos que enquanto órgãos de regulação e representação profissional da classe museal, o Conselho Regional de Museologia (COREM) e a Associação Rio-grandense de Museologia (ARM) são instâncias que não têm executado seus papéis fundamentais, quais sejam os de fiscalização e representação, respectivamente.

Verificamos que dentro da realidade das organizações museais, esses aparelhos têm sido inoperantes e praticamente inexitem nos discursos museais. Se não há museólogos dentro dos museus, sejam eles de formação ou provisionados, é devido à ausência de um Conselho. O COREM tem sua parcela de responsabilidade nessa situação e deveria atuar junto às esferas formuladoras de políticas públicas, junto à área da cultura regional, buscando discutir a problemática que tem sido enfrentada e sobre a atuação como órgão de providências às decisões da área museológica, fazendo jus a sua criação, através de decreto. A ARM está acéfala há anos e também tem sua parcela de participação na conjuntura museológica gaúcha. Torna-se indispensável a retomada dessas instâncias, com o intuito único de colaborar para a melhoria das ações de qualificação funcional e de acompanhamento das políticas públicas, inclusive, vindo a participar ativamente, enquanto órgãos de representação, das principais discussões da área.

Entendemos que o real problema reside não unicamente na falta de formação, mas na falta de comprometimento do operador museal nas questões que interessam diretamente a ele. O museu prescinde de corpo funcional qualificado e engajado.

Quanto às associações de amigos de museus, elas vêm sendo criadas para unir esforços na gestão do museu junto ao qual atuam, através da reunião de

empresas e interessados, visando uma real participação da comunidade no museu. Essas associações são o instrumento jurídico do museu ao qual se integram e vêm atuando como cadastro jurídico da organização, fazendo no cotidiano o papel de mantenedor do museu em pequena escala. As associações que vimos atuantes, na prática, buscam reunião de esforços de uns poucos para angariar fundos visando proporcionar o pagamento de pequenas despesas, que podem até mesmo propiciar a montagem de exposições temporárias nos museus. Essa situação revela a omissão dos gestores, pois o provimento de recursos é obrigação do órgão governamental ao qual o museu é atinente. As associações de amigos deveriam agir também no papel de órgãos consultivos e com caráter de fórum de discussão.

Observando a atuação das associações de amigos sob uma ótica do terceiro setor, apontamos para a auto-sustentabilidade, premissa também da Nova Museologia, que é salutar, claramente detalhada e discriminada nos documentos de criação dos museus, em seus regimentos internos e em suas missões. Reflexo da pós-modernidade, poderão dizer alguns; reflexo de um descaso político, podem pensar outros. O que de fato concordamos é que os museus buscam saídas para a crise, inscrevendo-se em projetos de fomento, visando suprir todo o tipo de falta que a instituição carece.

Os recursos nem sempre se tornam disponíveis para todos; só aos que têm condições de realizar os projetos, pois há museus que nem possuem espaços físicos próprios e outros que não têm pessoal para formatar os projetos.

Esta pesquisa não teve a pretensão de ser uma resposta final à questão das políticas públicas. Pretendemos sim, abrir uma janela para vislumbrar melhorias e indicar algumas saídas para a museologia nos dias de hoje. Os museus precisam e devem melhorar. Descortinar um passado de ações desfocadas foi o nosso propósito.

Como conhecedores das práticas inerentes à atividade, percebemos que há ainda muito a ser feito na área da Museologia. É através da museologia que buscamos atingir a interdisciplinaridade, a participação da comunidade, os recursos hábeis para o exercício das atividades museais e, acima de tudo, o comprometimento do homem e de seu meio.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do Patrimônio. In: SEMINÁRIO QUANDO O CAMPO É O ARQUIVO, 2004, Rio de Janeiro. **Resumos e textos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/campo-arquivo/htm/resumos.htm>>. Acesso em: 10 set. 2005.

_____. Síndrome de museus? **Série Encontros e Estudos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 51-68, 1996.

AIDAR, Gabriela. Museus e inclusão social. **Ciências & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras, Porto Alegre, n. 31, p. 53-62, jan./jun. 2002.

AMARAL, Ana Valeska. Terceiro setor e políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 54, n. 2, p. 33-58, abr./jun. 2003.

BONEMY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://www.iphan.org.br>>. Acesso em: 18 nov. 2005.

_____. Lei nº 8.313, de 24 de dezembro de 1991. Disponível em: <<http://www.iphan.org.br>>. Acesso: 18 out. 2006.

BRASIL. Ministério da cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. **O que é museu**: definição de museu. Brasília: IPHAN/MinC, 2005. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/index1.htm>>. Acesso: 6 fev. 2006.

BRASIL. Ministério da cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. **Política nacional de museus**. Relatório de gestão 2003-2006. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

BRASIL. **Política nacional de cultura**. Brasília: Ministério da Educação de Cultura, 1975.

BRUNO, Cristina. A museologia como uma pedagogia para o patrimônio. **Ciências & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras, Porto Alegre, n. 31, p. 87-97, jan./jun. 2002.

CAMARGO, Célia Reis. A preservação da memória institucional e o acesso ao saber técnico. Fundamentos para a qualificação de gestores da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR). In: MEHEDFF, Carmen Guimarães; GARCIA, Cid. (Org.). **Metodologia para a formação de gestores de políticas públicas**. Brasília: FLACSO, 2005. p. 116-128.

CAMPOS, Vinício Stein. **Elementos de museologia: história dos museus**. Brasil, 1960.

CÂNDIDO, M. M. D. Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia. **Ciências & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras, Porto Alegre, n. 31, p. 63-75, jan./jun. 2002.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 327-268, jun./dez. 2004.

CHAGAS, Mário de Souza. **O museu-casa como problema: comunicação e educação em processo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996.

CHAGAS, Mario de Souza. Um novo (velho) conceito de museu. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 1, n. 2.,p. 183-192, jul./dez. 1985.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de políticas culturais**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

COELHO NETO, José Teixeira. **Usos da cultura: políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **ICOM código de ética para museus.** [s.l.]: ICOM, 2006.

COSTA, Heloisa Helena. A história dos profissionais vinculados ao patrimônio histórico. In: I ENCONTRO NACIONAL DE INTEGRAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA, HISTÓRIA E MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 1., 2004, Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2004. p. 12-13.

COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, p. 179-192, mar. 1997.

CUELLAR, Javier P. **Nossa diversidade criadora.** Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas: Papyrus, 1997.

DUVERGER, Maurice. **Metodos de las ciencias sociales.** Barcelona: Ediciones Ariel, 1969.

ENCONTRO DOS GOVERNADORES, 2., 1973. **Anais do II encontro de governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil.** Rio de Janeiro: MEC, 1973. (Publicações do IPHAN ; n 26)

FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 13-36.

FARIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (Org.). **Políticas culturais.** São Paulo: Manole, 2003. v. 1. p. 35-51.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. Coordenadoria dos Direitos e da Cidadania. **Implantando o museu municipal:** subsídios para a administração. Porto Alegre: [s.n.], 2001.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é política cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. **Introducción a la nueva museología.** Madrid: Alianza Editorial, 1999.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

FRAGA, Thais. **Os subterrâneos emergem**: a institucionalização da cultura e a temporada dos museus no RS (1987- 1991). 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri. **O museu e a vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória; Porto Alegre: IEL; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1990.

_____. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59-78.

JULIÃO, Leticia. **Apontamentos sobre a história do museu**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2002. (Caderno de Diretrizes Museológicas).

KLISBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social**: superando dogmas e convencionalismos. São Paulo: Cortez, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC**: um balanço. São Paulo: Cultura, 2002.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus acolhem o moderno**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MENSCH, Peter Van; PIET, J. M. Pouw; FRANS, F. J. Schouten. Metodologia da museologia e treinamento profissional. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 57-64, out. 1990.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MORAIS, Roque. Análise de conteúdo. **Educação** – Revista da Faculdade de Educação PUCRS, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-31, Mar. 1999.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. "*Operibus credit et non verbis*". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2006. Tendências/Debates.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, L. H. A análise de conteúdo: um approach do social. **Cadernos de Sociologia PPGS Ufrgs**, Porto Alegre, v. 9, p. 87-114, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PORTO ALEGRE. **Orçamento participativo**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/op/>>. Acesso em: 22 jan. 2007.

PORTO, Marta. **Por uma política pública de cultura: desenvolvimento e democracia**. In: PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Cultura (Org.). Reunião pública mundial de cultura. Porto Alegre, 2003.

_____. Recuperar a dimensão política da cultura: nosso principal desafio. **Pensar Iberoamérica Revista de Cultura**, n. 7, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric07a03.htm>>. Acesso em: 11 out. 2005.

PRIMO, Judite. A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. **Musas** Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, p. 87-93, 2006.

_____. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de SocioMuseologia**, n. 16, 1999. Disponível em: <<http://www.mestrado-Museologia.net/juditeprimo.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2006.

REVERBEL, Carlos. **O Gaúcho**: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: LPM, 1986.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília**: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 20.818**, de 26 de dezembro de 1970. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso: em: 18 mar. 2006.

_____. **Decreto nº 33.791**, de 21 de janeiro de 1991. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: 20 maio 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Cultura. Sistema Estadual de Museus. **Guia de museus do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEM/RS, 2006.

RIVIÈRE, Georges Henri. **La Museología**. Madrid: Ediciones Akal, 1993.

SANTOS, Hermilio. Grupos de interesse e redes de políticas públicas – uma análise da formulação de política industrial. **Civitas. Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, ano 2, n. 1, p. 193-210, jun. 2002.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura Santos. A construção do conhecimento na museologia: reconstruindo um percurso histórico e demarcando posições. In: _____. **Processo museológico e educação**: construindo um museu didático-comunitário. Salvador: UFBA, 1996. cap. 3. p. 85-115. (Cadernos de Sociomuseologia ; n. 7)

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 53-72, jun. 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas ciências sociais. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, André Barreto de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas: UNICAMP-NEPP, 2000. (Caderno ; n. 48)

SPINELLI, Teniza Iara de Freitas. **Política museológica** (Subsídios para uma História da Museologia no RS). Porto Alegre, dezembro de 1990. Trabalho datilografado.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURINO, Célio. **Uma gestão cultural transformadora**: proposta para uma política pública de cultura. 2005. Disponível em:
<http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_viva/noticias/materias_especiais/index.php?p=10425&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 6 out. 2005.

VARINE, Hugues de **Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas**. Disponível em:
<http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2005%20-1996.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2007.

APÊNDICE A - TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS**TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS**

Através deste Termo, autorizo a utilização da entrevista concedida por mim em ____ de _____ de 2007, para compor a pesquisa constante da dissertação de mestrado de Márcia Regina Bertotto (matrícula 03190883-3), realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS.

O depoimento poderá ser usado para compor futura publicação em livro e/ou CD, estando eu ciente que qualquer renda auferida com o produto, será de propriedade da pesquisadora.

Cedente: NOME:

IDENTIFICAÇÃO:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ASSINATURA:

.....

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Roteiro de entrevista

Este instrumento de pesquisa, constando das técnicas de entrevista estruturada e semi-estruturada, foi desenvolvido visando à coleta de dados para a dissertação de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob o tema “Análise das Políticas Públicas para Museus no Rio Grande do Sul – Um Estudo de sua Eficácia no Desenvolvimento das Instituições Museológicas Gaúchas”.

O questionário é de responsabilidade mestranda Márcia Bertotto, licenciada e bacharel em História e Especialista em História e Museologia.

Esta investigação busca reunir dados para conhecer as atuais práticas dos operadores de museus. Será aplicado com profissionais que desenvolvem suas atividades nos museus da tutela do governo estadual, localizados no centro de Porto Alegre.

Local:

Data:

Hora de Início:

Hora de término:

Questões estruturadas:

1. Nome: _____

2. Indique sua faixa etária:

() entre 18 e 25 anos

() entre 26 e 35 anos

() entre 36 e 50 anos

() acima de 50 anos

3. Qual o seu grau de escolaridade?

ensino fundamental () completo () incompleto

ensino médio () completo () incompleto

ensino superior () completo () incompleto Curso: _____

pós graduação () completo () incompleto Curso: _____

Questões semi-estruturadas

BLOCO 1

Políticas Públicas para Museus – Formulação e Implementação

4. No que se refere a atual situação dos museus brasileiros, gostaria de te ouvir um pouco sobre como se comparam estes com os museus gaúchos em relação a incentivos, ações conjuntas, intercâmbios, recursos, termos associados a uma política pública cultural.

5. Aqui no nosso Estado, existe o Sistema Estadual de Museus, órgão pioneiro no Brasil, em termos de integração e estímulo aos museus. Gostaria que você comentasse alguma(s) ação (ões) em que reconhecesse a atuação do SEM junto a sua instituição. (Estimular a falar no Sistema Estadual de Museus e na integração)

6. Recentemente foram divulgados os resultados da pesquisa de economia da cultura do IBGE e/ou o relatório de gestão 2003/2006 do SBM. Gostaria que você comentasse um pouco sobre esta pesquisa. (Observar se conhece o Sistema Brasileiro de Museus e a Política Nacional de Museus).

7. Em sua opinião o que comporia uma política eficaz para os museus?

BLOCO 2**Gestão, qualificação e formação de recursos humanos**

8. Qual o tipo de vínculo profissional que você tem com o museu? Há quanto tempo você trabalha nesta instituição?

9. Indique cursos, treinamentos, reuniões ou grupos de discussão que você tenha participado (poderá ser somente no último ano) na sua área de atuação.

10. O Estado tem fixado diretrizes de ação e planejamento para a área da cultura. Exemplifique em algumas das funções que você exerce onde você identifica este planejamento. (Explorar a confecção de projetos e fomento)

11. O Conselho Regional de Museologia e a Associação Rio-grandense de Museologia são órgãos de representatividade da categoria profissional da museologia. Qual a sua opinião sobre estes órgãos? (Verificar a fiscalização da profissão)

BLOCO 3**Acervo e pesquisa - procedimentos técnicos, difusão, exposição e atividades**

12. Segundo estudiosos da ciência museal, uma das funções do museu é a comunicação, que está muito ligada à produção de conhecimento (pesquisa). Como você vê estas atividades na instituição em que atua? Explane sobre algumas práticas que tenham sido desenvolvidas.

13. Como se comporta a política de aquisição, preservação e descarte de acervos neste museu? (Saber se são atividades tidas como prioritárias. Quem as realiza e se existem comissões interdisciplinares)

14. Que tipos de exposições foram realizadas no Museu no último ano e quais as temáticas exploradas? Houve envolvimento da comunidade? De que forma isto se deu? (Verificar se as atividades foram dinâmicas, interativas, articuladas ou se a organização foi mais cronológica, tradicional)

BLOCO 4**Museologia Tradicional X Nova Museologia / Missão e filosofia / Política de atuação**

15. Levando-se em conta as teorias da Museologia Tradicional e a Nova Museologia, como você caracteriza o museu em que atua? Cite atividades desenvolvidas neste museu, que você crê que se enquadrem nesta(s) teoria(s).

16. Apresente suas considerações sobre a missão e a política de atuação do museu em que você trabalha. (Identificar a existência de plano diretor, comissões de acervo e política)

Agradecimentos

ANEXO A - MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE ICOM, 1972

I. Princípios de Base do Museu Integral

Os membros da Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina.

Pareceu-lhes necessário, para a solução destes problemas, que a comunidade entenda seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos. Eles consideraram que a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade. Santiago, 30 de Maio de 1972.

II. Resoluções adotadas pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile

1. Por uma mutação do museu da América Latina,

Considerando:

- Que as transformações sociais, econômicas e culturais que se produzem no mundo, e, sobretudo em um grande número de regiões em via de desenvolvimento, são um desafio para a Museologia;
- Que a humanidade vive atualmente em um período de crise profunda; que a técnica permitiu à civilização material realizar gigantescos progressos que não tiveram equivalência no campo cultural; que esta situação criou um desequilíbrio entre os países que atingiram um alto nível de desenvolvimento material e aqueles que permaneceram à margem desta expansão e que foram mesmo abandonados ao longo de sua história; que os problemas da sociedade contemporânea são devidos a injustiças, e que não é possível pensar em soluções para estes problemas enquanto estas injustiças não forem corrigidas;
- Que os problemas colocados pelo progresso das sociedades no mundo contemporâneo devem ser pensados globalmente e resolvidos em seus múltiplos aspectos; que eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adotadas, e sua aplicação, não devem ser apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os setores da sociedade;
- Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais;
- Que esta nova concepção não implica na supressão dos museus atuais, nem na renúncia aos museus especializados, mas que se considera que ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem da maneira mais racional e mais lógica, a fim de melhor servir à sociedade; que, em certos casos, a transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente, mas que, em outros, ela poderá ser o princípio diretor essencial;

- Que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem; que, de outro lado, o museu integral necessitará, a título permanente ou provisório, da ajuda de especialistas de diferentes disciplinas e de especialistas de ciências sociais.
- Que por suas características particulares, o novo tipo de museu parece ser o mais adequado para uma ação em nível regional, em pequenas localidades, ou de médio tamanho;
- Que, tendo em vista as considerações expostas acima, e o fato do museu ser uma "instituição a serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem", a Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide de uma maneira geral

- **1.** Que é necessário abrir o museu às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência tradicional, a fim de conscientizá-lo do desenvolvimento antropológico, sócio-econômico e tecnológico das nações da América Latina, através da participação de consultores para a orientação geral dos museus;
- **2.** Que os museus devem intensificar seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social e evitar que ele seja dispersado fora dos países latino-americanos;
- **3.** Que os museus devem tornar suas coleções o mais acessível possível aos pesquisadores qualificados, e também, na medida do possível, às instituições públicas, religiosas e privadas;
- **4.** Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante; que o museu deve conservar seu caráter de instituição permanente, sem que isto implique na utilização de técnicas e de materiais dispendiosos e complicados, que poderiam conduzir o museu a um desperdício incompatível com a situação dos países latino-americanos;
- **5.** Que os museus devem criar sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia de sua ação em relação à comunidade;
- **6.** Que, levando em consideração os resultados da pesquisa sobre as necessidades atuais dos museus e sua carência de pessoal, a ser realizada sob os auspícios da UNESCO, os centros de formação de pessoal existentes na América Latina devem ser aperfeiçoados e desenvolvidos pelos próprios países; que esta rede de centros de formação deve ser completada e sua influência se fazer sentir no plano regional; que a reciclagem de pessoal atual deve ser garantida em nível nacional e regional; e que lhe seja dada a possibilidade de aperfeiçoamento no estrangeiro.

Em relação ao meio rural

Que os museus devam, acima de tudo, servir à conscientização dos problemas do meio rural, das seguintes maneiras:

- **a)** Exposição de tecnologias aplicáveis ao aperfeiçoamento da vida da comunidade;
- **b)** Exposições culturais propondo soluções diversas ao problema do meio social e tecnológico, a fim de proporcionar ao público uma consciência mais aguda sobre estes problemas, e reforçar as relações nacionais, a saber:
 - i.** Exposições relacionadas com o meio rural nos museus urbanos;
 - ii.** Exposições itinerantes;
 - iii.** Criação de museus de sítios.

Em relação ao meio urbano

Que os museus devam servir à conscientização mais profunda dos problemas do meio urbano, das seguintes maneiras:

- **a)** Os "museus de cidade" deverão insistir de modo particular no desenvolvimento urbano e nos problemas que ele coloca, tanto em suas exposições quanto em seus trabalhos de pesquisa;
- **b)** Os museus deverão organizar exposições especiais ilustrando os problemas do desenvolvimento urbano contemporâneo;
- **c)** Com a ajuda dos grandes museus, deverão ser organizadas exposições, e criados museus em bairros e nas zonas rurais, para informar os habitantes das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades;
- **d)** Deverá ser aceita a oferta do Museu Nacional de Antropologia do México, de experimentar, através de uma exposição temporária sobre a América Latina, as técnicas museológicas do museu integral.

Em relação ao desenvolvimento científico e técnico

Que os museus devam levar à conscientização da necessidade de um maior desenvolvimento científico e técnico, das seguintes maneiras:

- **a)** Os museus estimularão o desenvolvimento tecnológico, levando em consideração a situação atual da comunidade;
- **b)** Na ordem do dia das reuniões dos ministros de educação e (ou) das organizações especialmente encarregadas do desenvolvimento científico e técnico, deverá ser inscrita a utilização dos museus como meio de difusão dos progressos realizados nestas áreas;
- **c)** Os museus deverão dar enfoque à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos, por meio de exposições itinerantes que deverão contribuir para a descentralização de sua ação.

Em relação à educação permanente

Que o museu, agente incomparável da educação permanente da comunidade, deverá acima de tudo desempenhar o papel que lhe cabe, das seguintes maneiras:

- **a)** Um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do museu;
- **b)** Deverão ser integrados à política nacional de ensino, os serviços que os museus deverão garantir regularmente;
- **c)** Deverão ser difundidos nas escolas e no meio rural, através dos meios audiovisuais, os conhecimentos mais importantes;
- **d)** Deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o museu possui em muitos exemplares;
- **e)** As escolas serão incentivadas a formar coleções e a montar exposições com objetos do patrimônio cultural local;
- **f)** Deverão ser estabelecidos programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário).

As presentes recomendações confirmam aquelas que puderam ser formuladas ao longo dos diferentes seminários e mesas-redondas sobre museus, organizadas pela UNESCO.

Pela criação de uma Associação Latino Americana de Museologia

Considerando

- Que os museus são instituições a serviço da sociedade, que adquire, comunica e, notadamente, expõe, para fins de estudo, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem;
- Que, especialmente nos países latino-americanos, eles devem responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu patrimônio natural e cultural, o que obriga frequentemente os museus a assumir funções que, em países mais desenvolvidos, cabem a outros organismos;
- Que os museus e os museólogos latino-americanos, com raras exceções, sofrem dificuldades de comunicação em razão das grandes distâncias que os separam um do outro, e do resto do mundo;
- Que a importância dos museus e as possibilidades que eles oferecem à comunidade ainda não são plenamente reconhecidas por todas as autoridades, nem por todos os setores do público;
- Que durante a oitava e a nona conferência geral do ICOM, que ocorreram, respectivamente, em Munique em 1968, e em Grenoble em 1971, os museólogos latino americanos que estiveram presentes indicaram a necessidade de criação de um organismo regional;

A Mesa-Redonda sobre o papel dos museus da América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide:

1. Criar a Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), aberta a todos os museus, museólogos, museógrafos, pesquisadores e educadores empregados pelos museus com os objetivos e através das seguintes maneiras:

- Dotar a comunidade regional de melhores museus, concebidos à luz da experiência adquirida nos países latino americanos;
- Constituir um instrumento de comunicação entre os museus e os museólogos latino americanos;
- Desenvolver a cooperação entre os museus da região graças ao intercâmbio e empréstimo de coleções e ao intercâmbio de informações e de pessoal especializado;
- Criar um organismo oficial que faça conhecer os desejos e a experiência dos museus e de seu pessoal aos membros da profissão, à comunidade a qual eles pertencem, às autoridades e a outras instituições congêneres;
- Afiliar a Associação Latino Americana de Museologia ao Conselho Internacional de Museus, adotando uma estrutura na qual seus membros sejam ao mesmo tempo membros do ICOM;
- Dividir, para fins operacionais, a Associação Latino Americana de Museologia em quatro seções correspondentes provisoriamente às regiões e países seguintes:
 - América Central, Panamá, México, Cuba, São Domingos, Porto Rico, Haiti e Antilhas Francesas.
 - Colômbia, Venezuela, Peru, Equador e Bolívia.
 - Brasil.
 - Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

2. Que os abaixo-assinados, participantes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, se constituem em Comitê de Organização da Associação Latino Americana de Museologia, e notadamente em um Grupo de Trabalho composto de cinco pessoas, quatro dentre elas representando cada uma das

zonas acima enumeradas, e a quinta desempenhando o papel de coordenador geral; que este Grupo de Trabalho terá como objetivo, no prazo máximo de seis meses, elaborar o Estatuto e os regulamentos da associação; definir com o ICOM as formas de ação conjunta; organizar eleições para a constituição dos diversos órgãos da ALAM; estabelecer a sede desta associação, provisoriamente, no Museu Nacional de Antropologia do México; compor este grupo de trabalho com as seguintes pessoas, representando suas zonas respectivas:

- Zona 1: Luis Diego Pígnataro (Costa Rica),
 - Zona 2: Alicia Durand de Reichel (Colômbia),
 - Zona 3: Lygia Martins Costa (Brasil), e
 - Zona 4: Grete Mostny Glaser (Chile); coordenador: Mario Vasquez (México).
- Santiago, 31 de Maio de 1972.

III. Recomendações apresentadas à UNESCO pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile

À Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 e 21 de maio de 1972, apresenta à UNESCO as seguintes recomendações:

- **1.** Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência.
- **2.** A UNESCO prosseguiria e intensificaria seus esforços para contribuir com formação de técnicos de museus - tanto no nível de ensino secundário quanto ao do universitário, como ela tem feito, até agora, no Centro Regional "Paul Coreanas".
- **3.** A UNESCO incentivará a criação de um Centro Regional para a preparação e a conservação de espécimes naturais, do qual o atual Centro Nacional de Museologia de Santiago poderá se constituir em núcleo original. Além de sua função de ensino (formação técnica) e de sua função profissional no campo da museologia (preparação de conservação de espécimes naturais), e de produção de material de ensino, este Centro Regional poderá desempenhar um papel importante na proteção das riquezas naturais.
- **4.** A UNESCO deverá conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento para técnicos de museus com instrução de nível secundário.
- **5.** A UNESCO deverá recomendar aos ministérios de Educação e de Cultura e (ou) aos organismos encarregados de desenvolvimento científico, técnico e cultural, que considerem os museus como um meio de difusão dos progressos realizados naquelas áreas.
- **6.** Em razão da importância do problema da urbanização na América Latina e da necessidade de esclarecer a sociedade a este respeito, em diferentes níveis, a UNESCO deverá encorajar a redação de um livro sobre a história, o desenvolvimento e os problemas das cidades na América Latina, o qual seria publicado sob forma de obra científica e sob forma de obra de divulgação. Para atingir um público mais vasto, a UNESCO deverá produzir um filme sobre esta questão, adequado a todos os tipos de público.

Fonte: PRIMO, Judite. *Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação*. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15, Págs.95-104; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal.
Tradução: Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno

ANEXO B - DECLARAÇÃO DE QUEBEC

DECLARAÇÃO DE QUEBEC PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA 1984

Introdução

Um movimento de nova museologia tem a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na “Mesa- Redonda de Santiago do Chile” organizada pelo ICOM. Este movimento afirma a função social do museu e o caráter global das suas intervenções.

Proposta

1. Consideração de ordem universal

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio humano e físico.

Para atingir este objetivo e integrar as populações na sua ação, a museologia utiliza-se cada vez mais da interdisciplinariedade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da ação cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram os seus usuários.

Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos de futuro.

Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários definidos pela comunidade internacional. Torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca.

Neste sentido, este movimento, que deseja manifestar-se de uma forma global, tem preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica.

Este movimento utiliza, entre outros, todos os recursos da museologia (coleta, conservação, investigação científica, restituição, difusão, criação), que transforma em instrumentos adaptados a cada meio e projetos específicos.

2. Tomada de posição

Verificando que mais de quinze anos de experiências de nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – pelo mundo foram um fator de desenvolvimento crítico das comunidades que adotaram este modo de gestão do seu futuro.

Verificando a necessidade sentida unanimemente pelos participantes nas diferentes mesas de reflexão e pelos intervenientes consultados, de acentuar os meios de reconhecimento deste movimento;

Verificando a vontade de criar as bases organizativas de uma reflexão comum e das experiências vividas em vários continentes;

Verificando o interesse em se dotar de um quadro de referência destinado a favorecer o funcionamento destas novas museologias e de articular em consequência os princípios e meios de ação;

Considerando que a teoria dos Ecomuseus e dos museus comunitários (museus de vizinhança, museus locais...) nasceu das experiências desenvolvidas em diversos meios durante mais de 15 anos.

É adotado o que se segue:

A - que a comunidade museal internacional seja convidada a reconhecer este movimento, a adotar e a aceitar todas as formas de museologia ativa na tipologia dos museus;

B - que tudo seja feito para que os poderes públicos reconheçam e ajudem a desenvolver as iniciativas locais que colocam em aplicação estes princípios;

C - que neste espírito, e no intuito de permitir o desenvolvimento e eficácia destas museologias, sejam criadas em estreita colaboração as seguintes estruturas permanentes:

- Um comitê internacional “Ecomuseus/ Museus comunitários” no quadro do **ICOM** (Conselho Internacional de Museus);
- Uma federação internacional da nova museologia que poderá ser associada ao ICOM e ao ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), cuja sede provisória será no Canadá;

D - que seja formado um grupo de trabalho provisório cujas primeiras ações seriam: a organização das estruturas propostas, a formulação de objetivos, a aplicação de um plano trienal de encontros e de colaboração internacional.

Quebec, 12 de Outubro de 1984.

Adotado pelo I Atelier Internacional
Ecomuseus/ Nova Museologia

Fonte: PRIMO, Judite. *Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação*. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15, Págs.189-191; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal.

ANEXO C - DECRETO Nº 33.791

DECRETO Nº 33.791, DE 21 DE JANEIRO DE 1991.

Organiza sob a forma de Sistema as atividades de Museus do Estado do Rio Grande do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, inciso VII, e 224 da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - As atividades dos museus do Estado do Rio Grande do Sul serão desenvolvidas sob a forma de sistema, organizado nos termos do Decreto nº 20.818, de 26 de dezembro de 1970, e denominado Sistema de Museus do Estado Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Constituem atribuições do Sistema de Museus do Estado do Rio Grande do Sul:

I-promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;

II-definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema;

III-estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função do museu junto à comunidade em que atua;

IV-estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado;

V-estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;

VI prestar assistência técnica às entidades participantes do Sistema e a núcleos museológicos, de acordo com suas necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;

VII - proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;

VIII - propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado;

IX - estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;

X - estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;

XI - acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelos Museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;

XII - promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos Sistemas;

XIII - promover o aprimoramento do Sistema.

Art. 3º - Para fins deste Decreto, consideram-se unidades museológicas os museus ou entidades afins, desde que sejam instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidas por pessoal especializado, com acervos abertos ao público e destinadas a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer.

Art. 4º - A coordenação geral do Sistema de Museus do Estado do Rio Grande do Sul é feita pela Central do Sistema, à qual compete identificar alternativas com vistas ao traçado de diretrizes para o exercício da atividade sistematizada, estabelecendo orientação normativa e supervisão técnica, emitindo, para tanto, Recomendações e Resoluções e outros pronunciamentos sobre matéria de sua competência.

Art. 5º - A Central do Sistema, localizada na Secretaria da Cultura, tendo como Chefe o Secretário de Estado da Cultura, é constituída:

I - pelo Coordenador-Geral da Comissão de Coordenação do Sistema, previsto no art. 8º deste Decreto;

II - por um museólogo representante dos órgãos de intercâmbio;

III - por representantes das Secretarias que desenvolvem, diretamente ou através de entidades a elas vinculadas, atividades específicas em áreas de museologia.

Art. 6º - A Central do Sistema reunir-se-á, em caráter ordinário, mensalmente e, extraordinariamente, por convocação do Secretário de Estado da Cultura.

Art. 7º - É órgão de integração a Comissão de Coordenação, à qual estará afeta a articulação dos órgãos integrados ao sistema e do apoio técnico e administrativo ao órgão central.

Art. 8º - A Comissão de Coordenação é constituída:

I-pelo diretor do Instituto Estadual de Museus da Secretaria da Cultura;

II-por um representante do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado;

III-por um representante da Associação Rio-grandense de Museologia ou outra entidade de classe;

IV-por um representante dos museus mantidos pelo Estado do Rio Grande do Sul;

V-por representantes de regiões museológicas constituídas pelos órgãos de intercâmbio - museus municipais, federais ou privados;

VI-por um representante do Conselho Superior da Fundação de Ampare à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS.

§ 1º - O Coordenador-Geral da Comissão de Coordenação será o titular da Coordenadoria Estadual de Museus da Secretaria da Cultura.

§ 2º - Os integrantes da Comissão de Coordenação serão indicados pelos órgãos acima referidos e referendados pelo Secretário de Estado da Cultura.

§ 3º - Os membros de que tratam os itens I, III, IV e V serão indicados dentre os profissionais museólogos.

§ 4º - Nas regiões a que se refere o inciso V, onde não houver um mínimo de dois museólogos, poderá ser representante pessoa que venha exercendo atividades na área museológica e que esteja inscrita na Associação Rio-grandense de Museologia.

Art.9º - São órgãos integrados ao Sistema:

I - como Agentes Setoriais, incumbidos da coordenação executiva da atividade sistematizada, no âmbito de competência do Gabinete do Governador e das Secretarias e órgãos a ela vinculados, os museus do Estado ou outras unidades de trabalho cuja principal atividade envolva diretamente os museus;

II - como órgãos Operacionais, as unidades que, no âmbito da Administração Direta ou Indireta, se incumbam da execução de atividades concernentes aos museus;

III - como órgãos de Apoio Operacional, os que, em razão de suas atribuições específicas na esfera da Administração Pública Estadual, venham a emprestar apoio permanente ou eventual à atividade sistematizada;

IV - como Órgão de Intercâmbio, os museus municipais, federais ou privados que

venham a participar da atividade sistematizada, através de instrumentos legais, de forma eventual ou permanente.

Parágrafo único - Para participar do Sistema de Museus do Estado do Rio Grande do Sul, as instituições museológicas referidas no inciso IV deste artigo deverão manifestar sua adesão, comprovando sua caracterização, nos termos do artigo 3º deste Decreto.

Art. 10 - Ao Secretário de Estado da Cultura, Chefe da Central do Sistema, incumbe expedir, aos órgãos partícipes da atividade sistematizada, as normas definindo as medidas necessárias à implantação e funcionamento do Sistema, bem como os meios de atuação.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de janeiro de 1991.

ANEXO D - DECLARAÇÃO DE CARACAS

Declaração de Caracas - ICOM, 1992

Tradução Maristela Braga. CCA- Museu Universitário PUCCAMP

Dentro da reflexão sobre a missão do Museu no mundo contemporâneo propiciada pela UNESCO, pelo Escritório Regional de Cultura para América Latina e Caribe (ORCALC), e pelo Comité venezuelano do Conselho Internacional de Museu (ICOM), com o apoio do Conselho Nacional da Cultura (CONAC) e da Fundação do Museu de Belas Artes da Venezuela, realizou-se o **Seminário "A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios"**, celebrado em Caracas, Venezuela, entre os dias 16 de janeiro e 06 de fevereiro de 1992. Tal Seminário, inscrito no Programa Regular de Cultura da UNESCO para a América Latina, reuniu um selecto grupo de personalidades vinculadas a funções directivas em museus de diversos países latino-americanos, que reflectiu sobre a missão actual do museu, como um dos principais agentes do desenvolvimento integral da região. Em tomo deste tema chave, em que está implícita a consciência da proximidade do século XXI, discutiu-se uma série, de aspectos, entre os quais cabe destacar: A inserção de políticas museológicas nos planos do sector de cultura. Tomada de consciência do poder decisivo que esta tem para o desenvolvimento dos povos. Reflexão sobre a acção social do museu. Análise das proposições teóricas em torno dos museus do futuro. Estratégias efectivas para captação o controle dos recursos financeiros. Suportes legais e inovações de organização dos museus. O perfil dos profissionais para as instituições museológicas. O museu como inicio de comunicação. A metodologia do Seminário se ajustou às recomendações propostas pela UNESCO e pelo ICOM, relativas às actividades de treinamento para o desenvolvimento e promoção dos museus (ref. 89/séc. 17). Em consequência, o temário se organizou em três módulos ao longo dos quais se integraram diversas actividades: palestras magistrais, fóruns panelísticos, reuniões e mesas de trabalho, exposições de casos, apresentação de documentos de análise, visitas a museus e discussões plenárias. No desenvolvimento deste evento foram tratados numerosos aspectos, alguns dos quais foram analisados com especial ênfase, visto que durante as sessões, ficou evidenciada a singular relevância de sua relação com o desempenho dos museus, que são: Museus e Comunicação, Museus e Gestão, Museus e Liderança, Museus e Recursos Humanos e finalmente Museus e Património. No Seminário estiveram presentes delegados da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, México, Nicarágua, Peru e Venezuela, além da participação do arquitecto Hernan Crespo Toral, Director do Escritório Regional de Cultura para América Latina e Caribe da UNESCO (ORCALC), do Dr. Hugues de Varine Bohan e da arquitecta Yanni Herreman, como conferencistas internacionais, e também de importantes conferencistas nacionais. Em atenção à significativa importância do Seminário e do tema tratado, os participantes do mesmo concordaram em emitir o presente documento, no qual se reúnem as considerações e recomendações aprovadas por unanimidade.

Antecedentes

Há 20 anos se realizava em Santiago do Chile a "Mesa-Redonda sobre o desenvolvimento" e o papel dos museus no mundo contemporâneo". Essa reflexão foi o fundamento para o novo enfoque na acção dos museus na região. Entre seus postulados, estava a construção do Museu Integral, destinado a "situar o público dentro do seu mundo, para que tome consciência de sua problemática como homem-indivíduo e homem-social". Ao cabo de duas décadas e à luz dos acontecimentos políticos, sociais e económicos que se sucederam nos países latino-americanos, se constata ainda a vigência dos postulados essenciais da "Mesa-Redonda de Santiago". Muitas são as realizações da América Latina nestas duas décadas no campo dos museus. Experiências valiosas, administradas pelo Estado, pela sociedade civil e por pessoas particulares que trataram, em numerosos casos, com êxito, de transformar o museu em um organismo vital para a comunidade e no instrumento eficaz para seu desenvolvimento integral. Organismos internacionais de cooperação como a UNESCO contribuíram com o Estado para desenvolver valiosas iniciativas através de seus organismos regionais, para aperfeiçoar as tarefas do museu mediante a capacitação do seu pessoal e as acções que são próprias, e na criação de uma consciência pública sobre a defesa do património cultural e natural de nossos povos. A nova era em que nos encontramos, e sua multifacética problemática requerem uma nova reflexão e acções imediatas e adequadas para que o museu cumpra com sua acção social.

Vinte anos depois da reunião de Santiago do Chile, devemos actualizar os conceitos e renovar os compromissos adquiridos naquela oportunidade. Com este espírito e convencidos de que o museu

tem um importante papel no desenvolvimento integral da América Latina, resolvemos emitir a presente:

Declaração de Caracas

1. América Latina e o museu

Já entramos em um novo século: a história se acelera. Velhos dogmas que pareciam imutáveis caem, e com eles os muros que marcavam fronteiras ideológicas e políticas. Ao finalizar a guerra fria, a humanidade parecia disposta a construir uma paz duradoura. Entretanto, os fatos nos demonstram que esse momento ainda não chegou; se aprofunda a brecha entre os países do primeiro mundo e os outros, os chamados em desenvolvimento. Neste processo se constata o velho desejo do homem em afirmar sua identidade, que o identifica como pessoa humana única e como integrante de uma comunidade ligada por uma maneira de ser e por anseios compartilhados. O chamado processo de globalização não traz a igualdade dos povos. Pelo contrário, se formam poderosos blocos econômicos que acrescentam diferenças entre ricos e pobres. Somos testemunhas de um desenvolvimento extraordinário da ciência e da tecnologia: o homem se empenha na conquista do universo e investiga detidamente os microcosmos, e até é capaz de alterar os processos da natureza. A biotecnologia e a biogenética abrem imensas possibilidades de melhoras na qualidade de vida, mas ao mesmo tempo abrem insondáveis abismos. O homem manipula a tecnologia em busca de bem estar, mas em muitos casos a tecnologia o avassala. Essa mesma tecnologia lhe serviu para atentar contra a natureza, produzindo tremendos desequilíbrios que inclusive ameaçam sua sobrevivência. Estamos na época da comunicação. Reduziram-se sensivelmente as distâncias. Por um processo quase milagroso podemos saber o que se passa com nossos antípodas. Entretanto, esse mesmo milagre tecnológico é capaz de estandarizar o homem e homogeneizar sua cultura mediante a difusão de paradigmas, quando não de desvirtuar a essência dos povos com a propagação de antivalores. A América Latina vive um momento crucial de sua história. As esperanças que se haviam desenvolvido com base nos modelos econômicos e tecnicistas dos anos 70 sofreram um rotundo fracasso, pois não correspondiam a sua realidade sócio-cultural existente. Devido às políticas de endividamento agressivo, nossos povos sofreram as chamadas políticas de ajustes, que trouxeram consigo um empobrecimento generalizado, cujas consequências se prolongaram além da chamada "década perdida". O nível de vida desceu sensivelmente: hoje, entre 46 e 60% de nossa população se encontra nos limites da pobreza crítica. A dívida externa da América Latina, que é superior a quarenta bilhões de dólares, implica que cada ano exportemos mais de 30 milhões de dólares, unicamente por seu serviço. Paradoxalmente, nos convertimos de receptores em puros exportadores de capital para os países desenvolvidos, o que toma mais profunda nossa dependência. Intimamente ligada à parte econômica vemos um deterioramento dos valores morais: a corrupção se generalizou, hoje nos açoitam o tráfico de drogas e a lavagem de dólares. Parece que se institucionalizou uma cultura da violência, que não só atenta contra o homem, mas também contra a natureza. A exploração indiscriminada dos recursos naturais e a contaminação ambiental a que se soma um processo de urbanização descontrolada - fruto das imensas migrações de camponeses que procuram as cidades, e um desmedido afã de lucro - a América Latina afronta também uma crise educativa devido à mediocrização do ensino, aos sistemas obsoletos e à adoção de modelos estranhos à realidade. Enfim, uma crise política que põe em risco a democracia, depois de ter sido alcançada com tanto esforço em quase toda a América Latina. Também a cultura tem sido afectada pela crise: todos os fenómenos a que fizemos alusão incidiram em um processo de perda de valores, não só no que é tangível, mas também no mais íntimo e definidor dos nossos povos. É lamentável a carência de uma política cultural coerente que transcenda a temporalidade e garanta a continuidade das acções. Por outro lado, a tendência que prevalece no momento actual, à privatização e a confiar à sociedade civil responsabilidades que normalmente cabiam ao Estado, pode acarretar riscos em relação ao património cultural. O Estado não pode abandonar totalmente seu papel de gerenciador do acervo patrimonial de nossos povos, e deve contribuir para garantir sua conservação e integridade como o organismo mais idóneo. Apesar de todos estes factores negativos, a América Latina alenta uma firme esperança: é depositária de um enorme acervo de riqueza humana, estendida em um vasto território com imensos cursos naturais e variados ecossistemas, que garantem um justo equilíbrio de imprescindível valor universal. A cultura que nos caracteriza - una e plural - foi se desenvolvendo por milénios; é produto da simbiose do indígena, do ibérico, do africano, do europeu e do asiático. Suas expressões materiais vão desde as antigas cidades indígenas, declaradas pela UNESCO como património da humanidade, e o imenso acervo dos bens móveis que se encontram nos museus e em mãos particulares, até as numerosas culturas populares e a tradição oral, ainda em plena vigência. É este, portanto, um momento de afirmação do ser latino-americano e de seu destino, quando existe a decisão política de cristalizar a integração - esse velho anseio de Simón Bolívar - como o demonstra

a reunião de Presidentes e Chefes de Estado, de Guadalajara, em julho de 1991. Nesta ocasião se reconheceu que a cultura é o fundamento da integração latino-americana e as identidades culturais, sua riqueza mais valorizada. A cultura parece também alentar processos que adquirem cada vez maior força: a consciência do particular, do local, em uma espécie de contrapartida à globalização. Sua luta para conseguir uma equidade na descentralização dos recursos que garantam o desenvolvimento dos próprios.

Com estes antecedentes podemos afirmar que o museu tem uma missão transcendental a cumprir hoje na América Latina. Deve constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural de nossos povos, e para seu conhecimento mútuo, - fundamento da integração - tem também um papel essencial no processo de desmistificação da tecnologia, para sua assimilação no desenvolvimento integral de nossos povos. Por fim, um papel imprescindível para a tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura formam um conjunto harmónico e indivisível.

1.1. Museu Hoje: Novos desafios

A partir do reconhecimento da profunda crise social, política, económica e ambiental que atravessa a América Latina, os participantes do Seminário consideram esta como a ocasião inadiável para examinar os novos desafios do museu hoje, e para postular acções para enfrentá-los. Depois das análises efectuadas no transcurso deste Seminário, seus participantes determinaram os seguintes aspectos como prioritários: - Museu e Comunicação- Museu e Património- Museu e Liderança- Museu e Gestão- Museu e Recursos Humanos

O estudo de cada um destes temas vai precedido de uma introdução, e contém as considerações e recomendações dos participantes do Seminário nos seguintes termos:

2. Museu e Comunicação

A função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas do Museu, tais como a colecção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais

É necessário definir a natureza específica do "meio" MUSEU, tendo em conta, que sua forma tradicional, ainda dominante na América Latina, não responde às mudanças ocorridas no mundo contemporâneo.

2.1. Considerando

Que o museu como um meio de comunicação transmite mensagens através da linguagem específica das exposições, na articulação de objectos-signos, de significados, ideias e emoções, produzindo discursos sobre a cultura, a vida e a natureza; que esta linguagem não é verbal, mas ampla e total, mais próxima da percepção da realidade e das capacidades perceptivas de todos os indivíduos; que como signos da linguagem museológica, os objectos não têm valor em si mesmos, mas representam valores e significados nas diferentes linguagens culturais em que se encontram imersos; Que o museu deve reflectir as diferentes linguagens culturais em sua acção comunicadora, permitindo a emissão e a recepção de mensagens com base nos códigos comuns entre as instituições e seu público, acessíveis e reconhecíveis pela maioria; Que o processo de comunicação não é unidireccional, mas um processo interactivo, um diálogo permanente entre emissores e receptores, que contribui para o desenvolvimento e o enriquecimento mútuo, e evita a possibilidade de manipulação ou imposição de valores e sistemas de qualquer tipo; Que os modelos tradicionais da linguagem expositiva privilegiam em seus discursos as perspectivas científicas e académicas das disciplinas correspondentes à natureza de suas colecções, usando códigos alheios à maioria do público; Que na América Latina os museus, geralmente, não são conscientes da potencialidade de sua linguagem e de seus recursos de comunicação, e muitos não conhecem as motivações, interesses e necessidades da comunidade em que estão inseridos, nem seus códigos de valores e significados; Que o museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidades crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e auto-estima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e colectiva; Que não pode existir um museu integral, ou integrado na comunidade se o discurso museológico não utilizar uma linguagem aberta, democrática e participativa.

2.2. Recomendam

Que o museu busque a participação plena de sua função museológica e comunicativa, como espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com seu património, e como elos de integração social, tendo em conta em seus discursos e linguagens expositivas os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo seu reconhecimento e sua

valorização; Que se desenvolva a especificidade comunicacional da linguagem museológica, possibilitando e promovendo o diálogo activo do indivíduo com os objectos e com as mensagens culturais, através do uso de códigos comuns e acessíveis ao público, e da linguagem interdisciplinar que permite recolocar o objecto em um contexto mais amplo de significações; Que o museu oriente seu discurso para o presente, enfocando o significado dos objectos na cultura e na sociedade contemporânea e não somente em como e por que se constituíram em produtos culturais no passado; neste sentido o processo interessa mais que o produto; Que se levem em conta os diferentes modos e níveis de leitura dos discursos expositivos por parte dos múltiplos sectores do público, buscando novas formas de diálogo, tanto no processo cognitivo como no aspecto emocional e afectivo de apropriação e, internalização de valores e bens culturais; Que se desenvolvam investigações mais profundas e amplas sobre a comunidade em que está inserido o museu, buscando nela a fonte de conhecimento para a compreensão de seu processo cultural e social, envolvendo-a nos processos e actividades museológicas, desde as investigações e colecta dos elementos significativos em seu contexto, até sua preservação e exposição; Que se aproveitem os ensinamentos que oferecem os meios de comunicação de massas, com sua linguagem dinâmica e contemporânea, propondo-se ao mesmo tempo os museus como alternativas a esses meios, como espaço de reflexão crítica da realidade contemporânea que possibilite estimule as vivências mais profundas do homem em sua integridade; Que o museu contribua para a capacitação permanente dos indivíduos e comunidades no uso dos meios tecnológicos, dos processos e dos instrumentos científicos, desmistificando-os em benefício do desenvolvimento individual e social; Que se valorize constantemente a comunicabilidade dos discursos e sistemas expositivos, buscando novas formas e parâmetros de análise que ultrapassem a perspectiva simplista e quantitativa de medidas de comportamento e reacções no espaço da exposição, ou seja, da absorção de informações; e Que se busque sua forma de acção integral e social por meio de uma linguagem aberta, democrática e participativa que possibilite o desenvolvimento e o enriquecimento do indivíduo e da comunidade

3. Museu Património,

museu é a instituição idónea para resgatar o património, estudá-lo, documentá-lo e difundi-lo através de uma mensagem coerente, que se apoie nos objectos como forma essencial de comunicação.

Entende-se por património cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade aquelas expressões materiais e espirituais que as caracterizam.

3.1. Considerando

A importância de se contar com um marco jurídico que normalize, em nível nacional, a protecção do património; Que tradicionalmente foram usados critérios restritos na valorização dos objectos que constituem o património do museu, valendo-se somente daqueles representativos das disciplinas académicas, de "importância histórica" e "excepcionais" por sua natureza, excluindo determinadas formas de expressão cultural igualmente valiosas e importantes; Que a existência de problemas de conservação nos museus, originados por carência de recursos, más condições de armazenagem e instalações inadequadas, contribuam para o deterioramento e perda do património; Que não existe uma correcta organização do inventário em muitos de nossos museus, e inclusive algumas vezes as instituições carecem do mais insignificante controle de suas colecções; Que a actual tendência da América Latina para a privatização de empresas estatais que formaram colecções patrimoniais de valor nacional, constitui uma ameaça a sua segurança e integridade; e, Que existe um valioso acervo de bens culturais em mãos da sociedade civil e uma preocupação crescente pela sua conservação.

3.2. Recomendam

Que se promova a actualização e instrumentalização efectiva da legislação especialmente dirigida à conservação e à protecção do património cultural e natural, que garanta o controle sobre sua integridade, evitando sua possível dispersão, desaparecimento ou destruição; Que se valorizem o entorno e sua contextualização como critérios de partida na formação das colecções, atendendo a seu valor referencial e sem discriminar nenhum objecto ou disciplina; Que se reformulem as políticas de formação de colecções, de conservação, de investigação, de educação e de comunicação, em função do estabelecimento de uma relação mais significativa com a comunidade na qual o museu desenvolve suas actividades; Que se hierarquize no museu, no que concerne, à conservação do património, aproveitando-se ao máximo os recursos humanos materiais e físicos destinados a estes fins; Que se estabeleçam sistemas de inventário, que levem à automatização dos dados básicos das peças, com o fim de estabelecer seu controle a nível do museu e das instâncias a que corresponda; Que se promova, por parte dos museus, um trabalho de aproximação com as instituições e coleccionadores particulares, com o fim de conhecer e documentar a existência deste património e

contribuir para sua preservação e integridade; Que se desenvolvam mecanismos de relação, apoio e estímulo à sociedade civil em seu interesse de conservar o património; Que o Estado não descuide de seu papel de guardião do património e garanta a sua conservação e integridade, em vista das novas responsabilidades que vai assumindo a sociedade civil e a empresa privada; Que os museus organizem estratégias que permitam desenvolver a participação da comunidade na valorização e protecção de seu património;

Que o museu incentive a investigação desenvolvida pela comunidade para o reconhecimento de seus próprios valores,

4. Museu e Liderança

No marco da realidade latino-americana, abre-se ao museu a possibilidade de um, grande espaço de actuação: o resgate da função social do património como expressão da comunidade e da cultura, entendida esta como o conhecimento integral do homem em seu quotidiano.

Esta conjuntura confere ao museu um papel protagónico, pois se apresenta como uma oportunidade de participar activamente no processo de recuperação e socialização dos valores de cada comunidade, para o qual o museu deve se preparar devidamente.

4.1. Considerando

Que o museu é um espaço adequado para que a comunidade possa se expressar, Que os museus necessitam definir seu próprio espaço social para cumprir sua missão; e,

Que o museu pode actuar como catalisador das relações entre a comunidade e as diferentes instâncias e autoridades públicas e privadas;

4.2. Recomendam

Que cada museu, tenha clara consciência da realidade sócio-económica a que pertence, tendo em conta os índices de "desenvolvimento humano", a definição de suas metas, e de sua acção, e a preparação do seu pessoal; Que o museu propicie a activação da consciência crítica da comunidade através de novas leituras do património; Que o museu assuma sua responsabilidade como gestor social, mediante propostas museológicas que contemplem os interesses do seu público, e que reflectam, através das exposições, uma linguagem comprometida com a realidade como única possibilidade para transformá-la; e,

Que os museus especializados assumam seu papel de liderança nas áreas temáticas que lhes são próprias, e que contribuam para desenvolver uma consciência crítica de seu público.

5. Museu e Gestão

desenvolvimento da potencialidade do Museu está em relação directa com a sua capacidade de gerar e administrar eficientemente seus recursos e de sua eficácia na materialização de seus objectivos.

A situação crítica actual da América Latina e o papel protagónico do museu como factor de mudança, merece a inovação e consolidação de modernas estratégias de gestão, entendendo esta como o aproveitamento otimizado dos recursos humanos, técnicos e financeiros, com os que conta o Museu.

5.1. Considerando

Que um museu tem determinada uma missão transcendental e única que exige dele conhecer as respostas às perguntas chaves tais como: para que existe? o que procura? para quem trabalha? com quem? quando? e como? Que as debilidades da instituição se reflectem em pressupostos deficitários, descontinuidade administrativa e programática, falta de reconhecimento social e de estímulos económicos a seus funcionários, além de não dispor de suficientes recursos técnicos e materiais de acordo com sua complexa actividade; Que a falta de gerência eficiente e autonomia de gestão afectam, o desenvolvimento normal do trabalho do museu da América Latina; Que o apoio da opinião pública, o reconhecimento do sector político e a existência de legislação e políticas de apoio à instituição são factores que facilitam a gestão do mesmo;

Que a empresa privada reconheceu o valor estratégico - como imagem corporativa - da inversão no âmbito cultural e em particular nas instituições museológicas

5.2. Recomendam

Que o museu defina claramente a missão que lhe compete na sociedade à qual serve. Que o museu defina a estrutura organizativa de acordo com seus requerimentos funcionais, delineada segundo as concepções gerenciais aplicáveis a casos particulares, e que se estabeleçam mecanismos de avaliação permanente; Que os planos e programas elaborados com instrumentos de planeamento moderno estejam baseados em um diagnóstico das necessidades do museu e da sociedade na qual está imerso, e que a realização de tais planos e programas leve em conta as necessidades prioritárias do museu e defina objectivos e metas a longo, médio e curto prazo; Que o museu em sua necessidade de gerar recursos determine políticas claras de autofinanciamento, e que também

recorra a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados que lhe permitam executar projectos; Que se elabore projectos atractivos para as empresas privadas interessadas em investir no sector, cultural, sem alterar a missão do museu; Que se promovam políticas culturais coerentes e estáveis que garantam a continuidade da gestão do museu; Que se consiga uma boa comunicação com os sectores do poder da sociedade, com a finalidade de obter apoio para a gestão do museu; Que se utilizem estratégias tanto de mercado - para conhecer o usuário - como também de sensibilização de opinião pública; Que se implementem cursos internacionais de capacitação em gestão de museus;

Que se tomem em conta os princípios éticos que devem guiar sempre a gestão dos museus.

6. Museu e Recursos Humanos

A profissionalização do funcionário de museus é uma prioridade que esta instituição deve encarar, como premissa para contribuir para o desenvolvimento integral dos povos. Sua formação deve capacitá-lo para desempenhar a tarefa interdisciplinar própria do museu actual, ao mesmo tempo que lhe conceda os elementos indispensáveis para exercer uma liderança social, uma gerência eficiente e uma comunicação adequada.

6.1. Considerando

Que o museu, na América Latina é uma instituição social cuja especificidade exige dele recursos humanos capacitados, que permitam ao museu valorizar e desenvolver seu potencial; Que o funcionário de museus tem uma formação heterogénea com fortes desníveis; Que na América Latina a experiência é um factor importante na capacitação de funcionários de Museus para suprir, em grande parte a dificuldade de aquisição de uma formação académica; Que a função do museólogo não foi ainda totalmente reconhecida como o especialista indispensável para o cumprimento da missão do museu; e

Que se faz necessária a organização de cursos, ateliers e seminários para a actualização de conhecimentos dos funcionários de museus, não só no que diz respeito às suas diferentes especialidades, mas também em relação à visão interdisciplinar que o museu deve ter.

6.2. Recomendando

Que os museus priorizem e sistematizem a realização de programas de capacitação de recursos humanos; Que se estabeleçam parâmetros para o reconhecimento social, para a colocação profissional, para a remuneração económica dos funcionários de museus, de acordo com sua formação e experiência; Que se desenvolvam programas de formação que capacitem o museólogo para detectar valorizar e dar respostas adequadas às necessidades das comunidades, Que se valorize o papel que o museólogo desempenha, garantindo as oportunidades de participação, formação, estabilidade e remuneração de acordo com seu nível de especialização; e , Que se promova uma maior e mais estreita relação com o ICOM através do Comité Internacional de Formação de Pessoal, com o fim de obter seu apoio.

7. Novos Desafios

O museu da América Latina deve responder aos desafios que lhe impõe hoje o meio social no qual está inserido, a comunidade a que pertence e o público com que se comunica. Para enfrentá-lo é necessário:

1. Desenvolver sua qualidade como espaço de relação entre os indivíduos e o seu património, onde se propicia o reconhecimento colectivo e se estimula a consciência crítica.
2. Abrir caminhos de relação entre o museu e os dirigentes políticos para sua compreensão e compromisso com a acção do museu.
3. Desenvolver a especificidade da linguagem museológica como mensagem aberta, democrática e participativa.
4. Reflectir as diferentes linguagens culturais com base em códigos comuns, acessíveis e reconhecíveis pela maioria.
5. Revisar o conceito tradicional de património museal a partir de uma nova perspectiva, onde o entorno seja ponto de partida e de referência obrigatória.
6. Adoptar o inventário como instrumento básico para a gestão do património.
7. Lutar pela valorização social do funcionário de museus em termos de reconhecimento, estabilidade e remuneração.
8. Priorizar na instituição museológica a formação profissional integral do funcionário de museus.

9. Estabelecer mecanismos de administração e captação de recursos como base para uma gerência eficaz.

Conclusão

O propósito do Seminário "A Missão do Museu na América Latina hoje: Novos Desafios" nos conduz a reflectir sobre a vinculação entre o museu e seu entorno social, político, económico e ambiental, com resultados alentadores. A nova dimensão do museu na América Latina é a de ser protagonista de seu tempo. Esta função convoca em primeiro lugar os trabalhadores do museu, e em particular seus directores, que devem assumir a dinâmica da mudança e preparar-se para enfrentar com êxito esta transcendente oportunidade. Este novo enfoque envolve, por igual, as instâncias de poder, em especial o poder político, cuja decisão facilitará o cumprimento desta nova missão do museu. Há vinte anos da "Mesa-Redonda de Santiago do Chile", e ante a proximidade de um novo milénio, o museu se apresenta na América Latina não só como instituição idónea para valorização do património, mas, além disso, como instrumento útil para conseguir um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar colectivo.

Com a satisfação do sucesso alcançado e animados pelo espírito de solidariedade e irmandade latino americana, assinamos o compromisso de transmitir e materializar as decisões tomadas nesta reunião.

Em Caracas, aos cinco dias de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, subscrevem a presente declaração:

Argentina Nelly Decarolis, Bolívia Norma Campos Vera ,Brasil Maria de Lourdes Parreiras Horta, Chile Daniel Quirroz Larrea, Colômbia Leonor, Carriazo Castelbondo, Cuba Moraima Clavijo Colom, José Antonio Navarrete, Equador Patricia Von Buchwald, México Laura Orceguera, Nicarágua Carmen Sotomayor Rocha, Peru Luísa Fiocco, Venezuela Lina Vengochea, Rafael Principal T., Gerardo García, Ana Maria Reyes, Luisa Rodrigues Marrufo, Mirian Robles, Julga Uzcátegui, Ciro Cabalio Peffichi, Mérida Mago

Hemán Crespo Toral, Director da ORCALC

Yanni Herreman, Presidente ICOM México Milagros Góniez de Blavia, Coordenação Geral

Presidente ICOM Venezuela Maria Ismênia Toledo, Secretária Técnica

ANEXO E - DECRETO Nº 5.264

Decreto no 5.264, de 5 de novembro de 2004

Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da

Constituição, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao

constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e

IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de

recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre

os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades sistematizadas no âmbito das matérias e objetivos do Sistema, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que o integrem.

Art. 2º São características das instituições museológicas, dentre outras:

- I – o trabalho permanente com patrimônio cultural;
- II – a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando à ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;
- III – o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e
- IV – a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Art. 3º As instituições museológicas dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura passam a integrar o Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único.

Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser

firmado com o Ministério da Cultura:

I – outras instituições museológicas vinculadas aos demais Poderes da União, bem como de âmbito

estadual e municipal;

II – as instituições museológicas privadas, inclusive aquelas das quais o Poder Público participe;

III – as organizações sociais, os museus comunitários, os ecomuseus e os grupos étnicos e culturais

que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos;

IV – as escolas e as universidades oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que

mantenham cursos relativos ao campo museológico; e

V – outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

Art. 4º Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia

jurídicoadministrativa, cultural e técnico-científica;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e

valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas

especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas

nas instituições museológicas;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes

que atuem em instituições museológicas;

V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor

museológico;

VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas

instituições museológicas;

VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e

internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de

Museus;

IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e

desenvolvimento das instituições museológicas no país;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI – incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições

museológicas; e

XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação,

preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 5º O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e

ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§1º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes dos seguintes

órgãos e entidades:

I – dois do Ministério da Cultura;

II – um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

III – um do Ministério da Educação;

IV – um do Ministério da Defesa;

V – um do Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI – um do Ministério do Turismo;

VII – um dos sistemas estaduais de museus;

VIII – um dos sistemas municipais de museus;

IX – um de entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional;

X – um do Conselho Federal de Museologia;

XI – um de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários;

XII – um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;

XIII – um da Associação Brasileira de Museologia, e

XIV – dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

§2º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será coordenado pelo Ministro de Estado da Cultura, ou por representante por ele designado.

§3º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos Ministérios e entidades representados e serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§4º Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Comitê Gestor especialistas, personalidades e representantes de órgãos e entidades dos setores público e privado, desde que os temas da pauta justifiquem o convite.

§ 5º Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor, grupos temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos.

Art. 6º A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos grupos temáticos será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 7º Ao Ministério da Cultura cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do Comitê Gestor e dos grupos temáticos.

Art. 8º Para o cumprimento de suas funções, o Comitê Gestor contará com recursos orçamentários e

financeiros consignados no orçamento do Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2004;

183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilberto Passos Gil Moreira